Diário do Comércio

94 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Quinta-feira, 19 de novembro de 2026

EDIÇÃO 25.702

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

ABASTECIMENTO

Caixa de tomate chega a R$ 300 na Ceasa Minas

Chuvas em excesso, calor e queda na colheita reduziram a oferta, e o preço médio do quilo mais que dobrou

O tomate ficou mais caro em Minas Gerais e em outras regiões do País. Na Ceasa Minas, a caixa de 20 quilos chegou a R$ 300 na terça-feira (17), até três vezes o valor praticado quando a oferta está equilibrada, entre R$ 80 e R$ 100. Em outubro, o preço médio do quilo no entreposto saltou de R$ 2,51 para R$ 5,45 na comparação com o mesmo mês de 2025, alta de 117,1%, enquanto a oferta caiu 17,6%. Segundo o economista Wilson Guide, chefe do Departamento Técnico da Ceasa Minas, o excesso de chuvas nas regiões produtoras é o principal fator, agravado pela procura de compradores de outros estados, que vão buscar o produto direto nas lavouras mineiras. A colheita brasileira deve recuar de 4,7 milhões para 4,3 milhões de toneladas em 2026. No campo, a Seleta, de Carmópolis de Minas, colhe hoje entre 2,5 mil e 3 mil caixas por dia, ante cerca de 5 mil em condições normais. O produtor Reinaldo Machado, da WM Comércio de Tomates, atribui a escassez também aos prejuízos de safras passadas, que tiraram crédito e capacidade de plantio dos agricultores. **% PÁG. 10**



Tomate teve a produtividade reduzida pelas chuvas antecipadas nas lavouras FOTO: REP. / ADOBE STOCK

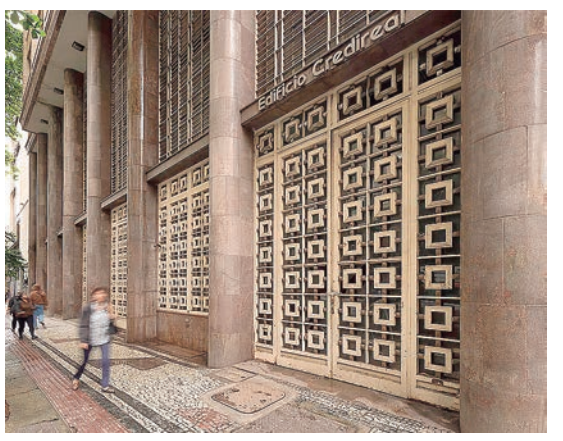


Companhia afirma que declarações do presidente-executivo não alteram a estratégia de desinvestimentos FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

SIDERURGIA

CSN diz à CVM que venda de ativos não está definida

A CSN informou à CVM que não há decisão sobre a venda individualizada de ativos de logística. A companhia confirmou que estuda antecipar parte dos R$ 12,7 bilhões da venda da CSN Cimentos à Huaxin para reduzir a dívida. **% PÁG. 3**



Antes das obras, a antiga sede do banco estatal recebe a Casacor Minas 2027 FOTO: JOMAR BRAGANÇA / CASACOR

HABITAÇÃO

Credireal vai virar residencial com 200 apartamentos

O prédio do antigo banco Credireal, na rua Espírito Santo, no centro, vai virar um conjunto residencial. A Groove Evolução Urbana comprou o imóvel por R$ 19 milhões e, com as construtoras BBM e Trena, vai investir mais R$ 3 milhões no *retrofit*. **% PÁG. 5**



Nova concessão prevê reorganização das linhas, renovação da frota e integração tarifária FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / CHARLES SILVA DUARTE



Posição geográfica faz de Minas corredor de mercadorias entre Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste FOTO: DIVULGAÇÃO / EPR VIA MINEIRA

LOGÍSTICA

Minas é o segundo maior destino de cargas do País

Levantamento do Transvias, com base em 3,68 milhões de consultas na plataforma, mostra que o Estado concentrou 12,4% das buscas por local de entrega, atrás apenas de São Paulo (20,8%) e à frente de Bahia (6,5%), Rio de Janeiro (5,9%) e Paraná (5,9%). **% PÁG. 13**

MOBILIDADE

Prefeitura estuda nova concessão dos ônibus de BH

A PBH começou a estruturar, com o BNDES, o novo contrato do transporte coletivo por ônibus, já que os atuais vencem em novembro de 2028. A proposta é pensar o sistema de forma metropolitana e reduzir os subsídios pagos pelo município. **% PÁG. 9**

TRAGA SEU BENEFÍCIO PARA O BANCO DOS 50+
BANCO MERCANTIL

DÓLAR DIA 18

COMERCIAL	COMPRA R$ 5,8661	VENDA R$ 5,8667
TURISMO	COMPRA R$ 5,9033	VENDA R$ 6,0833
PTAX (BC)	COMPRA R$ 5,8096	VENDA R$ 5,8102

EURO DIA 18

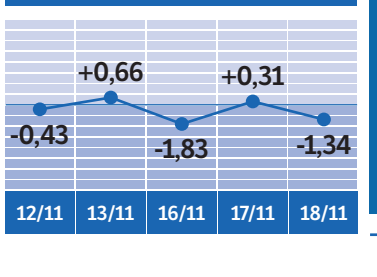
COMERCIAL	COMPRA R$ 6,3702	VENDA R$ 6,3720

OURO DIA 18

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 3.723,74
BM&F (g)	R$ 704,77

TR dia 19	0,1699%
POUPANÇA dia 19	0,6707%
IPCA – IBGE Setembro	0,82%
IPCA – IPEAD Setembro	0,21%
IGP-M Outubro	1,47%

BOVESPA



TRAGA SEU BENEFÍCIO PARA O BANCO DOS 50+
BANCO MERCANTIL

OPINIÃO

Quanto custa uma oferta que só vale hoje?



Luciana Zanini
Investidora e Conselheira

Você passou a semana sem pensar naquele produto. Provavelmente passaria a próxima também. Então, no fim de um dia difícil, chega um aviso: o preço caiu e a oferta termina à meia-noite. Em poucos minutos, algo que nunca fez falta começa a parecer uma oportunidade que seria um desperdício perder. A compra ainda não ocorreu, porém alguma coisa mudou. E se eu lhe disser que entender essa mudança pode revelar bastante sobre a nossa relação com o dinheiro?

Em novembro, a Black Friday multiplica situações assim. Os anúncios apresentam produtos e condições de pagamento, enquanto cada pessoa encontra neles uma promessa particular. Pode ser a satisfação de aproveitar uma oportunidade, a recompensa por um esforço ou a sensação de finalmente ter algo que sempre pareceu reservado aos outros.

Imagine alguém que cresceu ouvindo que certas coisas eram sempre caras demais. Anos depois, comprar uma delas pode representar a confirmação de que a vida mudou. Outra, mesmo em condições semelhantes, talvez tenha aprendido que gastar ameaça uma segurança difícil de construir. Diante do mesmo produto, uma sente orgulho e a outra, culpa. Cada uma responde também ao significado que o dinheiro adquiriu em sua história. Por isso, conhecer o preço de um produto diz pouco sobre o que ele representa para quem compra.

Esses significados aparecem nas explicações que damos a nós mesmos. "Eu mereço" pode expressar a vontade de celebrar uma conquista. Também pode surgir depois de uma semana em que nos sentimos pouco reconhecidos. A frase é a mesma, embora a expectativa por trás dela seja diferente. Quando a repetimos, vale observar o caminho que nos trouxe até ali: o que aconteceu naquele dia, quando a vontade apareceu e o que esperamos que a compra faça por nós.

A psicologia financeira ajuda a olhar para esse percurso. Podemos saber calcular juros e, ainda assim, conhecer pouco das razões pelas quais certas ofertas nos mobilizam tanto. Talvez o mais difícil seja perceber o instante em que começamos a procurar argumentos para uma decisão que já desejávamos tomar.

Essa conversa pode continuar depois da chegada do produto. Podemos descobrir que fizemos uma escolha da qual gostamos e que queremos repetir. Também podemos perceber que a expectativa era maior do que aquilo que a compra poderia oferecer. Observar essa distância, sem transformar a reflexão em culpa, ajuda a identificar padrões que passam despercebidos quando olhamos isoladamente.

Por isso, defendo uma educação financeira que abra espaço para perguntas. Ao explicar por que deseja alguma coisa, uma criança começa a conhecer as próprias razões. Ao escutá-la, o adulto talvez reconheça algumas das suas. Aprender sobre dinheiro também envolve compreender o lugar que ele ocupa em nossa vida. Afinal, outras ofertas virão, e conhecer o que nos move pode ampliar nossa liberdade para escolher. %

O pioneirismo das meninas de Araguari



Cesar Vanucci
Cantonius1@yahoo.com.br

"Pioneiras do futebol feminino, elas enfrentaram com coragem os preconceitos de sua época." *(Antônio Luiz da Costa, educador)*

Refestelado em confortável poltrona, balde de pipoca ao alcance das mãos, atenção fixada na telinha, este desajeitado escriba deleita-se com as coreografias das atletas do Cruzeiro no jogo com o Corinthians, que valeu a conquista da "Libertadores" de futebol feminino.

Da memória velha de guerra emergem, impetuosamente, imagens dos anos 50. Revejo nostálgico, as ousadas ações vanguardeiras das meninas de Araguari no campo de futebol. Essas garotas foram, saibam todos, as introdutoras da prática futebolística feminina no Brasil. Chefe de redação do diário de maior circulação na região do Triângulo, o extinto "Correio Católico", fui convidado em determinada ocasião, por amigo de saudosa memória, o jornalista Mário Nunes, a assistir, em Araguari, a uma partida de futebol de características inéditas. Os times em campo eram constituídos de moças na flor da idade. Envergavam calções, calçavam chuteiras, naquela época chamadas de "bicancas". Algumas protegiam a cabeça, a fim de ajeitar os cacheados, com gorros.

Minha reação diante dos lances inusitados capturados pelo olhar foi de baita surpresa, que acabou cedendo lugar a um sentimento de admiração e solidariedade. Senti-me comovido com as cenas das "minas" fervorosamente convictas da legitimidade do papel vivido naquele instante no enredo da vida. Percebi que iriam precisar de palavras de encorajamento e aplauso naquele seu afã de quebrar tabus e desafiar inclementes regras machistas. "Botando pra jambrar" (como se costumava dizer em tempos de antanho), elas puseram à mostra, de quebra, insuspeitáveis habilidades no "trato com a pelota". Cuidei de acompanhar, por razoável lapso de tempo, até que o bom senso conseguisse finalmente se impor, a tormentosa polêmica surgida, então, a respeito da legitimidade de as mulheres virem a jogar futebol. Fomentada por flamejante preconceito, a controvérsia acabou desembocando em raivosas vociferações por parte do falso moralismo entocaiado. O exagero na condenação da prática conduziu aguerridos "adeptos" do indissolúvel "Transanteontem Futebol Clube", sempre a postos na contestação dos avanços civilizatórios, à redescoberta, em carcomida legislação dos tempos autoritários do Estado Novo, de um dispositivo contendo taxativa proibição ao futebol feminino, com previsão de severa penalidade aos infratores, ora, veja, pois!... O ânimo das araguarinas não arrefeceu. O valoroso time manteve-se inabalável na determinação de enfrentar a intolerância talebanista que se valia de mil artifícios para cercear-lhes a atuação. Ao fim e ao cabo, as pioneiras sagraram-se vitoriosas em seus propósitos. Conseguiram implantar uma barricada a mais na defesa dos direitos da mulher e da cidadania.

As "garotas de Araguari" são hoje vovós setentonas. Orgulham-se muitíssimo de seus gols de placa, dentro e fora do campo. %

EDITORIAL

Observar e aprender

Simpatias ou antipatias mal dosadas em muito contribuem para compreensão objetiva da realidade, fato que presentemente a maioria dos brasileiros pode perceber com extrema facilidade. A dita polarização fez com que posições políticas, e salvo exceções evidentemente, fossem levadas para muito além da racionalidade e da observação isenta, racional. O que se passa presentemente no Paraguai ajuda na melhor compreensão daquilo que pretendemos demonstrar. Do nada, ou melhor, por conta da visão desfocada, o país vizinho foi elevado à condição muito próxima de paraíso. E assim destino de brasileiros frustrados ou contrariados com as condições do país, além de, de alguma maneira, capazes de empreender a caminhada na direção do vizinho.

Não faltou quem enxergasse nesse processo o triunfo de políticas públicas bem diferentes daquelas praticadas nas terras brasileiras. O bom exemplo a ser exaltado e se possível imitado com entusiasmo tão forte que negócios pequenos e médios também estavam mudando de endereço, na ilusão do encontro de facilidades não mais presentes do lado de cá da fronteira. O sucesso e o fracasso medido na ótica distorcida das paixões políticas conforme estão a demonstrar acontecimentos recentes no Paraguai, que em poucas horas desceu do céu ao inferno, reduzindo a pó também as ilusões – e recursos - de investidores que julgaram mais atraente as ofertas, de segurança, inclusive, vindas de lá.

Nada não muito diferente de acontecimentos na Argentina, onde dificuldades na economia e negócios culminaram com mais uma duvidosa aventura política. Prometia-se equilíbrio e segurança à custa de sacrifícios que seriam apenas momentâneos, mas também ali os fatos, a realidade objetiva, contrária à realidade nutrida – e distorcida – por conta de paixões políticas extremadas. Solo fértil também para aventureiros que apenas cavam mais fundo problemas que se perpetuam.

Cabe observar tais acontecimentos com muita atenção, não exatamente para lamentar ou comemorar ao sabor de avaliações subjetivas, contaminadas, e sim para aprender. A complexidade das questões públicas supõe gestão afinada como se todos estivéssemos diante de uma orquestra e na expectativa de um regente verdadeiramente competente, conhecedor de seus músicos e da pauta. Na expectativa de um novo mandato presidencial que promete ajustes e mudanças fundamentais, temos, os brasileiros, ocasião para fazer da observação do que se passa ao redor um rico aprendizado. %

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO E DE MERCADO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Antonieta Rossi
Juliana Costa Gonçalves
Tiago Fantini Magalhães

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado
Claudio de Moura Castro
Lindolfo Paoliello
Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO
pauta@diariodocomercio.com.br

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

CHEFE DE REPORTAGEM
Rafael Tomaz

EDITORES
Alexandre Horácio
Cláudia Duarte
Clério Fernandes
Juliana Gontijo

EDITORA/PROJETOS ESPECIAIS
Mara Bianchetti

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:
viasuperlog
Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJORI Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais
abra legal Associação Brasileira das Agências e Veículos Especializados em Publicidade Legal

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

ECONOMIA

Venda individualizada de ativos da CSN continua indefinida

% INFRAESTRUTURA **Companhia avalia alternativas para adiantar parte dos recursos da transferência das operações de cimento para a chinesa Huaxin**

MARA BIANCHETTI, Editora

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) informou que ainda não há decisão definitiva sobre a venda individualizada de ativos de infraestrutura e logística. Em esclarecimento encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) após questionamento do órgão regulador, a empresa também confirmou que avalia alternativas para antecipar parte dos recursos da venda da CSN Cimentos à chinesa Huaxin, negócio avaliado em R$ 12,7 bilhões.

O posicionamento foi apresentado em resposta a ofício da CVM datado de 16 de novembro. O documento solicitou esclarecimentos sobre declarações do novo presidente-executivo da companhia, Fabio Schvartsman, a respeito da estratégia de desinvestimentos e da possibilidade de antecipação dos recursos da venda da divisão de cimentos.

Durante a teleconferência de resultados do terceiro trimestre de 2026, realizada em 13 de novembro, Schvartsman afirmou considerar mais adequada a negociação individualizada de ativos de logística do que a venda de uma participação minoritária na divisão de infraestrutura.

A CSN esclareceu, no entanto, que as declarações representam considerações gerais da administração sobre alternativas em avaliação e não constituem, por si só, uma mudança na estratégia de desinvestimentos anunciada em janeiro deste ano.

Segundo a companhia, o projeto ainda depende de análises internas, negociações com potenciais interessados, condições de mercado e aprovações societárias. Até o momento, não há contratos vinculantes ou definições sobre quais ativos poderiam ser vendidos, valores, compradores ou cronograma das operações.

O esclarecimento ocorre após a CSN anunciar, em 8 de novembro, a venda de sua divisão de cimentos à chinesa Huaxin, em uma operação avaliada em R$ 12,7 bilhões, conforme noticiado pelo Diário do Comércio.

Antecipação - A conclusão da transação ainda depende do cumprimento de condições precedentes, incluindo aprovações regulatórias. Paralelamente, a siderúrgica estuda alternativas financeiras para antecipar parte dos recursos da operação, com o objetivo de acelerar a redução de seu endividamento.

A CSN ressaltou, contudo, que a eventual antecipação permanece em fase de análise, sem definição nem contratação. Também não há, até o momento, informações concretas sobre possíveis impactos no endividamento da empresa.

A estratégia de desinvestimentos foi anunciada em janeiro. A companhia informou que pretendia realizar vendas de ativos para reduzir o endividamento entre R$ 15 bilhões e R$ 18 bilhões e concentrar suas operações em segmentos considerados mais rentáveis.

A CSN reiterou que manterá o mercado informado sobre eventuais desdobramentos relacionados à venda de ativos e à reorganização de sua estrutura de capital. **%**

"De acordo com a CSN, ainda não há definições sobre quais ativos poderiam ser vendidos"



A transferência das unidades da CSN Cimentos para a Huaxin é avaliada em R$ 12,7 bilhões FOTO: DIVULGAÇÃO / ODIN

% MINERAÇÃO

Justiça determina a penhora de títulos da Sigma Lithium

THYAGO HENRIQUE

A Justiça do Trabalho determinou a penhora de direitos minerários da Sigma Lithium para garantir o pagamento de uma ação trabalhista com valor da causa de R$ 511,3 mil. A decisão consta em despacho assinado na última segunda-feira (16) pela juíza titular da Vara do Trabalho de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, Patrícia Vieira Nunes de Carvalho.

A magistrada ordenou que a Agência Nacional de Mineração (ANM) registre, no prazo de dez dias, a restrição sobre os títulos da companhia, especialmente o vinculado ao processo minerário nº 824.692/1971. Também exigiu que informe se existem outros títulos vigentes em nome da empresa, suas respectivas situações e eventuais ônus.

"Deverá, ainda, a autarquia informar a existência de avaliação dos referidos direitos minerários ou, na sua ausência, fornecer os elementos técnicos disponíveis que possibilitem sua avaliação judicial", escreveu a juíza no documento, ao qual deu força de ofício para agilizar o envio por *e-mail* à agência reguladora.

Na prática, a averbação impede que a companhia negocie ou transfira o ativo mineral a terceiros antes de quitar ou garantir a dívida. Após a resposta da ANM, o processo voltará à magistrada para a formalização definitiva da penhora e avaliação dos direitos minerários, etapa necessária caso o bem precise ir a leilão para saldar o débito.

Em nota à reportagem, a ANM esclarece que ainda não foi oficialmente intimada da decisão. A autarquia diz que irá se manifestar oportunamente nos autos.

Já a Sigma afirma que se trata de uma questão pontual, encaminhada dentro dos trâmites regulares previstos na legislação, incluindo o direito de defesa e demais etapas com as instâncias trabalhistas competentes. A mineradora reafirma seu respeito às decisões do Poder Judiciário e ressalta que seguirá tratando o tema junto às instâncias adequadas, conforme os procedimentos legais e as condições estabelecidas no curso do processo.

"A Sigma reforça seu compromisso com uma atuação ética, responsável e pautada pelo respeito às leis e às pessoas. Uma das principais empregadoras do Vale do Jequitinhonha, a companhia contribui para a geração de empregos, renda e oportunidades, além do desenvolvimento econômico e social da região", acrescenta.

Condenação - Uma ex-funcionária entrou na Justiça em novembro de 2024 contra a Sigma Lithium alegando ter sido demitida sem justa causa quando estava grávida, não ter o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) recolhido corretamente e ter trabalhado exposta a agente insalubre, sem receber o adicional respectivo. A companhia foi condenada, em abril de 2025, a pagar indenização de estabilidade gestante e multa por atraso rescisório.

A sentença foi confirmada pela 7ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-3) três meses depois. Na fase de cobrança, de acordo com o tribunal, a mineradora foi citada, mas não quitou o débito nem indicou bens para garantir o pagamento. Diante da falta de pagamento, o TRT-3 autorizou, em fevereiro deste ano, a penhora sobre a licença de exploração mineral ativa da empresa.

A companhia tentou reverter a medida no Tribunal Superior do Trabalho (TST), mas teve recursos negados em maio e em outubro. Com o retorno do processo à Vara do Trabalho de Araçuaí, a juíza Patrícia Vieira Nunes de Carvalho determinou nesta semana o envio do ofício à ANM para registrar a penhora sobre os direitos minerários da produtora de lítio. **%**

Maior parte das terras declaradas em Minas está preservada

MYLLENA CRISTINE *

Mais da metade das terras declaradas pelas dez maiores mineradoras de Minas Gerais são cobertas por vegetação natural. A atividade de mineração ocupa 7,4% do total. É o que mostra levantamento da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), apresentado no evento Minas Day, promovido pela entidade e pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), durante a 31ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 31), em Antália, na Turquia.

A Fiemg analisou 491,6 mil hectares, com base no mapeamento por satélite do MapBiomas de 2024. Do total, 36,3 mil hectares são de mineração e 55% deles são preservados no Estado. Segundo a federação, são 7,4 hectares de vegetação natural para cada hectare minerado.

A cobertura natural nas áreas analisadas supera a média de Minas Gerais, que é de cerca de 40%. Em uma comparação feita pela Fiemg, a floresta ocupa 44,2% do recorte, contra 35,3% no Estado. Já a agropecuária ocupa 36,6% das áreas analisadas, enquanto no Estado representa 57,6% do território.

A entidade também destacou que o recorte inclui áreas de extração, de compensação ambiental e trechos de vegetação sob gestão das empresas. Os nomes das companhias não foram divulgados e a Fiemg ressaltou que a amostra não representa a totalidade do setor no Estado.

De acordo com a federação, entre 2022 e 2024, a estrutura territorial se manteve estável, com variações pontuais.

Estoque de carbono - Segundo estimativa da Fiemg, a vegetação nessas áreas guarda 56 milhões de toneladas de gás carbônico (CO_2). Isso corresponde a 2,1 anos das emissões dos processos industriais de Minas Gerais e o equivalente a 26,89 milhões de toneladas por ano, segundo o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (Seeg).

A ideia do estudo partiu de uma pesquisa da Universidade Federal de Viçosa (UFV) que aponta que a mineração ocupa 3% do Quadrilátero Ferrífero, com quase 70% da região preservada. "Se o quadrilátero ferrífero é mais preservado que o Estado de Minas, é bem provável que a mineração seja a responsável por grande parte da preservação desses locais", disse o gerente de Meio Ambiente e Relações Institucionais da Fiemg, Thiago Cavalcanti, durante a apresentação.

O material também apontou que em Minas cada emprego direto na mineração mobiliza, em média, outros 19,6 postos na economia estadual. Segundo a Fiemg, os municípios com atividade mineradora tendem a apresentar renda e desenvolvimento humano mais altos do que os demais.

O governador Mateus Simões disse que o desafio é dar agilidade e transparência aos processos. "O setor mineral não é o problema, é parte indispensável da solução sustentável do planeta", afirmou.

O levantamento feito pela Fiemg não informa a distribuição das áreas por município nem quanto da vegetação é protegida por lei, como reserva legal e áreas de compensação, e quanto é preservação voluntária. **(* Estagiária sob supervisão da editoria) %**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

SKAVA - MINAS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 08.311.242/0001-08

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 – (Em milhares de reais – R$)

Ativo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	156	1.207	47.733	32.589
Contas a receber de clientes	6	-	-	105.787	96.211
Adiantamentos		13	7	2.028	2.020
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	-	86	-
Outros ativos circulantes		30	-	6.041	4.313
Total do ativo circulante		**199**	**1.214**	**161.675**	**135.133**
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	-	10.632	12.587
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	-	734	2.435
Contas a receber	6	-	-	-	179
Outros ativos não circulantes		-	-	32	32
Investimentos	7	134.027	113.311	5.474	3.552
Imobilizado	8	-	-	459.071	339.937
Total do ativo não circulante		**134.027**	**113.311**	**475.943**	**358.722**
Total do ativo		**134.226**	**114.525**	**637.618**	**493.855**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Fornecedores	9	2	6	45.010	16.149
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	135.588	84.213
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	-	316	777
Obrigações trabalhistas e sociais	12	331	371	14.047	8.992
Obrigações fiscais	13	402	151	15.413	9.715
Adiantamento de clientes		-	-	2.860	630
Outras obrigações		12	11	7.961	4.906
Total do passivo circulante		**747**	**539**	**221.196**	**125.382**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	225.287	202.699
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	-	676	1.604
Provisão para riscos	14	-	-	486	486
Impostos diferidos	20	-	-	50.137	45.558
Total do passivo não circulante		**-**	**-**	**276.586**	**250.347**
Patrimônio líquido					
Capital social	15	2.230	2.230	2.230	2.230
Reserva de capital	15	33.085	33.085	33.085	33.085
Reserva de lucros	15	98.164	78.671	98.164	78.671
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		**133.479**	**113.986**	**133.479**	**113.986**
Patrimônio líquido atribuído aos não controladores		-	-	6.358	4.140
Total do patrimônio líquido		**133.479**	**113.986**	**139.837**	**118.126**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**134.226**	**114.525**	**637.618**	**493.855**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R$)

	Nota	Capital social – Subscrito	Capital social – A integralizar	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Atribuídos aos controladores	Não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**2.230**	**(1.277)**	**33.085**	**66.451**	**-**	**100.489**	**3.943**	**104.432**
Integralização de capital	15	-	1.277	-	-	-	1.277	-	1.277
Distribuição de dividendos	15	-	-	-	(7.462)	-	(7.462)	(6.091)	(13.553)
Resultado do exercício		-	-	-	-	19.682	19.682	6.288	25.970
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	19.682	(19.682)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**2.230**	**-**	**33.085**	**78.671**	**-**	**113.986**	**4.140**	**118.126**
Distribuição de dividendos	15	-	-	-	(50.737)	-	(50.737)	(3.823)	(54.560)
Transações entre sócios - dividendos desproporcionais	7	-	-	-	3.898	-	3.898	(3.898)	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	66.332	66.332	9.939	76.271
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	66.332	(66.332)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**2.230**	**-**	**33.085**	**98.164**	**-**	**133.479**	**6.358**	**139.837**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A Skava - Minas Participações S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Skava Participações"), com sede na cidade de Nova Lima - MG, e suas controladas (conjuntamente denominados "Grupo Skava") têm como principal objeto à prestação de serviços de terraplanagem, infraestrutura, lavra de minérios, remoção de estéril e rejeitos, locação de equipamentos e veículos leves e pesados, locação de mão de obra, manutenção e reparo de máquinas, equipamentos e veículos. Adicionalmente, como estratégia para renovação da frota e maximização na geração de caixa, o Grupo Skava aliena seus veículos, máquinas e equipamentos pesados desativados. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo Skava possui CCL – Capital Circulante Líquido negativo, no valor de R$59.521, em razão do vencimento de determinadas operações de empréstimos e financiamentos, todavia, no exercício de 2025, a Companhia apresentou um lucro líquido de R$66.332 e uma geração de caixa operacional de R$193.611. Até 30 de setembro de 2026, o Grupo Skava apurou lucro líquido de R$ 30.980 (informação não auditada), e uma operação de caixa operacional R$ 109.275 (informação não auditada). As operações de empréstimos e financiamentos estão relacionadas a aquisição de ativo imobilizado empregado nas operações do Grupo Skava e os fluxos de pagamento das referidas operações estão conciliados com a expectativa de geração de caixa operacional do Grupo Skava. A Administração entende que o Grupo Skava tem a capacidade requerida para honrar com seus compromissos financeiros de curto-prazo e continuar operando normalmente.

2. Políticas contábeis materiais – Declaração de conformidade – As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **2.1. Base de preparação** – Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que foram mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo do CPC 10 (R1), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques ou valor em uso no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos e utilize certas estimativas e premissas contábeis críticas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº3. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional** – A Administração avaliou a capacidade do Grupo Skava em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios do Grupo Skava. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação** – Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das Sociedades do Grupo Skava são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atuam (moeda funcional). Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da controladora e das demais sociedades do Grupo Skava. **2.3. Investimento e consolidação** – A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando a Companhia possui: (i) poder sobre a investida, (ii) exposição ou direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida, e (iii) capacidade de usar esse poder para afetar os retornos ao investidor. **Investimento em controladas** – As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo Skava. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido (ou passivo a descoberto, quando aplicável) das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas decorrentes de operações efetuadas entre as empresas. A parcela relativa aos não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada destacadamente no patrimônio líquido consolidado. As controladas diretas e indiretas e os respectivos percentuais de participação da Companhia estão demonstradas a seguir:

	Participação (%) 2025	Participação (%) 2024
Skava – Minas Mineração, Construções e Transporte Ltda. ("Skava Mineração")	100,00%	100,00%
Skava – Minas Manutenções e Locações Ltda. ("Skava Manutenções")	57,71%	57,71%
Lokaminas Equipamentos Ltda. ("Lokaminas Equipamentos")	100,00%	100,00%
Lokaminas Manutenções Ltda. ("Lokaminas Manutenções")	60,00%	60,00%

Investimento em empreendimentos controlados em conjunto – Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações relativas aos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto (Joint Ventures) são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial, a partir da data em que a investida se torna um empreendimento controlado em conjunto. Na aquisição do investimento, qualquer excedente do custo de aquisição do investimento em relação ao valor justo líquido dos ativos líquidos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente do valor justo dos ativos líquidos identificáveis da investida sobre o custo de aquisição do investimento é reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido. O método de equivalência patrimonial é descontinuado a partir da data em que o investimento deixa de ser um empreendimento controlado em conjunto. Os empreendimentos controlados em conjunto de forma indireta pela Companhia e os respectivos percentuais de participação estão demonstradas a seguir:

	Participação (%) 2025	Participação (%) 2024
SCP SK-GMAIA ("SCP SK-GMAIA")	40,00%	40,00%

2.4. Operações em conjunto – O Grupo Skava em conjunto com outras empresas do setor compôs e mantém consórcios para voltados a prestação de serviços. Os ativos, passivos e resultados das operações dos consórcios são reconhecidos pela respectiva participação do Grupo Skava em cada uma das operações. Os consórcios em que o Grupo Skava é parte e os respectivos percentuais de participação estão demonstrados a seguir:

	Participação (%) 2025	Participação (%) 2024
Lokaminas Equipamentos		
CPL	25,00%	25,00%
CPLN	25,00%	25,00%
Skava Mineração		
CPL	25,00%	25,00%
CPLN	25,00%	25,00%
HSD	42,50%	42,50%
CCS	33,30%	33,30%
CRD	40,00%	40,00%
CMF	33,34%	33,34%
CRM	33,33%	33,33%

2.5. Caixa e equivalentes de caixa – Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros, que possuem liquidez imediata, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto-prazo. **2.6. Reconhecimento de receita** – A receita é reconhecida na demonstração do resultado, de acordo com a norma, quando a obrigação de desempenho relacionada for satisfeita, devendo ser apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, locação de equipamentos e venda de ativos no curso normal das atividades do Grupo Skava e deve ser reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos: • Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações. • Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da companhia não se modifiquem como resultado do contrato). • Quando o Grupo Skava puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos. • Quando o Grupo Skava puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos. • Quando for provável que a companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. **Receita de prestação de serviços** – A receita de prestação de prestação é reconhecida ao longo do contrato na medida em que ocorre a efetiva prestação dos serviços aos clientes e leva em consideração as avaliações de progresso do trabalho realizado / serviços prestados, realizada por meio de medições mensais. **Receita de locação** – A receita de locação é reconhecida ao longo do tempo do contrato, conforme a utilização das máquinas e equipamentos pelo cliente. **Receitas financeiras** – A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, utilizando o método de juros efetivos. **Receita de venda de ativos desmobilizados** – As receitas de venda de ativos desmobilizados são reconhecidas quando ocorre a transferência do controle dos referidos ativos aos clientes, usualmente, quando os veículos são entregues. **2.7. Contas a receber de clientes** – Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal, que se aproxima ao valor justo na data da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos menos eventual glosa e provisão para perdas de crédito esperadas. A provisão para perdas de créditos esperadas é estimada considerando dados históricos, ajustados pelas informações acerca do futuro e nas análises de deterioração de riscos de créditos dos clientes monitoradas pela área de crédito e cobrança. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.8. Empréstimos e financiamentos** – Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam abertos, utilizando o método de juros efetivos. Os custos dos empréstimos e financiamentos são contabilizados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos as referidas transações. **2.9. Imobilizado – Reconhecimento e mensuração** – Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros, associados com estes gastos, serão auferidos pelo Grupo Skava. Despesas de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Depreciação** – A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados de venda, utilizando o método linear pelo tempo de vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação são definidas de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. **Revisão** – O Grupo Skava adota o procedimento de revisar no mínimo anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. **2.10. Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos não financeiros** – Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável, o que representa o maior valor entre o valor justo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Eventuais ajustes em razão de "impairment" são reconhecidos no resultado dos exercícios, quando identificados. Os ativos não financeiros que eventualmente tenham sido ajustados são revisados, subsequentemente, para análise de uma possível reversão do "impairment" na data do balanço. **2.11. Fornecedores** – Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal, que se aproxima do valor justo na data da transação, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos. **2.12. Outros ativos e passivos** – Um ativo é reconhecido quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando o Grupo possui uma obrigação presente de transferir um recurso econômico como resultado de evento passado. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.13. Impostos de renda e contribuição social** – As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreende os impostos correntes e diferidos e são calculados com base nas leis tributárias vigentes. As alíquotas aplicadas são de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240, para impostos de renda e de 9% para contribuição social incidentes sobre o lucro tributável. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando aplicável, é considerada no cálculo, sendo limitada a 30% por cento lucro tributável. O imposto corrente e o diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Algumas controladas do Grupo realizam a apuração de impostos por meio do regime tributário do lucro presumido. Neste regime, a base para apuração do imposto de renda e da contribuição social é determinada a partir da aplicação de um percentual de presunção sobre as receitas apurada, de acordo com a respectiva natureza. No caso das controladas do Grupo Skava, optantes pelo regime do lucro presumido, os percentuais de presunção são de 32% para o imposto de renda e contribuição social, sendo que não existe presunção para tributação das receitas financeiras. **Impostos diferidos** – Impostos diferidos passivos são os valores de impostos a pagar em períodos futuros, em relação às diferenças tributáveis temporárias. Impostos diferidos ativos são os valores recuperáveis em períodos futuros decorrentes de diferenças tributárias dedutíveis, de diferimento de prejuízos fiscais não utilizados e diferimento de créditos fiscais não utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não seja mais provável que os lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido seja utilizado. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades legais, em geral, são apresentados em separado e não pelo líquido.

2.14. Distribuição de dividendos – A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo ao final do exercício, quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia, quando previsto em Lei ou de acordo com o estatuto social da Companhia. A legislação societária brasileira estabelece o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e da destinação das reservas previstas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.15. Resultado por ações** – O resultado por ação é calculado através da divisão do lucro líquido, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o resultado básico e diluído por ação é igual. **2.16. Demonstrações do fluxo de caixa** – As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o IAS 7/CPC 03 (R2). A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas como parte das atividades de investimentos. **2.17. Instrumentos financeiros** – Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo Skava quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC48 – Instrumentos financeiros. **(i) Ativos financeiros** – A Companhia classifica os seus ativos financeiros na categoria de mensurados pelo custo amortizado, exceto pelos instrumentos financeiros – SWAP que são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Esta classificação é baseada no modelo de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. **Mensuração inicial** – Os ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. As compras ou vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente** – Observando a classificação dos ativos, a mensuração subsequente utiliza o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. **Desreconhecimento** – Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixas do ativo expiram, (ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a terceiro e tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o seu controle. **Redução ao valor recuperável** – Uma redução ao valor recuperável ("impairment") é reconhecido somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("um evento de perda) e aquele evento de perda tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro desde que possa ser estimado de forma confiável. O montante de perda é registrado no resultado e mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. **(ii) Passivos financeiros** – A Companhia classifica seus passivos financeiros na categoria custo amortizado. **Mensuração inicial** – Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. **Mensuração subsequente** – São contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização. **Desreconhecimento** – A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termo substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. **2.18. Provisões** – Uma provisão é reconhecida quando o Grupo Skava possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.19. Normas emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025** – Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, determinadas normas, alterações e interpretações haviam sido emitidas pelo IASB e convergidas pelo CPC, mas ainda não estavam vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. • IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, incluindo a introdução de subtotais padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027; • Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 – Instrumentos financeiros: O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. O Grupo Skava não adotou antecipadamente essas normas, alterações e interpretações e encontra-se avaliando os potenciais impactos de sua aplicação nas demonstrações financeiras, cujas vigências ocorrem em diferentes exercícios futuros, conforme aplicável a cada pronunciamento.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos – As estimativas e os julgamentos contábeis são revistos de forma contínua pela Administração. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: **Provisão para crédito de liquidação duvidosa e provisão para perda estimada em serviços a faturar** – Referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes. **Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis** – A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração as alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Vida útil e valor residual dos ativos** – A Companhia estima anualmente a vida útil dos ativos imobilizados com base na expectativa da administração de uso dos referidos ativos. **Valor justo de instrumentos financeiros – SWAP** – O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Assim, a Companhia avalia diversos métodos e premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Caixa e bancos	-	-	5.176	554
Aplicações financeiras	156	1.207	42.557	32.035
Total	**156**	**1.207**	**47.733**	**32.589**

As aplicações financeiras são representadas, substancialmente, por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com rendimentos equivalentes às taxas de 90% a 105%, em 2025 e 2024, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e com liquidez imediata.

5. Aplicações financeiras – Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha aplicações financeiras em garantia de empréstimos, no montante de R$10.632 (R$12.587 em 2024).

6. Contas a receber de clientes

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Clientes	59.363	62.717
Serviços executados a faturar	46.424	33.673
	105.787	**96.390**
Circulante	**105.787**	**96.211**
Não circulante	**-**	**179**

A composição do contas a receber por vencimento é conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024
A vencer	58.233	61.886
Vencidos até 90 dias	26	121
Vencidos acima de 90 dias	1.104	710
	59.363	**62.717**
(+) Serviços executados a faturar	46.424	33.673
	105.787	**96.390**

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Grupo Skava não possuía expectativa de perda esperada sobre seus recebíveis.

7. Investimentos – A composição dos investimentos da Companhia está apresentada a seguir:

Controladas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Skava Mineração	93.005	77.101	-	-
Skava Manutenção	6.892	4.787		
Lokaminas Equipamentos	32.166	30.475	-	-
Lokaminas Manutenção	1.964	948	-	-
	134.027	**113.311**	**-**	**-**
Empreendimento controlado em conjunto				
SCP SK-GMAIA	-	-	5.474	3.552
	-	**-**	**5.474**	**.552**
	134.027	**113.311**	**5.474**	**3.552**

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Saldo inicial	**113.311**	**100.662**	**3.552**	**3.823**
Adição	-	-	-	500
Equivalência patrimonial	60.739	17.847	3.661	3.820
Distribuição de dividendos	(43.921)	(5.357)	(1.739)	(4.591)
Transações entre sócios – dividendos desproporcionais	3.898	-	-	-
Outros	-	159	-	-
Saldo final	**134.027**	**113.311**	**5.474**	**3.552**

Os principais saldos das investidas com participação direta estão apresentados a seguir:

Investida	Total ativo	Total passivo	Patrimônio líquido	Resultado exercício	Valor investimento	Equivalência patrimonial
2025						
Skava Mineração	516.555	423.550	93.005	43.545	93.005	43.545
Skava Manutenção	31.646	19.705	11.941	21.715	6.892	12.533
Lokaminas Equipamentos	79.031	46.865	32.166	3.524	32.166	3.524
Lokaminas Manutenção	10.805	7.532	3.273	1.893	1.964	1.137
Total					**134.027**	**60.739**
2024						
Skava Mineração	368.680	291.579	77.101	13.271	77.101	13.271
Skava Manutenção	34.814	26.519	8.295	7.037	4.787	1.782
Lokaminas Equipamentos	80.437	49.962	30.475	2.167	30.475	2.167
Lokaminas Manutenção	11.360	9.780	1.580	1.662	948	627
Total					**113.311**	**17.847**

Em 2024, as controladas Skava Manutenção e Lokaminas Manutenção distribuíram dividendos desproporcionais aos sócios não controladores no montante de R$2.279 e R$370, respectivamente.

8. Imobilizado

	Taxas depreciação	2025 Custo	2025 Depreciação Acumulada	2025 Saldo	2024 Saldo
Consolidado					
Veiculos pesados	20%	233.956	(35.763)	198.193	188.819
Veiculos leves	20%	3.402	(883)	2.519	2.259
Veiculos fora de estrada	20%	36.744	(1.084)	35.660	-
Terrenos		2.539	-	2.539	2.539
Edifícios	10%	4.657	(806)	3.851	3.951
Máquinas e equipamentos pesados	20%	250.125	(41.797)	208.328	135.406
Outros	7,5% - 20%	13.673	(5.692)	7.981	6.963
		545.096	**(86.025)**	**459.071**	**339.937**

A Administração não identificou alterações significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

	Veiculos pesados	Veiculos leves	Veículos fora de estrada	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equip, pesados	Outros	Total
**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido – Capital social – Controladora – Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito da Companhia é R$2.230 representado por 2.229.556 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição do capital votante:

Acionista	Capital votante	Nº Ações
DPaula Holding e Participações Ltda.	45,5%	1.014.448
DPar Holding Participações Ltda.	45,5%	1.014.448
MendesPart Holding e Participações Ltda.	9,0%	200.660
	100%	2.229.556

Em 04 de dezembro de 2023, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R$1.879, por meio da emissão de 1.879.558 (um milhão oitocentos e setenta e nove mil, quinhentas e cinquenta e oito) novas ações ordinárias, sem valor nominal, sendo que a integralização de 602.848 (seiscentas e duas mil oitocentos e quarenta e oito) novas ações subscritas ocorreu por meio da contribuição das quotas relativas às empresas Skava – Minas Manutenções e Locações Ltda., Lokaminas Equipamentos Ltda. e Lokaminas Manutenções Ltda..O restante das ações subscritas pelos acionistas foi integralizado, durante o ano de 2024, por meio do aporte de recursos financeiros, no montante de R$1.277. **Reserva de capital** – A reserva de capital foi constituída em conformidade com o artigo 182, § 1º, alínea 'a', da Lei nº 6.404/76, em razão da realização de aumento de capital aprovado pela Companhia, no qual o valor total dos bens destinados a formação do capital social foi superior ao valor nominal do preço de emissão das ações. **Participações de não controladores** – As participações de não controladores foram mensuradas, inicialmente, com base no valor justo dos ativos líquidos das investidas na data de aquisição, e após a data de aquisição, através da movimentação das empresas controladas, incluindo os dividendos distribuídos. **Distribuição de dividendos** – Em 2025, o montante de dividendos distribuídos aos acionistas pela Companhia totalizou R$50.737 (R$7.462 em 2024).

16. Receitas – A conciliação entre as receitas brutas e a receita líquida pode ser assim discriminada:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita serviços intragrupo	10.451	5.612	-	-
Receita prestação de serviços	-	-	516.215	324.683
Receita locação	-	-	80.022	64.682
Receita de venda de ativos desmobilizados	-	-	46.778	28.452
PIS / COFINS	(352)	(205)	(48.174)	(32.220)
ISS	(210)	(112)	(19.910)	(13.217)
Outras deduções	-	-	(143)	(224)
	9.889	**5.295**	**574.788**	**372.156**

17. Custo e despesas por natureza – A natureza dos custos e despesas pode ser assim detalhada:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Gastos com pessoal	2.809	2.848	150.983	96.555
Locação de equipamentos e veículos	-	-	17.705	13.520
Material para manutenção	-	-	24.968	17.561
Custos operacionais relativos aos consórcios	-	-	110.560	84.517
Depreciação e amortização (*)	-	-	32.639	25.901
Custo de baixa de ativos desmobilizados	-	-	39.987	13.803
Serviços prestados por terceiros	-	12	24.592	17.545
Outros custos	448	13	37.569	35.024
	3.257	**2.873**	**439.003**	**304.426**
Custo dos serviços prestados	401	4	383.928	254.761
Despesas gerais e administrativas	2.856	2.869	55.075	49.665

(*) Em 2025, os valores de depreciação, amortização e exaustão apresentados estão líquidos dos créditos de PIS e COFINS apurados durante o exercício no montante de R$3.156 (R$2.252 em 2024).

18. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	3	1	4.637	2.414
Descontos obtidos	-	-	7.348	3.195
Instrumentos financeiros – SWAP	-	-	-	2.435
Outras receitas financeiras	1	1	43	151
	4	**2**	**12.028**	**8.195**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	(48.158)	(35.031)
Instrumentos financeiros – SWAP	-	-	(226)	(2.381)
Outras despesas financeiras	(9)	(4)	(4.841)	(2.995)
	(9)	**(4)**	**(53.225)**	**(40.407)**
	(5)	**(2)**	**(41.197)**	**(32.212)**

19. Resultado por ação – O resultado por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível ao acionista da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2025	2024
Resultado atribuível aos acionistas	66.332	19.682
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	2.229.556	2.229.556
Resultado básico e diluído por ações – em (R$)	29,75	8,83

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes dos impostos	67.366	20.267	103.346	40.923
(-) Parcela do lucro tributada pelo lucro presumido	(67.366)	(20.267)	(35.484)	(14.552)
Parcela do lucro tributada pelo lucro real	-	-	67.862	26.371
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal	-	-	**(23.073)**	**(8.966)**
Ajustes à despesa nominal				
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	1.245	1.299
Outras diferenças permanentes	-	-	1.035	(3.266)
Tributação pelo lucro presumido	(1.034)	(585)	(6.282)	(4.020)
Despesa efetiva	**(1.034)**	**(585)**	**(27.075)**	**(14.953)**
Alíquota efetiva	1,5%	2,9%	26,2%	36,5%
Correntes	(1.034)	(585)	(22.496)	(6.553)
Diferidos	-	-	(4.579)	(8.400)

Tributação pelo lucro presumido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta	10.450	5.612	55.243	33.677
Percentual de presunção	32%	32%	32%	32%
Base presumida	3.344	1.796	17.678	10.777
Despesas efetiva	(1.034)	(585)	(6.282)	(4.020)
Alíquota efetiva	31%	33%	36%	37%

Impostos diferidos – A composição dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Provisão para contingências	165	165
Instrumentos financeiros – SWAP	58	(18)
Provisão de despesas	646	342
Depreciação fiscal x depreciação societária (i)	(51.006)	(46.047)
	(50.137)	(45.558)

(i) Refere-se à diferença temporária decorrente do cálculo da depreciação contábil em relação à base fiscal. O Grupo Skava calcula, para fins fiscais, a despesa de depreciação dos veículos conforme critérios estabelecidos pela Lei 4.506/64, considerando as taxas anuais estabelecidas na Instrução Normativa 1.700/17.

21. Partes relacionadas – As transações entre partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado				
Receita serviços intragrupo (i)	10.450	5.612	-	-
	10.450	**5.612**	**-**	**-**

(i) Receita serviços intragrupo – Refere-se a serviços administrativos prestados pela Companhia para as suas controladas. **Remuneração dos administradores** – Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades do Grupo. Durante o exercício de 2025, foram pagos R$392 (R$422 em 2024) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros. A Companhia não possui benefícios de pósemprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego), de longo-prazo (licença por anos de serviços e benefícios de invalidez de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho).

22. Instrumentos financeiros – Instrumentos financeiros por categoria e estimativa de valor justo – Os instrumentos financeiros por categoria estão apresentados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros	**Mensuração**	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes	Custo amortizado	156	1.207	47.733	32.589
Aplicações financeiras	Custo amortizado	-	-	10.632	12.587
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio do resultado	-	-	820	2.435
Contas a receber	Custo amortizado	-	-	105.787	96.390
		156	**1.207**	**164.972**	**144.001**

		Controladora		Consolidado	
Passivos financeiros	**Mensuração**	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	Custo amortizado	2	6	45.010	16.149
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio do resultado	-	-	885	2.381
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	-	360.875	286.913
		2	**6**	**406.770**	**305.443**

A Companhia adota a mensuração a valor justo para os instrumentos financeiros derivativos. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1** - Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos, os quais a Empresa possa ter acesso na data de mensuração. • **Nível 2** - Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais os inputs são observáveis. • **Nível 3** - Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação. A Administração entende que os demais instrumentos financeiros, tais caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. **Fatores de risco financeiro** – O Grupo Skava possui exposição aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A Administração do Grupo tem responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de risco. A estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Skava foi estabelecida para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos, controles apropriados e procedimentos adequados para monitorar os riscos e aderência aos limites estabelecidos. Por meio de treinamento e procedimentos de gestão, o Grupo Skava busca desenvolver um ambiente adequado de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. (i) Risco de crédito – Risco de crédito está relacionado ao risco de o Grupo Skava incorrer em perda decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro e da falha destes de cumprir com as obrigações previstas em contrato. Este risco está basicamente associado aos saldos mantidos junto as instituições financeiras (depósitos bancários e aplicações financeiras) e ao saldo de contas a receber. Exposição – O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máximo ao risco de crédito, sendo que a exposição máxima ao final do exercício está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	156	1.207	47.733	32.589
Aplicações financeiras	-	-	10.632	12.587
Contas a receber de clientes	-	-	105.767	96.390
	156	**1.207**	**164.132**	**141.566**

Caixa e equivalentes de caixa / Aplicações financeiras – Os saldos mantidos de conta corrente e aplicações financeiras são mantidos junto a bancos e instituições financeiras conceituados pelo mercado. **Contas a receber** – A exposição ao risco de crédito dos valores de contas a receber é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Administração possui um monitoramento junto aos principais clientes visando garantir a totalidade do recebimento dos mesmos. O risco de crédito para os valores de contas a receber é atenuado em função da pulverização de clientes e pela possibilidade de interrupção da prestação de serviços após determinado período de inadimplência. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Grupo Skava não possuía expectativa de perda esperada sobre seus recebíveis. **(ii) Risco de liquidez** – Risco de liquidez está associado ao risco de o Grupo Skava não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos. O Grupo faz uma gestão de fluxo de caixa centralizada visando garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo Skava. A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa não descontados contratados referentes aos passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período de remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	31/12/2025		Fluxo de pagamentos				
	Saldo contábil	Fluxo Futuro	2026	2027	2028	2029	2030
Controladora							
Fornecedores	2	2	2	-	-	-	
	2	**2**	**2**	**-**	**-**	**-**	
Consolidado							
Fornecedores	45.010	45.010	45.010	-	-	-	
Empréstimos e financiamentos	360.875	442.594	182.896	141.076	83.758	31.604	3.261
	405.885	**487.604**	**227.906**	**141.076**	**83.758**	**31.604**	**3.261**

Risco do fluxo de caixa ou valor associado com taxas de juros – O risco de taxa de juros do Grupo Skava está associado aos empréstimos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justos associado à taxa de juros. O Grupo Skava monitora sua exposição à flutuação na taxa de juros básicas, decorrente de instrumentos de dívida, e realiza testes de sensibilidade em diferentes taxas no seu planejamento financeiro para assegurar liquidez mesmo nos cenários de maior variação da taxa de juros. A exposição à variação de taxa de juros é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	156	1.207	42.557	32.036
Aplicações financeiras	-	-	10.632	12.587
Empréstimos e financiamentos pós fixados	-	-	(290.056)	(247.696)
	156	**1.207**	**(236.867)**	**(203.073)**

Análise de sensibilidade – A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos e financiamentos utilizou, como cenário provável (Cenário I), as taxas referencias obtidas no site do Banco Central do Brasil (https://www.bcb.gov.br), em 29 de dezembro de 2025, e os cenários II e III levaram em consideração um incremento nestas taxas de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valor nominais, são como seguem:

	Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Taxa CDI (a.a.)	12,25%	15,31%	18,38%
Exposição líquida ao CDI – consolidado	(236.867)		
Despesas com juros indexadas ao CDI – consolidado	29.016	36.264	43.536

Gestão de capital – Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode rever sua política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, seu nível de endividamento. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	Consolidado	
	2025	2024
Total de empréstimos e financiamentos	360.875	286.913
Total de caixa e equivalentes de caixa	(47.733)	(32.589)
Total de aplicações financeiras	(10.632)	(12.587)
Instrumentos financeiros – SWAP	172	(54)
Dívida líquida	302.682	241.683
Total do patrimônio líquido	139.837	118.126
Capital total (patrimônio líquido + dívida líquida)	442.519	359.809
Índice de alavancagem financeira - %	68%	67%

23.Transações sem efeito caixa – As seguintes transações não tiveram efeito caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Transações entre sócios – dividendos desproporcionais	3.898	-	-	-
Aquisição de ativos imobilizado por financiamento	-	-	158.218	163.360

24.Aprovação das demonstrações financeiras – As Demonstrações Financeiras da Companhia foram aprovadas e autorizada para emissão pela diretoria em 06 de novembro de 2026.

José Henrique Bahia de Castro
Diretor Presidente

Eduardo L. Campos Peixoto
Contador responsável (CRC MG – 095702/O-0)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da
Skava-Minas Participações S.A.
Nova Lima - MG

Opinião – Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Skava-Minas Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Skava-Minas Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião – Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas – A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas – Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 9 de novembro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

Edifício do banco Credireal vai passar por *retrofit*

% CONSTRUÇÃO CIVIL Prédio no hipercentro foi adquirido pela Goove Evolução Urbana e vai abrigar um conjunto residencial, além disso receberá a próxima edição do CasaCor Minas

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

ANDERSON GONÇALVES

Após adquirir o prédio do antigo banco Credireal, na rua Espírito Santo, no centro de Belo Horizonte, a Groove Evolução Urbana, em parceria com as construtoras BBM e Trena, fará a revitalização do imóvel para abrigar um conjunto residencial com previsão de 200 apartamentos.

O prédio foi adquirido por R$ 19 milhões e receberá investimento adicional de R$ 3 milhões para reforma e construção de unidades residenciais. O *retrofit* da construção histórica - que era a sede do segundo maior banco estatal de Minas Gerais - integra um projeto da Groove para dar "outra cara" ao hipercentro da Capital, que hoje tem muitas edificações vazias.

Além do antigo Credireal, a Groove está trabalhando em outro projeto residencial na cidade. A empresa tem um segundo edifício no bairro Santo Efigênio, que deve virar residencial em breve, além de outros empreendimentos. "Nós temos outros quatro edifícios e um projeto de *pipeline* para Belo Horizonte de ter pelo menos dez empreendimentos nos próximos anos." Revela o CEO da Groove Evolução Urbana, Flávio Mendes Garcia.

Além de revitalizar o prédio e transformá-lo em um edifício residencial, a intenção da Groove com o empreendimento é oferecer mais espaços de serviços para os moradores no próprio prédio. Será um condomínio híbrido, residencial e comercial.

O modelo pode ser parecido com o de locais que oferecem serviços de lavanderia, mercado e outras conveniências aos moradores, que teriam acesso a esses empreendimentos onde moram.

"Nós temos conversado com o mercado, com alguns parceiros, e isso deve se intensificar agora nos próximos meses, com certeza", comentou Garcia.

Sobre as partes legais do projeto, Flávio diz que houve uma última reunião com a PBH para acertos finais da documentação e das liberações. "Acredito que em torno de um mês a gente finalize esse conceito inicial de projeto e aí a gente vai dar andamento ao protocolo dentro da prefeitura, dentro deste ano ainda", disse.

Minha Casa, Minha Vida - Antes de pensar no residencial que será feito no prédio do Credireal, a Groove e os demais parceiros pretendiam erguer moradias para se enquadrar no programa Minha Casa, Minha Vida. Por ora, não há projeto para o hipercentro de Belo Horizonte. Todavia, a Groove Evolução Urbana crê que o modelo habitacional tem espaço na capital mineira.

"(O centro de BH pode ter espaço para receber um Minha Casa, Minha Vida?) Tem, sim. O centro de Belo Horizonte tem a capacidade, e é algo que a gente avalia: a utilização de edifícios, utilizar o centro para implementações e edificações HIS (Habitação de Interesse Social), que trazem o programa Minha Casa, Minha Vida em conjunto. E, com certeza, vai dar espaço e se tornará uma realidade nos próximos anos", afirmou Garcia.

Casacor Minas - Antes de se tornar um local de moradias, o prédio do Credireal terá uma destinação diferente. Receberá a Casacor Minas 2027, como forma de celebrar o histórico prédio no centro de Belo Horizonte. As obras da edificação já foram iniciadas e devem estar prontas a tempo do evento, que reúne tendências e novidades da arquitetura e do *design* de interiores.

"Vamos começar agora uma série de implementações no edifício, preparando-o para receber o evento no ano que vem. O empreendimento terá seu lançamento efetivo, concomitante ao lançamento do próprio evento", disse. **%**



Garcia explica que os investimentos para fazer o *retrofit* do edifício devem somar R$ 3 milhões FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / NATHÁLIA GONÇALVES

"Nós temos outros quatro edifícios e um projeto de pipeline para Belo Horizonte de ter pelo menos dez empreendimentos nos próximos anos"
Flávio Mendes Garcia

Vendas de apartamentos registram queda de 1,5% em BH

% MERCADO IMOBILIÁRIO Retração entre janeiro e setembro é atribuída pela CMI/Secovi-MG ao encarecimento do crédito com os juros elevados

DANIEL DE ANDRADE

O mercado imobiliário de Belo Horizonte registrou uma ligeira retração no volume de vendas de apartamentos entre janeiro e setembro de 2026, na comparação com o mesmo período do ano passado. Levantamento do Data Secovi, instituto de pesquisas da Câmara do Mercado Imobiliário e Sindicato da Habitação de Minas Gerais (CMI/Secovi-MG), divulgado ontem, mostra que foram comercializadas 15,26 mil unidades na capital mineira, ante 15,5 mil nos nove primeiros meses de 2025, uma redução de 1,5%.

Para o diretor de pesquisa de mercado da CMI/Secovi-MG, Leonardo Matos, entretanto, o resultado representa mais uma estabilidade do que uma queda expressiva. Na avaliação dele, o desempenho foi influenciado principalmente pelo encarecimento do crédito, pela taxa básica de juros elevada e pelas incertezas econômicas e políticas. Um movimento atípico registrado em junho também contribuiu para o resultado negativo no acumulado do ano.

"Se a gente comercializa aí em torno de 2,2 mil a 2,4 mil imóveis em junho, se eu não me engano, houve uma queda para 1,5 mil. Em julho, as vendas voltaram a recuperar, mas o resultado de junho acabou pesando no balanço dos nove primeiros meses", destaca.

O levantamento considera as transações quitadas de janeiro a setembro, com base nas guias do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), compiladas pelo Secovi-MG. Considerando apartamentos, casas, lojas, salas e lotes, foram registradas 19,57 mil vendas, também 1,5% abaixo das 19,87 mil transações contabilizadas no mesmo intervalo de 2025.

Questionado se a retração nas vendas também está sendo acompanhada por uma redução no volume de lançamentos, Matos afirma que a pressão sobre o crédito também tem repercutido nas decisões das incorporadoras e construtoras. Segundo ele, o mercado de lançamentos, chamado de mercado primário, depende diretamente da disponibilidade de recursos financeiros e de capital para viabilizar os empreendimentos.

"Com o capital muito alto e uma expectativa de um 2027 e 2028 difíceis, acredito que muitas empresas estão revendo os lançamentos futuros, readequando e verificando se aquele empreendimento ainda para de pé, se é melhor adiar ou aguardar. Acho que é o que a maioria das empresas está fazendo neste momento", afirma.

O levantamento do Data Secovi, baseado nas guias de ITBI quitadas, não apresenta uma comparação do volume de lançamentos realizados em 2026 com o ano anterior. Portanto, não é possível dimensionar, a partir da pesquisa, se houve redução efetiva na quantidade de novos empreendimentos colocados no mercado. **%**



Em Belo Horizonte, foram comercializados 15,26 mil apartamentos nos nove primeiros meses deste ano FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / LEONARDO MORAIS

Valor médio por metro quadrado aumenta 12,4%

Na contramão do comportamento das vendas, os preços dos apartamentos continuam avançando em Belo Horizonte. O valor médio do metro quadrado chegou a R$ 10,5 mil entre janeiro e setembro deste ano, alta de 12,4% sobre os R$ 9,35 mil registrados no mesmo intervalo de 2025.

Na avaliação do diretor de pesquisa de mercado da CMI/Secovi-MG, Leonardo de Matos, dois fatores ajudam a explicar a valorização: a escassez de terrenos disponíveis na Capital e o encarecimento dos custos de construção, especialmente da mão de obra.

"Hoje Belo Horizonte tem 319 quilômetros quadrados e a gente tem muito pouco terreno, muito poucos imóveis. Além disso, o custo da construção está alto. O custo da mão de obra e a dificuldade de encontrar mão de obra aumentaram bastante. Tudo isso impactou o custo da construção", afirma.

A valorização foi ainda mais expressiva em determinadas faixas de imóveis. Os apartamentos do padrão econômico tiveram aumento de 31% no preço médio do metro quadrado, enquanto os do *standard* registraram alta de 22,6%. No segmento alto padrão, a valorização chegou a 19,2%. Já o médio-alto apresentou recuo de 1,9%.

Para Matos, a valorização também reforça a atratividade do imóvel como alternativa de investimento, especialmente quando o proprietário consegue obter renda com a locação.

"Você imagina aquela pessoa que tem esse imóvel, que valorizou 12,5% nesse espaço de tempo e, ao mesmo tempo, aluga esse imóvel. Somada a essa valorização, ela ainda teve a renda da locação, que pode variar em torno de 5% a 10% ao ano", observa.

Outro movimento identificado pela pesquisa é a mudança no perfil da demanda. Os apartamentos dos padrões econômico e *standard* ganharam participação nas negociações, enquanto os segmentos de maior valor perderam espaço.

Entre janeiro e setembro, as vendas de apartamentos econômicos dentro das regras da faixa 4 do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), cresceram 16,5%, enquanto o *standard* avançou 15,9%. Em contrapartida, as comercializações de imóveis médio-alto recuaram 39,5% e as do padrão alto tiveram queda de 43%. Com isso, econômico e *standard* passaram a representar 81,2% dos apartamentos vendidos em Belo Horizonte, ante 78,5% na média do acumulado de 2022 a 2026.

Para Matos, essa mudança está relacionada às condições de financiamento e não representa necessariamente uma transformação definitiva no comportamento do consumidor.

"Eu acredito que é uma adaptação. Quando o cenário de crédito fica mais complexo, ele afeta principalmente os produtos de alto padrão. Enquanto isso, os produtos *standard* e econômico são subsidiados. Existem programas governamentais que auxiliam na construção desses empreendimentos", avalia.

Na visão do diretor, o mercado imobiliário passa por ciclos, e a preferência dos compradores pode mudar novamente conforme as condições econômicas e de financiamento.

Para o próximo ano, a expectativa da CMI/Secovi-MG é de que o mercado imobiliário enfrente desafios semelhantes aos observados em 2026. Temos um cenário político complexo, crédito caro, alto comprometimento da renda das pessoas e a dívida fiscal brasileira impactando o mercado econômico. Os desafios continuam os mesmos", conclui.

Entre os bairros de Belo Horizonte com maior volume de vendas de apartamentos, entre janeiro e setembro deste ano, Buritis, na região Oeste liderou, com 735 unidades, seguido por Castelo, na Pampulha (425) e Santo Antônio, na região Centro-Sul, (385).

Considerando o valor do metro quadrado, Belvedere, na região Centro-Sul, apresentou o preço mediano mais alto, de R$ 11,46 mil, seguido por Lourdes e Savassi, ambos com R$ 10.66 mil, e Santo Agostinho, com R$ 10.58 mil. Na outra ponta, Conjunto Paulo VI (R$ 4.4 mil), na região Nordeste; Serra Verde (R$ 4.53 mil), na região de Venda Nova; e Solar do Barreiro (R$ 4.71 mil), no Barreiro, registraram os menores valores medianos entre os bairros com pelo menos 50 vendas no período. **(DA) %**

Mangabeiras é o bairro com preço de locação mais elevado da capital mineira

LEONARDO LEÃO

O bairro Mangabeiras, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, registrou o preço médio de locação mais elevado da Capital em outubro. Ao todo, seis dos 62 bairros analisados pela Loft apresentaram valores acima de R$ 10 mil. O custo da locação por imóvel na cidade também subiu 9,9% nos dez primeiros meses deste ano, na comparação com o mesmo período de 2025, atingindo R$ 4.969.

Além do Mangabeiras, outros dois bairros da região Centro-Sul aparecem no topo da lista: Belvedere e São Bento, com R$ 15.666 e R$ 12.153, respectivamente. Em seguida aparecem Bandeirantes (R$ 10.780), na região da Pampulha; Santa Lúcia (R$ 10.300), também na região Centro-Sul; e São Luíz (R$ 10.090), na Pampulha.

O levantamento, realizado com base em anúncios nas principais plataformas digitais, considerou apenas os bairros com pelo menos 50 anúncios ativos no período. Entre as regiões analisadas, o bairro Mantiqueira, na região de Venda Nova, apresentou o menor valor médio de locação, com R$ 1.683 no último mês; seguido por Santa Cruz (R$ 2.383), na região Nordeste da capital mineira.

Já o aluguel por metro quadrado (m²) anunciado em Belo Horizonte apresentou variação positiva de 8,5% nos entre os meses de outubro e janeiro de 2026, na comparação com os dez primeiros meses do ano passado. O valor médio da locação passou de R$ 37,31/m² para R$ 44,90/m². Esse avanço foi puxado pelo avanço em 55 bairros.

Assim como o aluguel por imóveis e por metro quadrado, o tamanho médio dos imóveis anunciados na Capital também apresentou aumento, com variação positiva de 2%, passando de 130 m² para 132 m².

Em 22 dos 62 bairros analisados, que concentram 74% dos anúncios de aluguel da cidade, o preço médio do metro quadrado apresentou alta igual ou superior a 10%, e em cinco o desempenho passou de 20%. Entre os destaques, estão os bairros Palmeiras (30,1%), na região Oeste, e Boa Viagem (29,1%), na região Leste.

Por outro lado, sete bairros tiveram queda, com destaque para o bairro Luxemburgo (–11,4%) e Coração de Jesus (–8,1%), ambos na região Centro-Sul da Capital.

A alta no preço foi generalizada nas diferentes regiões da cidade. A Centro-Sul, que concentra os bairros mais caros, teve alta de 8,6%, atingindo R$ 49,60/m². Esse desempenho foi semelhante ao dos demais bairros, com avanço de 8,5%, para R$ 33,21/m².

Divididos em quatro grupos pelo valor do metro quadrado em 2025, os bairros tiveram altas entre 7,9% e 9,9%. O grupo dos mais caros subiu 7,9%, para R$ 51,15/m², e o dos mais baratos, com avanço de 9,4%, para R$ 25,01/m². Entre os bairros mais caros, Boa Viagem teve a maior variação, de 29,1%, e chegou a R$ 65,71/m².

O ritmo da alta em Belo Horizonte apresentou poucas mudanças ao longo do ano. Na comparação anual, o aluguel por metro quadrado subiu 9,2% de janeiro a março, 8,3% de abril a junho e 8,4% de julho a outubro.

Segundo o gerente de dados da Loft, Fábio Takahashi, a alta do aluguel foi observada em quase todos os bairros, tanto nos mais caros quanto nos mais baratos, e manteve o mesmo ritmo ao longo do ano. "Mesmo assim, vale olhar o bairro com atenção, porque a variação vai de quedas a altas de quase 30%", afirma. **%**

Produtividade do trabalho avança pouco no Brasil

% EFICIÊNCIA Cenário evidencia as dificuldades estruturais enfrentadas pela economia do País

LEONARDO MORAIS

A produtividade do trabalho no Brasil acumulou crescimento de apenas 14,4% entre 1995 e 2022, enquanto a eficiência conjunta dos recursos de produção registrou queda de 24,9% no mesmo período. Os dados, apresentados pelo Ibmec com base no banco de dados *Penn World Table 11.0*, evidenciam as dificuldades estruturais enfrentadas pela economia brasileira para ampliar a capacidade produtiva.

A avaliação é do coordenador do curso de Ciências Econômicas do Ibmec BH, Ari Araujo. O tema foi discutido durante um encontro com professores especializados em economia e política, realizado ontem em Belo Horizonte.

Segundo o docente, o País ainda enfrenta obstáculos relacionados à insegurança jurídica, ao grau de abertura da economia, às taxas de juros elevadas e ao endividamento. Esses fatores tendem a comprometer a atração de investimentos e os ganhos de produtividade ao longo dos anos.

"Se compararmos dois países, Brasil e Chile, os investidores podem optar pelo Chile em razão da maior segurança jurídica e de uma economia mais aberta", exemplifica o economista.

Entre 1995 e 2022, o levantamento aponta que a produtividade do trabalho apresentou oscilações, com períodos de crescimento e retração, mas encerrou a série em um patamar apenas 14,4% superior ao inicial. Já a produtividade total dos fatores (TFP) seguiu uma trajetória predominantemente negativa, acumulando perda de quase um quarto do valor registrado no início da análise.



Eficiência no uso dos recursos de produção no Brasil cai 24,9% entre 1995 e 2022, segundo dados apresentados pelo Ibmec FOTO: JOSÉ PAULO LACERDA / CNI

Desafios - A diferença entre os indicadores é considerada relevante para compreender os desafios do crescimento econômico. Enquanto a produtividade do trabalho mostra quanto cada trabalhador consegue produzir, a TFP indica o quanto o País consegue aproveitar os próprios recursos, como mão de obra, máquinas e equipamentos, para gerar riqueza.

Nessa lógica, uma economia pode aumentar a produção por trabalhador por meio de investimentos em máquinas, equipamentos e infraestrutura, sem necessariamente apresentar os mesmos ganhos de eficiência na utilização conjunta desses recursos.

De acordo com Araujo, a produtividade do trabalho no País permaneceu em patamares semelhantes entre 2023 e 2025, após o último resultado analisado (2022). Para os próximos anos, uma recuperação dependeria de uma combinação de fatores, como a redução da insegurança jurídica e das taxas de juros, além da maior qualificação dos trabalhadores formais. **%**

"Se compararmos dois países, Brasil e Chile, os investidores podem optar pelo Chile em razão da maior segurança jurídica e de uma economia mais aberta"
Ari Araujo

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 046/2026. Objeto: Aquisição materiais (batedeira, secador, prancha alisadora, forno elétrico, roupeiro, cadeira, colheres, garfos, etc) para uso nas oficinas terapêuticas do Centro de Convivência em Saúde Mental, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR ITEM. Plataforma de realização da sessão pública: **https://licitar.digital/**. O edital e seus anexos podem ser acessados no PNCP e nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://licitar.digital/**. Data de abertura: 04/12/2026, às 8h30.

SAAE GUANHÃES/MG

REAVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO Nº 90/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 008/2026. CUJO OBJETO E A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSISTENTES NA EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS DESTINADOS A IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA – ETA DO MUNICÍPIO DE GUANHÃES – MG, SEM INCLUIR O FORNECIMENTO, A MONTAGEM, A INSTALAÇÃO E O COMISSIONAMENTO DA ETA COMPACTA DE 100 LITROS/SEGUNDO ITEM JÁ LICITADO, OBJETO VINCULADO AO INSTRUMENTO Nº. 968211/2024, OPERAÇÃO Nº. 1098005-44, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC, DO GOVERNO FEDERAL, PRECISAMENTO O LOTE 01 – OBRAS CIVIS E SERVIÇOS ASSOCIADOS, ITEM REMANESCENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 47/2026, CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 005/2026, o recebimento das propostas ocorrerá até a abertura da sessão pública, remarcada para 03/12/2026, às 14h, horário de Brasília através da plataforma www.licitardigital.com.br. O edital e anexos estão à disposição de interessados no Setor de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Guanhães e pelo telefone (33) 3421-1501 das 08:00 às 17:00h; no site oficial do município: www.guanhaes.mg.gov.br, no Portal Eletrônico Licitar Digital, ou através do e-mail licitacoes@guanhaes.mg.gov.br, Evelyn Estéfane Silva de Medeiros – Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS/ MG

Torna pública o edital do Processo Licitatório no 103/2026, Registro de Preços nº 34/2026, na modalidade Pregão nº 40/2026, na forma presencial, do tipo maior desconto, regido pela Lei Federal n. º 14.133/2021, Decreto Municipal n. º 09/2024, Decreto Municipal n.º 18/2024, Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, e demais condições fixadas no instrumento convocatório. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de peças automotivas para o Município de Vieiras/MG. Credenciamento e abertura dos envelopes:04/12/2026 às 08:00 horas. Local: Avenida Alcino Bicalho, nº 331, Bairro Fava, Vieiras/MG, CEP: 36895-000. Melhores informações no telefone 0800 755 1001 e e-mail licitacao@vieiras.mg.gov.br Pregoeira: Ana Paula Breijão Manso.

Torna pública o edital do Processo Licitatório no 104/2026, Registro de Preços nº 35/2026, na modalidade Pregão nº 41/2026, na forma presencial, do tipo menor preço por item, regido pela Lei Federal n. º 14.133/2021, Decreto Municipal n. º 09/2024, Decreto Municipal nº 18/2024, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e demais condições fixadas no instrumento convocatório. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos pertencentes à frota municipal do Município de Vieiras/MG. Credenciamento e abertura dos envelopes:04/12/2026 às 13:00 horas. Local: Avenida Alcino Bicalho, nº 331, Bairro Fava, Vieiras/MG, CEP: 36895- 000. Melhores informações no telefone 0800 755 1001 e e-mail licitacao@vieiras.mg.gov.br Pregoeira: Ana Paula Breijão Manso.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte – SINDIBEL, CNPJ nº 22.590.285/0001-09, com endereço na Av. Afonso Pena, nº 726, 18º andar, Centro, Belo Horizonte, CEP: 30.130-003, neste ato representada por seu Coordenador Administrativo Israel Arimar de Moura, convoca todos os servidores e empregados públicos municipais, em atividade ou aposentados, sindicalizados ou não sindicalizados a entidade, exceto os servidores da rede municipal de educação infantil, ensino fundamental e médio; da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS; da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL; da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A – PRODABEL, do Legislativo e da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte, representados por esta entidade na base territorial do município de Belo Horizonte, para participarem da assembleia geral, a ser realizada na sede da entidade, localizada na Av. Afonso Pena, nº 726, 18º andar, Centro, CEP: 30.130-003, Belo Horizonte - MG, no dia 26 de novembro de 2026, quinta-feira, às 09:30 horas, em primeira convocação e ás 10:00 horas, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para tratar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Negociação coletiva, companha salarial, reajuste de 2027 e das demais reivindicações da categoria junto a PBH; **b)** Aprovação de autorização coletiva, prévia e expressa para instituição da contribuição assistencial do ano de 2027, no valor de R$50,00 (cinquenta reais), de todos os integrantes da categoria, em atividade ou aposentados, sindicalizados ou não sindicalizados a entidade, para custeio das atividades sindicais da negociação coletiva do ano 2027, conforme previsto no inciso III do art. 125 do estatuto social da entidade e da alínea "e" do art. 513 da CLT c/c Tema 935 do STF, **c)** Estabelecer e autorizar o desconto em folha de pagamento no valor de R$50,00 (cinquenta reais) a título de contribuição assistencial do ano de 2027, a ser descontado em uma única parcela na folha de pagamento do segundo mês subsequente a concessão do reajuste salarial do ano de 2027 em favor da entidade sindical, **d)** Garantia do livre exercício do direito a oposição do desconto da contribuição assistencial do ano de 2027; **e)** Estabelecer a modalidade e prazos para o exercício do direito a oposição do desconto da contribuição assistencial do ano de 2027; **f)** Outras deliberações pertinentes.
Belo Horizonte/MG, 16 de novembro de 2027. ISRAEL ARIMAR DE MOURA – Coordenador Administrativo SINDIBEL.

CONDOMINIO VALE DO OURO
CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os condôminos do Condomínio Vale do Ouro, estabelecido junto a BR 040, KM 509 sentido Belo Horizonte/Brasília, no município de Ribeirão das Neves/MG, para, na forma prevista da Cláusula Vigésima Segunda, Parágrafo Primeiro, Letra A da convenção do Condomínio, reunirem-se em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 06 de dezembro (DOMINGO) de 2026 às 9:00 horas em primeira convocação com o quórum necessário e às 9:30 horas com qualquer número de condôminos adimplentes, na quadra coberta do Condomínio, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos, que constituem a ordem do dia: **A) Apresentação e aprovação do orçamento para o exercício de 2027, bem como a fixação das cotas de contribuição condominial, conforme previsto nos itens 4 e 5 da Cláusula Vigésima Segunda da Convenção do Condomínio. B) Apresentação e deliberação sobre a proposta de locação de espaço em área comum do CVO para implantação de uma Estação Rádio Base, destinada à empresa VÉRTIS – Infraestrutura de Telecomunicações S.A.** Observações: 1 - Os Condôminos em atraso com a taxa de Condomínio e/ou com qualquer taxa extraordinária não poderão participar da assembleia, assim como não poderão votar nem serem votados, conforme Cláusula Vigésima Segunda, Parágrafo Terceiro.

Ribeirão das Neves, 18 de Novembro de 2026
Conselho da Administração

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG . SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL. EDITAL DE CITAÇÃO. COM PRAZO DE VINTE DIAS. O Dr. Carlos José Cordeiro, Mm. Juiz de Direito da **2ª Vara Cível da comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais**, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e respectiva Secretaria, processam-se os termos e atos da ação de Execução de Título Extrajudicial, autos nº **5022404-19.2021.8.13.0702** (PJe), requerido por **ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA** - CNPJ: 45.441.789/0001-54.Mediante Contrato de Financiamento para Aquisição de Bens, firmado em 16/01/2017, obrigou-se o Requerido a pagar a importância financiada em 80 parcelas iguais e consecutivas. O Requerido transferiu ao credor, em alienação fiduciária, o bem: marca HONDA, modelo CRF230, 2016/2017, cor VERMELHA. Mesmo sendo devidamente NOTIFICADO, não satisfez débito, deixando de realizar pagamentos relativos a prestação vencida em 18/12/2017, totalizando, até apresente data, a importância de R$ 10.700,06. E como o Executado não foi encontrado para citação, é o presente Edital expedido com a finalidade de CITAR e chamar o Executado ROZENDO GOMES BRAGA FILHO - CPF: 014.599.416-32 para os termos e atos da supracitada ação e para efetuar o pagamento da quantia de R$ 10.700,06 referente ao principal, acessórios e 10% sobre o valor da execução, no prazo de 03 (três) dias. Sabendo que no caso de integral pagamento, no prazo supracitado, averba honorária será reduzida pela metade. Poderá, ainda, caso queira, opor à execução por meio de Embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias. Faculto à parte ré optar em promover o depósito de 30% do valor atualizado do débito e parcelar o restante em até 06 (seis) vezes na forma (art. 916 do CPC). Assim, para conhecimento de todos, especialmente do (a/s) interessado (a/s), expediu-se o presente edital que será afixado no lugar público de costume e publicado uma vez no "Diário do Judiciário – Minas Gerais" e duas vezes no jornal local de grande circulação. Uberlândia, 14 de outubro de 2024.

CSC MOBI HOLDING LTDA - CNPJ nº 66.961.118/0001-94 - NIRE 31217995093

Extrato da 2ª Alteração do Contrato Social da CSC MOBI HOLDING LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 66.961.118/0001-94, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEMG sob o NIRE nº 31217995093, sediada em Viçosa, Estado de Minas Gerais, na Rua Dr. Brito, nº 234, Sala 04, Centro, CEP 36570-013 ("Sociedade"), celebrada em 14 de outubro de 2026, com a presença de sócios representando a totalidade do capital social. Os sócios aprovaram, por unanimidade: (1) a rerratificação da 1ª Alteração do Contrato Social da Sociedade registrada na JUCEMG em 14/08/2026, sob o nº 14123505 para: (i) retificar a redação da Cláusula 1.2.3, para que conste que o sócio Rodrigo subscreveu e integralizou 720.000 (setecentas e vinte mil) Novas Quotas da Sociedade, no valor total de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), mediante a conferência ao capital social da Sociedade de 72.000 (setenta e duas mil) quotas de emissão da VIAÇÃO VIÇOSA TURISMO LTDA., sociedade empresária limitada com sede no Município de Viçosa, Estado de Minas Gerais, na Rua Dr. Brito, nº 234, Centro, CEP 36570-000, inscrita no CNPJ sob nº 19.672.898/0001-72 e com seu Contrato Social arquivado na JUCEMG sob NIRE 31201468722, pelo valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), mas que, em razão de erro material, constou que o sócio Roberto integralizou as referidas Novas Quotas; (ii) retificar a redação da Cláusula 1.2.8, para que conste que o sócio Roberto conferiu ao capital social da Sociedade 7.000 (sete mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da SV TRANSPORTE DE PASSAGEIROS S.A., sociedade anônima fechada, com sede no Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais, na Rua João Pinheiro, nº 1.286, Santa Efigênia, CEP 35456-060, inscrita no CNPJ sob nº 07.392.106/0001-27 e com seu Estatuto Social arquivado na JUCEMG sob NIRE 31300168794, pelo valor total de R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais), mas que, em razão de erro material, essas ações haviam sido conferidas ao capital social da Sociedade pelo valor de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais); (iii) retificar a redação da Cláusula 1.2.9, para que conste que o sócio Romeu conferiu ao capital social da Sociedade 175.000 (cento e setenta e cinco mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da SV TRANSPORTE pelo valor total de R$ 787.500,00 (setecentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais), mas que, em razão de erro material, essas ações haviam sido conferidas ao capital social da Sociedade pelo valor de R$ 4.250.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta mil reais); e (iv) retificar o capital social da Sociedade, que na 1ª Alteração do Contrato Social constou pelo valor de R$ 18.070.924,00 (dezoito milhões, setenta mil, novecentos e vinte e quatro reais), dividido em 18.070.924,00 (dezoito milhões, setenta mil, novecentas e vinte e quatro) quotas, mas que, em razão dos erros materiais descritos nos itens (ii) e (iii) acima, deveria ter constado pelo valor de R$ 11.139.924,00 (onze milhões, cento e trinta e nove mil, novecentos e vinte e quatro reais), dividido em 11.139.924 (onze milhões, cento e trinta e nove mil, novecentas e vinte e quatro) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada. (2) a consolidação do Contrato Social da Sociedade. Viçosa/MG, 14 de outubro de 2026. Assinaturas: Rafael Torres Santana, Ricardo Torres Santana, Rodrigo Torres Santana, Nívea de Castro Jannotti Santana, Regina Coeli Costa, Lilian de Castro Jannotti Santana Amaral, Bruno de Castro Jannotti Santana, Roberto Torres Santana e Romeu Santana.

Metabase Itabira

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS – ACT 2025/2027

O Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÃO MINERAL E DE PESQUISA, PROSPECÇÃO, EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DO FERRO E METAIS BÁSICOS E DEMAIS MINERAIS METÁLICOS E NÃO METÁLICOS DE ITABIRA E REGIÃO, no uso de suas atribuições estatutárias e legais, convoca a todos os trabalhadores da SERRA LESTE MINERAÇÃO lotados em sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária de Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2027, bem como de Acordo Coletivo de Trabalho para instituição de Layoff – Suspensão Temporária do Contrato de Trabalho para Qualificação Profissional, que será realizada no dia 24 de novembro de 2026, na portaria da Mina localizada no Distrito de Barreiras, Zona Rural, Guanhães - MG, CEP.: 39740-000 em primeira convocação, com o quórum estatutário, e em segunda convocação, com qualquer número de presentes. O trabalhador votará no seu horário de trabalho/turno, conforme dia e horário abaixo especificados

SERRA LESTE MINERAÇÃO - DATA E HORÁRIO DA ASSEMBLEIA ADITIVO AO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2025/2027		
24/11 (terça-feira	**1ª CONVOCAÇÃO**	**2ª CONVOCAÇÃO**
	07h00	07h30

para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. Deliberação sobre a proposta da empresa de Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho vigente;
2. Deliberação sobre a proposta da empresa para Layoff - Suspensão Temporária do Contrato de Trabalho para Qualificação Profissional;
3. Autorização para suscitar Dissídio Coletivo e/ou tomar medidas que viabilizem a negociação do Aditivo ao Acordo Coletivo, no caso de frustração das tentativas de negociação, no todo ou em parte, inclusive deflagrar greve, nos termos do Estatuto;
4. Autorização para cobrança de Honorários Advocatícios em razão da atuação em processos judiciais e da Taxa Assistencial Negocial, nos moldes atualmente praticados, ressalvado o direito à oposição no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da apuração da votação e da aprovação das assembleias, a ser protocolada na sede ou subsede da entidade.

Itabira, 19 de novembro de 2026.

André Viana Madeira – **Presidente**
Adriano Rodrigues Silva do Carmo – **Diretor Secretário Geral**

SINDICATO DAS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS - SENASOFP/MG.

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Em obediência ao Estatuto Social e legislação vigente, pelo presente Edital ficam convocados todos os representados quites e no gozo de seus direitos sindicais para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 23 de novembro de 2026, às 9h30, na Rua dos Tupinambás, nº 956, 12º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, para deliberarem sobre: **a)** Retificativo Orçamentário do exercício de 2026; **b)** Previsão Orçamentária para o exercício de 2027; **c)** Reajuste da Contribuição Associativa para o exercício de 2027; d) Instituição da Contribuição Assistencial; **e)** Mudança de endereço da sede do sindicato; **f)** Assuntos gerais. Caso não haja comparecimento legal, a Assembleia Geral será instalada em segunda convocação, às 9h45, deste mesmo dia e no mesmo local, com qualquer número de convocados presentes.
Belo Horizonte, 18 de novembro de 2026. **Iesser Lanis Auar - Presidente**

FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE VARGINHA (MG

AVISO SUSPENSÃO "SINE DIE"
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001 / 2026 - (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005 / 2026)

A Fundação Cultural do Município de Varginha(M.G), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.987.735/0001-16, com sede na Praça Mateus Tavares, nº. 121 – Centro, por intermédio do Departamento de Suprimentos, Licitações e Compras, torna público, por motivos de adequações no Termo de Referência, a suspensão, "sine die" da sessão pública relativa à Licitação – Concorrência Eletrônica nº. 001/2026, cujo objeto constitui-se da **Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos executivos dos sistemas cenotécnicos e disciplinas complementares do Theatro Municipal Capitólio, bem cultural tombado, incluindo o fornecimento de todos os documentos técnicos necessários à futura execução da obra, devidamente compatibilizados entre si e com as diretrizes de preservação do patrimônio cultural, com nível de detalhamento compatível com licitação de obra, nos termos do art. 6º, inciso XXV, da Lei nº 14.133/2021.** Salientamos que definida a nova data de abertura, imediatamente será dada publicidade do ato, prosseguindo-se os trabalhos até seus ulteriores termos. Varginha (MG), 18 de novembro de 2026.
Marco Aurélio da Costa Benfica
Diretor Superintendente da Fundação Cultural do Município de Varginha

Poder Judiciário. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **2ª Vara Cível da Comarca de Ipatinga**. Avenida Maria Jorge Selim de Sales (Pça dos Três Poderes), 170, Pça dos Três Poderes - Bairro: Centro - CEP: 35160011 - Fone: (31) 3828-6548 - Email: iig2civel@tjmg.jus.br. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 5015027-29.2023.8.13.0313/MG. EDITAL CITAÇÃO - PRAZO: 20 DIAS. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este juízo e Secretaria da 2ª Vara Cível, tramitam eletronicamente os autos nº **5015027-29.2023.8.13.0313**, AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL que **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, 90400888000142 move contra **HALLYA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e MARIA APARECIDA DA SILVA FERNANDES**, 41.699.752/0001-70 e 079.154.276-95, tendo como procurador do exequente SÉRVIO TULIO DE BARCELOS, e por este meio CITA: HALLYA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 41.699.752/0001-70 e MARIA APARECIDA DA SILVA FERNANDES, CPF 079.154.276-95, para PAGAR, em 03 (TRÊS) DIAS, a quantia de R$ 70.396,48 (setenta mil, trezentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), referente ao principal e acessórios, a ser acrescida de honorários de advogado do autor e custas iniciais. ADVERTÊNCIAS: 1) No caso de integral pagamento no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade. 2) O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do prazo de publicação do presente edital. 3) O executado, comprovando o depósito de trinta por cento do valor acima, poderá requerer o parcelamento do restante em até 06 (seis) vezes na forma do art. 916 do CPC. Dado e passado nesta cidade e **Comarca de Ipatinga**, em 22 de Setembro de 2026.

SERVIÇO MUNICIPAL FUNERÁRIO E DE ORGANIZAÇÃO DE LUTO

AVISO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026 - (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026)

O Serviço Municipal Funerário e de Organização de Luto, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.881.834/0001-70, com sede na Rua Nico Antero, nº 44 – Parque Ozanam, torna público a abertura de processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** – do tipo Menor Preço por Item, cujo objeto constitui-se na **Aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, transformado e regularizado para o transporte de urnas funerárias, com estrutura e capacidade operacional compatíveis com as atividades executadas pelos agentes funerários,** mediante as condições estabelecidas em Edital. **PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:** De 23/11/2026 às 08h59 à 03/12/2026 às 08h59. **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 03/12/2026 às 09h00. REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:** HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF. **ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:** www.portaldecompraspublicas.com.br **Informações:** Departamento de Suprimentos, Compras e Licitações – e-mail: semulcompras01@gmail.com **Acesso ao Edital:** Mediante acesso ao site www.varginha.mg.gov.br na aba Empresa -> Licitações, ou no site www.portaldecompraspublicas.com.br Varginha (MG), 18 de Novembro de 2026. **Celso Ávila Prado - Diretor Administrativo.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACI

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL. PROCESSO 190/2026 PREGÃO 041/2026.Objeto: "Fornecimento de massa asfáltica usinada a quente tipo CBUQ, concreto betuminoso para aplicação a frio e emulsão asfáltica RM-1C, destinados à execução de serviços de tapa-buracos e recapeamento das estradas vicinais e vias urbanas do município, visando atender às demandas de infraestrutura e manutenção da malha viária da Prefeitura Municipal de Ibiraci".Recebimento das propostas até 08h30min,com início da disputa de lances às 09h00min do dia 07 de dezembro de 2026.O Edital está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, R: Seis de Abril,912, e nos sites www.ibiraci.mg.gov.br e www.slicx.com.br. Informações (35)3544-9700. IBIRACI/MG, 18 de NOVEMBRO de 2026.

Circular nº 002/2026 - Belo Horizonte 19 de novembro de 2026.
CNPJ 02.892.093/0001-31
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ESPECIAL VIRTUAL

O Presidente da COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CONSULTORES E INSTRUTORES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, PROMOÇÃO SOCIAL E ECONOMICA LTDA - COOPIFOR, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os cooperados para participar das Assembleias Gerais Extraordinária e Especial, **que realizar-se-á no dia 12 de dezembro de 2026, através da utilização da plataforma virtual Google Meet (o link para acesso será disponibilizado a todos os cooperados)**, às 07:00 horas, em primeira convocação, com 2/3 do número de cooperados; às 08:00 horas, em segunda convocação, com metade mais um dos cooperados e às 09:00 horas, em terceira e última convocação, com 50 (cinquenta) sócios ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de sócios, prevalecendo o menor número, para deliberar a seguinte pauta: **Pauta Assembleia Geral Extraordinária -** 1. Aprovação do Calendário Eleitoral 2027 elaborado pela Junta Eleitoral; 2. Reforma Tributária (CBS/IBS); 3. Outros Assuntos. **Pauta Assembleia Geral Especial -** 1. Gestão da Cooperativa; 2. Disciplina, direitos e deveres dos sócios; 3. Planejamento e resultado econômico dos projetos e contratos firmados; 4. Organização do trabalho; 5. Outros assuntos. Obs.: O número de cooperados aptos a votar nas Assembleias é de 145. **Considerando o disposto na Lei nº 12.690, o quórum mínimo para instalação da Assembleia é de 29 cooperados.** A Cooperativa é um compromisso de todos, compareça à Assembleia e contribua com sua participação.

José Ailton Junqueira de Carvalho
Presidente do Conselho de Administração

Custo Brasil bateu a marca de R$ 3,5 trilhões

% GARGALO ECONÔMICO Montante registrado no ano passado representa 27,5% do Produto Interno Bruto, segundo estudo divulgado pelo MBC

São Paulo - O custo adicional de produzir, contratar e investir no Brasil atingiu R$ 3,5 trilhões em 2025, o equivalente a 27,5% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo estudo divulgado ontem pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), com apoio técnico do Monitor Deloitte.

O cálculo também incorpora, pela primeira vez desde 2019, os custos da insegurança, da ilegalidade e dos juros reais.

A nova versão da medição do chamado Custo Brasil, conjunto de entraves que encarecem a operação das empresas no País, avalia o impacto da taxa real de juros em R$ 363 bilhões e o da segurança em R$ 192 bilhões. Pela metodologia anterior, o indicador ficaria em R$ 2,9 trilhões, ou 22,8% do PIB.



impacto da taxa real de juros é estimado em R$ 363 bilhões e o da segurança em R$ 192 bilhões, de acordo com o levantamento do Movimento Brasil Competitivo FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

O MBC é uma organização empresarial criada em 2001 e conta com mais de 60 companhias e organizações de mais de 15 setores da economia, incluindo grandes bancos, como Itaú Unibanco, Bradesco e BTG Pactual, e entidades como a Confederação Nacional da Indústria.

Na série histórica da pesquisa, calculada pela metodologia anterior, o custo havia correspondido a 22% do PIB em 2018 e a 19,5% em 2021.

A análise compara indicadores brasileiros com referências internacionais, principalmente de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para dimensionar as diferenças nas condições de produção e investimento.

De acordo com o MBC, o País avançou em escolaridade, digitalização dos serviços públicos, abertura de empresas, eficácia regulatória e redução da judicialização trabalhista.

Em contrapartida, aumentaram os custos logísticos, os encargos trabalhistas e a carga tributária sobre o setor privado. A demora na Justiça também permanece entre os principais entraves.

Eixos - O estudo considera sete eixos, sendo a infraestrutura responsável pelo maior montante, de R$ 805 bilhões, equivalente a 6,3% do PIB. O resultado foi impulsionado pelo custo logístico, de R$ 725 bilhões.

Segundo o levantamento, o custo logístico brasileiro representa 15,5%, contra 9,8% na média da OCDE.

O custo de empregar capital humano soma R$ 681 bilhões (5,3% do PIB), influenciado principalmente pelos encargos trabalhistas, que correspondem a 31,9% da folha de pagamento no Brasil, frente a 14,6% na OCDE.

O financiamento das empresas aparece em seguida, com R$ 648 bilhões (5,1% do PIB). O *spread* bancário da carteira de crédito a pessoas jurídicas é de 8,69% no Brasil, contra 3,50% na OCDE, enquanto a taxa real de juros chega a 10,7%, ante 0,9% no grupo de comparação.

No eixo de tributos, a cifra alcança R$ 457 bilhões. A carga tributária do setor privado é de 17,5% do PIB, contra 14,7% na OCDE, e a informalidade chega a 33,4% do PIB, ante 16,6%.

No ambiente jurídico-regulatório, cujo custo é estimado em R$ 451 bilhões (3,5% do PIB), o estudo aponta que uma sentença de primeira instância leva, em média, 894 dias no Brasil, mais de três vezes os 282 dias observados na OCDE.

Na segurança, o estudo estima em R$ 138 bilhões o impacto da ilegalidade, incluindo perdas com contrabando de bebidas e tabaco, roubo de cargas e mercado ilegal de combustíveis. **(Reuters) %**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

Tangará Importadora e Exportadora S.A.

CNPJ/ME nº 39.787.056/0001-73 - NIRE nº 31300135403

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os acionistas da Tangará Importadora e Exportadora S.A. (Companhia), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 27/11/2026, às 9:00h, em sua sede social na Avenida Raja Gabaglia, nº 1.060, Bairro Gutierrez, Belo Horizonte/MG, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** baixa da Filial Centro de Distribuição Dry Blend – Manhuaçu/MG, situada na Avenida Agenor de Paula Salazar, nº 221, Galpão C, bairro Ponte da Aldeia, Manhuaçu/MG, CEP 36906.470, CNPJ 39.787.056/0023-89; **(ii)** a alteração do art. 1º, para atualizar a menção à legislação já desatualizada; **(iii)** a alteração do art. 2º do Estatuto Social, para excluir do seu texto a descrição individualizada das filiais da Companhia e disciplinar a competência para deliberar sobre sua abertura, instalação, transferência e extinção; **(iv)** a alteração do art. 9º do Estatuto Social, para permitir expressamente a realização de Assembleias Gerais presenciais, semipresenciais ou exclusivamente digitais e a assinatura eletrônica de documentos societários; **(v)** a alteração do art. 14 do Estatuto Social, para passar o mandato da Diretoria de 01 (um) para 03 (três) anos; **(vi)** a alteração do art. 19 do Estatuto Social, para atualizar a redação referente às demonstrações financeiras obrigatórias; **(vii)** a alteração do art. 24 do Estatuto Social, para esclarecer a abrangência subjetiva e objetiva da cláusula compromissória arbitral; e **(viii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso aprovadas as alterações anteriores.

EDITAL PROCESSO N°: 5005635-12.2023.8.13.0363 CLASSE: [CÍVEL] EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. CPF: 90.400.888/0001-42 LUCIANA PERES CPF: 004.350.841-35 e outros COMARCA DE JOÃO PINHEIRO - MG - EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO de 20 (vinte) dias. O Doutor Hugo Silva Oliveira, MM. Juiz de Direito da Comarca de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais - FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante a Vara Cível, corre regularmente o Processo n° 5005635-12.2023.8.13.0363, Execução de Título Extrajudicial, requerida por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. em face de LUCIANA PERES; RAYANNA PERES; PAULO ANDRE PERES; ISABELA PERES, residente em local incerto e não sabido, pelo presente edital, INTIMA-SE os requeridos LUCIANA PERES; PAULO ANDRE PERES; ISABELA PERES, para que tome ciência da penhora realizada sobre o imóvel de matrícula n. 14.527 (Termo de Penhora de ID 10608801338) e da respectiva avaliação judicial (Auto de ID 10709328486 - Pág. 3/4, no valor de R$ 8.790.000,00), cientificando-a do prazo legal de 15 (quinze) dias para impugnação/manifestação, na forma do art. 841, § 1°, e art. 872 do Código de Processo Civil. E, para que ninguém alegue desconhecimento, expediu-se o presente Edital, que será publicado na Imprensa Oficial e afixado no átrio do Fórum local, situado à Avenida Zico Dornelas, n° 791, Aeroporto. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de João Pinheiro, aos 28 de outubro de 2026. K-18e19/11

EDITAL PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL N° 5009953-11.2025.8.13.0317/MG Autor: Grande Sertão II Transmissora de Energia S/A. Réu: Stela Maris Oliveira Alvarenga. Réu: Sebatião de Fatima Dias. EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - COMARCA DE ITABIRA – MG - PRAZO: 10 (dez) dias. FINALIDADE: O Exmo. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Itabira - MG, na forma da lei, FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo e Secretaria, tramita o processo n°5009953-11.2025.8.13.0317, Ação de Constituição de Servidão Administrativa, que GRANDE SERTAO II TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A move em face de Stela Maris Oliveira Alvarenga e Sebastião Rodrigues dos Santos, sendo, como procuradores, o Dr.Marcos Edmar Ramos Alvares da Silva (OAB/MG 110856), o Dr. Cristiano Amaro Rodrigues (OAB/MG 84.933), o Dr. David Antunes David (OAB/MG 84.928),por este meio, INTIMA TERCEIROS INTERESSADOS de que foi autorizado o levantamento da quantia de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), preço ofertado a título de indenização pela constituição de servidão administrativa no imóvel pertencente a Ré - área de terras com3,3093 ha (Três hectares, trinta ares e noventa e três centiares), parte de um todo maior ,situada no imóvel denominado Fazenda Mariquita, registrado na matrícula nº 37.044, do Livro nº 2 no Serviço Registral de Imóveis da comarca de Itabira-MG., nos termos do artigo34 do Decreto-Lei n 3.365/41. Para que chegue ao conhecimento de interessados e não se possa, futuramente, alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, que será publicado ea fixado, na forma da lei. SEDE DO JUÍZO: Secretaria da 2ª Vara Cível, situada na Av. Mauro Ribeiro Lage, nº894, Bairro Esplanada da Estação, Edifício do Fórum. Itabira, data da assinatura eletrônica. K-18e19/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2026

O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o **Pregão Eletrônico Registro de Preços - nº 61/2026. Objeto:** Aquisição de materiais odontológicos destinados à manutenção e continuidade dos serviços de saúde bucal ofertados pela Secretaria Municipal de Saúde, visando garantir o atendimento adequado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), destinando itens exclusivamente para ME/EPP e itens para cota de 25% para ME/EPP conforme art. 48, III da LC 123/06 alterada pela LC 147/14. Data de realização **03/12/2026 às 09:00h**. O edital poderá ser retirado no site **www.novalima.mg.gov.br,** em **Portal da Transparência/Publicações.**

Nova Lima, 19 de novembro de 2026.

A Pregoeira

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGINHA-MG

AVISO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083 / 2026 - (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193 / 2026)

O Município de Varginha (MG), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.240.119/0001-05, com sede na Rua Júlio Paulo Marcellini, nº 50 – Vila Paiva, torna público a **redesignação** de processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – do tipo Menor Preço por Lote, cujo objeto constitui-se no **Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de Projetores Multimídia (com serviço de instalação), Suporte para Instalação de Projetor, Tela Interativa/ Lousa Digital (com serviço de instalação), Rádios Comunicadores Walk Talk, Canetas Laser Passador Slide, Headset com Microfone e Scanner Portátil, visando o atendimento de demandas das Unidades escolares de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação - SEDUC,** mediante as condições estabelecidas em Edital. **PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:** De 19/11/2026 08h30min à 02/12/2026 08h30min. **DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 02/12/2026 às 08h31min. **REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:** HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF. **ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:** www.portaldecompraspublicas.com.br **Informações:** Departamento de Suprimentos do Município – E-mail: licitacao05@varginha.mg.gov.br. **Acesso ao Edital:** Mediante acesso ao site www.varginha.mg.gov.br na aba Empresa -> Licitações, ou no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Varginha (MG), 17 de Novembro de 2026. **Juliana de Paula Mendonça - Secretária Municipal de Educação.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRAS/MG. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026. Aviso de Licitação. Processo nº 084/2026, Concorrência Eletrônica nº 011/2026. Objeto: Contratação de empresa Especializada para Execução da obra de extensão da pavimentação da Avenida Eliza Moreira de Queiroz, localizada no Bairro Vila Santana, Município de Teixeiras/MG, vinculada ao Contrato de Repasse Nº 946050/2023/MCIDADES/CAIXA (OPERAÇÃO Nº 1088.748-78), conforme especificações e quantitativos discriminados no Termo de Referência e demais anexos do Edital. Data da sessão pública: 02/12/2026, às 09h00min, horário de Brasília/DF, no sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br. O cadastramento de propostas se inicia no momento em que for publicado o Edital e se encerra, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do Pregão. O Edital na integra poderá ser obtido nos sites https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/MG/Prefeitura-Municipal-de-Teixeiras-4146/CPMP-11-2026-2026-525777 ou https://teixeiras.mg.gov.br/detalhe-da-licitacao/info/ce-11-2026/174/. Eliane Aparecida Medina - Agente de Contratação.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES
CNPJ nº 21.254.073/0001-80 - NIRE nº 3130004264-2
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os acionistas da COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia **18 de dezembro de 2026, às 10h**, na sede da Companhia, Rua João de Cerqueira Lima, 133, Itaúna/MG, em primeira convocação, a fim de deliberarem sobre: **ORDEM DO DIA - 1. Alteração do artigo 18 do Estatuto Social.** Transformação do atual parágrafo único do artigo 18 em § 1º, mantendo-se sua redação, e a inclusão de novo § 2º, com a finalidade de autorizar qualquer membro da Diretoria, independentemente do cargo de diretor ocupado, a outorgar procurações judiciais mediante assinatura isolada. **2. Consolidação do Estatuto Social.** Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso aprovada a alteração, permanecendo inalteradas todas as demais disposições. **INFORMAÇÕES AOS ACIONISTAS** - A proposta da administração, contendo a justificativa e o texto comparativo está disponível na sede social e nos sites obrigatórios.

Itaúna/MG, 18 de novembro de 2026.

Conselho de Administração da Companhia Itaunense Energia e Participações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS/MG
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 017/2026

O Município de Lagoa dos Patos/MG, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, torna público o Processo Licitatório nº 078/2026, Pregão na forma Eletrônica por SRP Nº 017/2026, cujo objeto é Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de higiene, limpeza, descartáveis e utensílios domésticos e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para suprir as necessidades operacionais dos órgãos e setores da administração Municipal de Lagoa dos Patos/MG. A participação na presente Licitação se dará mediante Sistema de Pregão Eletrônico integrante da Plataforma Licitar Digital, disponível no endereço eletrônico: https://licitardigital.com.br. Abertura da sessão pública: Às 09h00min (nove horas) do dia 03 de dezembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÚJOS/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 155/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2026

OBJETO: Solicitação de Contratação de empresa especializada na área de Engenharia Civil para a Execução de Obra de Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Araújos/MG - Plano de Ação: 09032025-076807 - Emenda: 202527620005. - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL - MODO DE DISPUTA: ABERTO - DATA DA SESSÃO PÚBLICA: A SESSÃO PÚBLICA SERÁ NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2026, ÀS 08H00 MIN, PELA PLATAFORMA DA LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br - Informações completas com a Comissão Permanente de Licitação de Prefeitura Municipal de Araújos/MG – FONE (37) 3288-3010, no horário de 13h00min às 16h00min, e-mail: licitação@araujos.mg.gov.br. DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - Declaro para os fins que se fizerem necessários que este documento foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Araújos/MG, na Avenida 1° de janeiro, 1748, e ainda no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM- www.diariomunicipal.com.br), no Diário Oficial da União e jornal diário de grande circulação.

Araújos/MG, 18 de novembro de 2026.
THAÍS MESQUITA RIBEIRO - SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO – TJMG - 2ª VARA CÍVEL DE FORMIGA/MG. PROCESSO: 5007764-68.2024.8.13.0261. **EXEQUENTE:** AUTO POSTO PINGO DE OURO LTDA. **EXECUTADO:** GILCIMAR ALVES FARIA E OUTROS. **LOCAL DO LEILÃO:** www.marcoantonioleiloeiro.com.br. **1ª DATA:** 17/02/2027 a partir das 10h00min. **2ª DATA:** 17/02/2027 a partir das 14h00min.. **DESCRIÇÃO DO BEM:** ONIBUS MARCOPOLO / VOLARE V6 ON, placa CMW8G75, chassi 93PB37D2M5C016273, RENAVAM 00859402908, combustível diesel, ano fabricação/modelo 2005/2005, cor branca, 2 eixos, Cap/Pot/Cil: 0,00T/140CV/Cil:6, em regular estado e funcionando normalmente na data da penhora. AVALIAÇÃO: R$ 44.372,00 (quarenta e quatro mil e trezentos e setenta e dois reais). ÔNUS: Conforme consulta no site Detran/MG em sexta-feira, 09 de outubro de 2026 - 14 horas e 43 minutos: Este Veículo não tem Autuação e tem 1 multa. Possui Impedimentos e Restrições Judiciais de Transferência (1) e de Circulação (1). Veículo com débito de IPVA, multa e taxa de licenciamento. Veículo licenciado para para o ano de 2025. **LOCALIZAÇÃO DO BEM:** Avenida Coronel José Justino, 160, Centro, Córrego Fundo/MG. **LANCE MÍNIMO:** 1ª data R$ 44.372,00; 2ª data R$ 26.623,20. Maiores informações e esclarecimentos: (31) 3024-4451. Nova Lima/MG, 19/11/2027.

PECINI LEILÕES **EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS *ONLINE*, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES**
DATA: 1º Público Leilão: 30/11/2026, às 15h15 | 2º Público Leilão: 02/12/2026, às 15h15 PROVÍNCIA

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO**, inscrita no CNPJ nº 04.200.649/0001-07, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado na cidade de São Paulo/SP, em 29/08/2025, e posterior Cessão de Crédito, o **IMÓVEL: EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL**, situada na Alameda das Orquídeas, nº 40, Residencial Sonho Verde, Lagoa Santa/MG, com **ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 352,99m²**, conforme matrícula imobiliária, ou de 455,49m², conforme Laudo de Avaliação, datado de 07/08/2025, e com **ÁREA TOTAL DE TERRENO DE 1.000,20m²**, mais bem descrito e caracterizado na Matrícula Imobiliária nº 25.853 do Registro de Imóveis de Lagoa Santa/MG. Inscrição Imobiliária nº 01.02.339.0056.001. Consolidação da Propriedade: 30/10/2026. **Lances Iniciais: 1º Público Leilão: R$ 3.484.750,69. 2º Público Leilão: R$ 1.742.375,35**. Valor para o Exercício da Preferência: R$ 1.113.357,97. **Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, o seu estado de conservação, as áreas informadas, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem, não cabendo qualquer reclamação para a Credora Fiduciária e leiloeira; **2.** O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, **à vista**, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e demais impostos e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes e vencidos antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5.** Na hipótese de exercício da preferência, a Devedora Fiduciante pagará o valor total da dívida e a comissão do leilão, na forma do artigo 27, §2º B da Lei Federal 9.514/97; **6. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do Arrematante, bem como todas as custas e despesas para o ato; **7.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **8.** O arrematante assumirá os encargos e impostos para a regularização do aumento construtivo e benfeitorias junto ao registro de imóveis e demais órgãos públicos e privados, devendo observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **9.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Ficam a Devedora Fiduciante **NADIA NIZZA REIS**, CPF nº 528.101.436-68, e o Anuente **CLODOALDO LOPES NIZZA JUNIOR**, CPF nº 580.085.196-49, comunicados e intimados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência pela Devedora Fiduciante. Maiores informações: E-mail: contato@pecinileiloes.com.br, E-mail exclusivo para notificações e ofícios: juridico@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3794-2044. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA

SINDPONTE – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal ao município de São João da Ponte /MG- CNPJ: 08.233.997/0001-31

A direção do SINDPONTE/ MG - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal ao município de São João da Ponte /MG, CNPJ: 08.233.997/0001-31, neste ato representado pela presidenta Sr.ª Ellen Quezia Rodrigues de Jesus, CPF:054.373.226-66,Rua Honorato Campos nº 96-C, Centro, na cidade de São João da Ponte /MG, CEP 39430-000, onde receberá correspondências, em atenção aos termos, CONVOCA todos os trabalhadores, servidores e servidoras públicas da base territorial do Município de São João da Ponte, para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no endereço Honrato Campos nº96-C , Centro, na cidade de São João da Ponte /MG, CEP 39430-000, no dia 19 de dezembro de 2026, às 17:00 hs em primeira convocação ou às 17:30 hs em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberação acerca da seguinte ordem do dia: 1 – Prestação de Contas do exercício financeiro de 2026; 2-Discussão e aprovação da pauta de reivindicações para 2027. São João da Ponte/MG, 17 de dezembro de 2026. Ellen Quezia Rodrigues de Jesus - Presidente do SINDPONTE/MG

Errol Flynn Galeria de Arte – O Leiloeiro **Errol Flynn Lopes Pereira dos Reis**, JUCEMG653, torna público que levará a leilão, nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro de **2026** às **19:30hs**, onde serão leiloadas obras de arte. Endereço: Rua Curitiba 1862 – Lurdes - BH/MG. **Informações: 31 99889-5445.**

ORGBRISTOL – ORGANIZAÇÕES BRISTOL LTDA.
CNPJ:23.306.087/0001-25
"CONVOCAÇÃO ORGBRISTOL

Pela presente fica V. Sa., convocado para reunião de sócios da Orgbristol - Organizações Bristol Ltda., a ser realizada no dia 30 de novembro de 2026, às 10h00min, em primeira convocação, no escritório da sociedade, localizado na Rua dos Timbiras, 1940, sala 1817, em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.140-061, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
(a) Deliberar sobre Balanço Patrimonial e sobre a Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da empresa ORGBRISTOL - ORGANIZAÇÕES BRISTOL LTDA., à vista da documentação que está disponível desde o dia 31/03/2026;
(b) Deliberar sobre Baixa das Filiais 31, 33, 35 e 39 do Estado de Minas Gerais; 03, 48 e 50 do Estado do Espírito Santo; 44 e 55 do Estado do Rio de Janeiro; 18 do Estado de Goiás; 52 e 53 do Estado de Pernambuco;
(c) Outros assuntos de interesse dos sócios.
Belo Horizonte, 18 de novembro de 2026."

SAAE GUANHÃES/MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026 – RESULTADO

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de uniforme, equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC). Empresas vencedoras: Boaz Saúde e Segurança Ltda para o item 27 no valor total de R$ 1.329,60 - Comercial J & C Comex Ltda para os itens 03, 05, 08, 09, 10, 14, 18, 21, 22, 24, 26, 28, 30, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 41, 42 e 43 no valor total de R$ 27.556,00 - Confita Confecções Itaúna Ltda para o item 02 no valor total de R$ 8.456,00 - Epis Minas Gerais Ltda para os itens 07, 20 e 29 no valor total de R$ 510,30 - Prev+Epi Equipamentos e Máquinas Ltda para os itens 01, 04, 06, 11, 13 e 17 no valor total de R$ 32.992,10 - Total Segurança Equipamentos de Proteção e Serviços Especial para o item 16 no valor total de R$ 75,00 - W18 Medical Comercio e Serviços Ltda para os itens 12, 15, 19, 23, 25, 32, 35 e 40 no valor total de R$ 3.608,19. Data Final do julgamento 18/11/2026. (a) Thatiana Soares da Silva – Presidente.

Anna Clara de Lima Ferreira, nos termos do art. 9º da Deliberação Normativa COMAM nº 102, de 2020, torna público que obteve do **Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM / Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA a Licença de Operação Corretiva, Certificado de Licença Ambiental** nº 0418/26, concedida em 16 de novembro de 2026, **Processo Administrativo nº 31.00409591/2026-53, para Águia IV Comércio de Combustível Ltda**, Comércio varejista de combustíveis líquidos para veículos automotores, Classe 2, com validade até 16 de novembro de 2036.

Mills Pesados Locacao, Servicos e Logistica S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 01.633.840/0040-60, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMMAD de Betim/MG a Licença Ambiental Simplificada – LAS, Classe 0, referente ao PA nº 18.395/2024, para a atividade de Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária, localizada à Rodovia BR-381 Fernão Dias, km 492 – Lote 03/04 quadra 0004 – Betim Industrial – Betim/MG.

LEILOEIRO SAULO JÚLIO RIBEIRO

Faz saber que levará a leilão ONLINE, 07 (Sete) lotes, sendo veículos e roçadeira (Bens Móveis) inservíveis a Prefeitura Municipal de Coluna-MG, em 23/11/2026 segunda-feira a partir das 10:00 hs, através do site www.saulojulioleiloeiro.com.br. Edital de Leilão nº 002/2026, e maiores inf. no site e tel. 31/97209-7887.

LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA -LAS 0

A LIMPEZA MECANIZADA – ALUGUEL DE MÁQUINAS PARA LIMPEZA DE PISOS LTDA, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo nº 63.012/2026, a Licença Ambiental Simplificada - LAS CLASSE 0, para a atividade "Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente", localizada Rua Araçá, nº 550, Bairro Santa Cruz, Betim – MG. Licença concedida na data 03/11/2026 com vigência até a data 02/11/2036.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO DOCE - CISDOCE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

Aviso de Licitação. Pregão Eletrônico nº 006/2026, Processo Administrativo nº 024/2026. Objetivando Aquisição de parcelada de medicamentos e soluções injetáveis e de uso tópico, destinados ao abastecimento da utei móvel do CISDOCE. Sessão será dia 04/12/2026, às 10h00min, na plataforma https://licitar.digital/.

Lucas Coimbra Donádia – Presidente

SAAE GUANHÃES/MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026 – RESULTADO

OBJETO: Aquisição de mobiliário, divisórias internas, estruturas metálicas de armazenagem, equipamentos de organização e identificação de materiais e demais itens destinados à estruturação e organização do almoxarifado e demais repartições da Autarquia, incluindo instalação quando aplicável. Empresas vencedoras: 58.603.996 Lilian Marino Amaral Lopes para o lote 05 no valor total de R$ 1.900,00 - Espaço a Moveis Ltda para os lotes 06, 07 e 08 no valor total de R$ 12.350,00 - Infantaria Comercial Ltda para os lotes 15, 23 e 26 no valor total de R$ 4.192,28 - LCMA Comercial Ltda para o lote 02 no valor total de R$ 69.900,00 - Roberto Celso Costa Leao ME para os lotes 13, 14, 19, 20, 22 e 24 no valor total de R$ 20.279,48 - RV Materiais Elétricos Ltda para o lote 17 no valor total de R$ 9.211,40 - Ufficio Indústria e Comércio Móveis Ltda para os lotes 09, 10 e 11 no valor total de R$ 9.903,96 - WP Decorações Ltda para os lotes 01, 16 e 18 no valor total de R$ 22.905,82. Os Lotes 03, 04, 21 e 25 foram desertos, o Lote 12 foi fracassado. Data Final do julgamento 18/11/2026. (a) Thatiana Soares da Silva – Presidente.

PBH articula nova concessão de transporte coletivo por ônibus

% INFRAESTRUTURA Modelo terá como diretrizes a reorganização da rede, a racionalização dos trajetos, renovação da frota e integração operacional

THYAGO HENRIQUE

A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) deu início, nesta semana, às discussões para a estruturação da nova concessão do transporte coletivo por ônibus. Os atuais contratos do serviço municipal de transporte coletivo terminam em novembro de 2028.

O novo modelo terá como diretrizes a reorganização da rede de transporte, a racionalização dos trajetos, a integração física, tarifária e operacional, a renovação da frota e a melhoria da experiência dos passageiros. Também levará em conta fatores como os avanços tecnológicos, o crescimento da Capital e da região metropolitana (RMBH), a expansão de outros sistemas de transporte e os desafios relacionados ao financiamento do serviço.

"Temos um desafio importante de construir uma modelagem que considere a realidade atual do transporte coletivo, inclusive a questão da remuneração complementar paga pela prefeitura", afirma o secretário de Mobilidade Urbana, Marco Antônio Silveira. Para ele, é preciso encontrar soluções que garantam a sustentabilidade do sistema e a qualidade do serviço prestado à população.

Silveira ressalta ainda que será necessário buscar soluções inovadoras, com maior eficiência operacional e sustentabilidade financeira, além de fortalecer a integração metropolitana. Também salienta a importância da articulação entre as diferentes esferas de governo para construir um modelo que atenda às necessidades atuais e futuras da população.

O chefe do Departamento de Estruturação de Soluções de Mobilidade Urbana do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Arian Bechara, reforça que a intenção é desenvolver uma concessão que contribua para reduzir a necessidade de subsídios e, ao mesmo tempo, melhorar o atendimento aos usuários.

Ainda conforme ele, será o primeiro projeto que terá como referência o Estudo Nacional de Mobilidade Urbana (ENMU), desenvolvido pela instituição em 21 regiões metropolitanas brasileiras. "A ideia é trabalhar sob a ótica do planejamento metropolitano, considerando a Região Metropolitana de Belo Horizonte como um todo, com a possibilidade de integração dos sistemas e perspectiva de construção de uma governança única", pontua.

O tema foi discutido em reunião da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SMMUR), na qual foram apresentados o planejamento e as etapas iniciais do projeto, além da Logit Engenharia, consultoria contratada pelo BNDES para fazer os estudos e a modelagem. O encontro marcou o início efetivo dos trabalhos, após a assinatura do contrato entre a PBH e o banco para estruturar a nova concessão do transporte coletivo por ônibus, em maio.

Três etapas - O Executivo municipal detalha que o cronograma apresentado no encontro prevê três etapas principais. A primeira, de diagnóstico e modelagem, terá início imediato. Nessa fase, serão analisadas as condições atuais do sistema e desenvolvidas as primeiras propostas para o novo modelo. Também está prevista a apresentação de um relatório para a tomada de decisão e a formalização de um protocolo de intenções entre o município e o Estado.

Já na segunda etapa, serão detalhados os estudos técnicos e elaborados os documentos que vão subsidiar o processo licitatório. A etapa final é a publicação da consulta pública para o novo modelo, de acordo com a PBH. %

"Temos um desafio importante de construir uma modelagem que considere a realidade atual do transporte coletivo, inclusive a questão da remuneração complementar paga pela prefeitura"
Marco Antônio Silveira



A prefeitura busca soluções para melhorar o serviço prestado à população FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / CHARLES SILVA DUARTE

Prefeitura de Contagem e TCE-MG fecham um acordo para viabilizar o Move

ANDERSON GONÇALVES

Foi acordada ontem, entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e a Prefeitura de Contagem, uma recomposição de R$ 174 milhões que vai viabilizar o início das operações do Sistema Integrado de Mobilidade (SIM), o Move. O acordo prevê que o valor será destinado à aquisição de 159 ônibus, com previsão de que comecem a rodar em 2027.

O termo ratificado pelo TCE com o município da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) surgiu após o tribunal mediar e prevenir conflitos, colocando os pontos divergentes em pauta, com representantes da Prefeitura de Contagem, da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes (Transcon), dos consórcios Conectar e Conpass e do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitano (Sintram). Com o desfecho positivo, a expectativa é beneficiar mais de 20 milhões de passageiros que utilizam o transporte coletivo de Contagem a cada ano.

"A adoção de um novo modelo de transporte coletivo em Contagem, a exemplo do que já existe em Belo Horizonte, é fruto do diálogo e representa um avanço para a população. É isso que esperamos de uma conciliação: que ela saia do papel e transforme a vida das pessoas", afirma o vice-presidente do TCE-MG, Agostinho Patrus.

A previsão é que o Sistema Integrado de Mobilidade comece a operar no primeiro semestre de 2027. No entanto, após o acordo firmado com o Tribunal de Contas do Estado, será necessário cumprir as etapas administrativas e legais para a aquisição dos novos ônibus.

"Conseguimos transformar uma reivindicação das concessionárias em benefícios para Contagem, com a aquisição de 159 novos ônibus que vão integrar o sistema de mobilidade do município. É um acordo que melhora a vida da população, respeita o dinheiro público e assegura transparência e segurança jurídica às partes envolvidas", disse o prefeito de Contagem, Ricardo Faria.

A reestruturação do transporte coletivo municipal, segundo a Prefeitura de Contagem, prevê uma frota de 254 ônibus. A aquisição acordada no TCE-MG representa a renovação de 63% do total projetado de veículos. O novo modelo integrará linhas, terminais e estações, facilitando os deslocamentos pela cidade e ampliando a oferta de viagens.

Segundo a Secretaria de Obras de Contagem (Semobs), em nota enviada à reportagem, a expectativa é que o SIM contribua para solucionar um dos principais desafios da mobilidade urbana de Contagem: a integração entre as diferentes regiões da cidade, que hoje enfrentam barreiras de deslocamento em razão da presença de importantes eixos viários, como as BRs 040 e 381 e a Via Expressa.

Com a implantação do novo sistema, as regiões serão interligadas por meio de linhas alimentadoras, que farão a conexão dos bairros com os terminais e as estações, e de linhas troncais, responsáveis pelos deslocamentos entre as diferentes regiões.

O novo modelo também prevê o aumento da oferta de viagens, com maior frequência nos atendimentos, reduzindo o tempo de espera dos passageiros. Além disso, regiões que atualmente não contam com atendimento pelo transporte coletivo municipal, como os bairros Liberdade 2 e San Remo, na região de Vargem das Flores, passarão a ser atendidas por novas linhas.

Tarifa - Outro ponto do sistema será a integração tarifária. Os passageiros poderão realizar deslocamentos entre diferentes regiões da cidade pagando apenas uma tarifa, desde que permaneçam dentro do sistema integrado, sem sair de sua área de integração. A previsão é ampliar de 41 para 57 o número de linhas e de 1.128 para 2.606 as viagens realizadas por dia útil.

A integração ainda poderá representar economia para os passageiros. Um exemplo apresentado pela Transcon é o deslocamento entre Nova Contagem e Ressaca. Atualmente, quem utiliza esse trajeto precisa pagar duas passagens para cada trecho da viagem, o que representa um gasto de R$ 27 por dia, somando ida e volta. Com a implantação do SIM, será possível realizar o deslocamento pagando apenas uma passagem na ida e outra na volta. Com isso, o custo diário cairá para R$ 13,50, ou seja, metade do valor pago atualmente. %



A Prefeitura de Contagem planeja implantar um sistema de transporte coletivo semelhante ao existente em Belo Horizonte FOTO: ADELCIO RAMOS / PMC

saiba mais sobre AGRONEGÓCIO no QR CODE ao lado

AGRONEGÓCIO

Preço do tomate dispara em Minas Gerais afetado pelo clima

% AGRICULTURA Valor médio do quilo na Ceasa subiu 117,1% em outubro na comparação com o mesmo intervalo do ano passado

DANIEL DE ANDRADE

O preço do tomate disparou nos últimos meses e tem pressionado o bolso dos consumidores em Minas Gerais e em outras regiões do País. A combinação de chuvas intensas, temperaturas elevadas e redução da produção tem limitado a oferta do alimento, provocando uma escalada nas cotações. No entreposto da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa Minas), em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a caixa de 20 quilos chegou a R$ 300 na última terça-feira (17), valor até três vezes superior ao praticado em períodos de oferta mais equilibrada.

Segundo o governo federal, a alta dos preços está relacionada à queda na colheita, especialmente nos três maiores estados produtores: Goiás, São Paulo e Minas Gerais. Juntos, eles respondem por 70% da produção nacional. Em Minas, conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), compilada pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa-MG), a produção deve cair 3,7% em 2026. No País, a colheita deve recuar de cerca de 4,7 milhões de toneladas, em 2025, para 4,3 milhões de toneladas neste ano, queda de 8%.

De acordo com o economista e chefe do Departamento Técnico da Ceasa Minas, Wilson Guide, o excesso de chuvas nas principais regiões produtoras está entre os fatores que mais comprometem a oferta. Segundo ele, o tomate é particularmente sensível às condições climáticas, sobretudo à umidade excessiva.

Guide afirma ainda que, em outubro deste ano, na comparação com o mesmo mês de 2025, o preço médio do tomate na Ceasa Minas mais que dobrou, passando de R$ 2,51 para R$ 5,45 por quilo, alta de 117,1%. No mesmo período, a oferta caiu 17,6%, de 8,24 milhões para 6,8 milhões de quilos.

O problema, conforme o economista, não está restrito a Minas Gerais. As dificuldades nas lavouras de diferentes estados aumentam a disputa pela mercadoria disponível. Com isso, compradores de outras regiões passam a buscar o produto diretamente nas áreas produtoras mineiras, reduzindo ainda mais o volume destinado ao abastecimento estadual.

Na avaliação do economista, esse movimento intensifica os efeitos da redução da oferta. Mesmo quando há recuos pontuais nas cotações do atacado, os valores permanecem elevados em relação aos patamares habituais.

"Na Ceasa Minas, a caixa de 20 quilos chegou a R$ 300, ontem. Em condições de oferta mais favoráveis, uma caixa pode ser comercializada por valores entre R$ 80 e R$ 100, dependendo da qualidade do produto e das condições de mercado", destaca.

O economista observa ainda que os preços no comércio varejista costumam demorar mais para acompanhar eventuais recuos registrados no atacado. "O preço no varejo sobe de elevador e desce de escada", compara.

Colheita - A redução da oferta também é sentida diretamente nas propriedades rurais. Em Carmópolis de Minas, no Centro-Oeste mineiro, a produtora Amanda Lina, que trabalha na Seleta, empresa com lavouras também em Cláudio e Oliveira, na mesma região, relata que as condições climáticas reduziram significativamente a produtividade.

Segundo ela, o volume produzido pela empresa atualmente varia entre 2,5 mil e 3 mil caixas por dia. Em condições normais, a quantidade pode chegar a aproximadamente 5 mil caixas diárias.



Caixa de tomate chegou a ser negociada por R$ 300 nesta semana na Ceasa Minas FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / CHARLES SILVA DUARTE

"Teve muita chuva, a chuva veio antes, e aí não está produzindo igual a gente produzia antes. Tem pouca mercadoria e muita procura", afirma.

Para reforçar o abastecimento, a Seleta prevê começar a buscar mercadoria de produtores do Paraná na próxima semana. Atualmente, a empresa comercializa caixas com aproximadamente 22 quilos por cerca de R$ 250. Em condições consideradas mais equilibradas, o valor médio fica em torno de R$ 100.

Para Amanda, a perspectiva é de que os preços continuem pressionados enquanto não houver recuperação da oferta. **%**

Prejuízos em safras anteriores afastaram produtores

Além dos problemas climáticos, a redução do número de produtores e das áreas cultivadas ajuda a explicar a menor disponibilidade de tomate no mercado. O produtor e proprietário da WM Comércio de Tomates, Reinaldo Machado, também de Carmópolis de Minas, afirma que os prejuízos acumulados em safras anteriores comprometeram a capacidade de investimento de parte dos agricultores.

Segundo ele, a empresa, que já chegou a cultivar entre 200 mil e 250 mil pés de tomate por ano, atualmente mantém uma produção própria inferior à metade desse volume. A operação passou a concentrar esforços principalmente na compra e venda de mercadorias de outros produtores.

"Os produtores ficaram muito desfalcados e aleijados", relata Machado, ao mencionar as dificuldades financeiras enfrentadas pelo setor.

O empresário também aponta os custos elevados dos insumos e defensivos agrícolas como obstáculos à retomada do plantio. Na avaliação dele, muitos produtores reduziram as áreas cultivadas depois de registrarem prejuízos e perderem condições de acesso ao crédito necessário para manter a atividade.

"Os que plantavam cem mil pés passaram a plantar 20 mil. Os que plantavam 20 mil passaram a plantar nada. Então, é isso aí, a falta de plantio. Os prejuízos anteriores vieram refletir agora", afirma.

Machado conta que já chegou a trabalhar com até dez terrenos arrendados para a produção de tomate, mas atualmente mantém apenas um. Na comercialização, a empresa compra principalmente de produtores de Maravilhas, Pequi e São José da Varginha, municípios da região Central de Minas Gerais. Cerca de 80% das vendas são destinadas ao mercado paulista.

Atualmente, a caixa de 20 quilos é comercializada por aproximadamente R$ 250 na origem, podendo alcançar entre R$ 300 e R$ 350 no mercado. Em períodos de preços mais baixos, o valor pago ao produtor pode ficar entre R$ 40 e R$ 50.

Apesar da pressão sobre os preços, Machado acredita que o cenário pode começar a se normalizar no início de 2027, à medida que agricultores retomem o plantio e novas lavouras entrem em produção.

Tendência - Para a Ceasa Minas, a evolução dos preços nas próximas semanas dependerá principalmente do comportamento do clima e dos efeitos da umidade sobre as lavouras. Embora a proximidade do verão possa favorecer a produção de hortaliças, o excesso de água e as temperaturas elevadas também podem acelerar o amadurecimento dos frutos e favorecer o aparecimento de doenças. **(DA) %**

% COMÉRCIO EXTERIOR

UE mantém barreira à carne de frango

MICHELLE VALVERDE

Mesmo após o Brasil ter cumprido todas as exigências técnicas estabelecidas pela União Europeia (UE), o bloco econômico adiou para os dias 7 e 8 de dezembro a discussão sobre o retorno do País à lista de nações autorizadas a exportar carne de aves e mel para o mercado europeu. O tema, que seria analisado na última terça-feira (17) pelo Comitê Permanente de Plantas, Animais, Alimentos e Rações (Scopaff), gera preocupação nos setores produtivos, inclusive em Minas Gerais, já que o mercado europeu é um destino importante para as exportações.

O impacto da decisão é relevante em Minas. Conforme os últimos dados disponíveis, de janeiro a julho deste ano, o Estado exportou US$ 20 milhões em carne de frango e US$ 3 milhões em mel para a UE. Desde 3 de setembro, a União Europeia mantém suspensas as importações de produtos de origem animal do Brasil, sob a alegação de que o País não cumpre as regras do bloco sobre o uso de antimicrobianos na pecuária.

O adiamento da reunião causou descontentamento entre entidades representativas do setor produtivo e o governo federal, que esperavam avanços nas negociações após a visita de uma missão técnica da União Europeia, em agosto, para avaliar o sistema produtivo brasileiro. A Comissão Europeia (DG Santé) concluiu que o sistema brasileiro atende às exigências do bloco.

Em nota, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) manifestou o descontentamento do setor com a decisão do Scopaff, órgão vinculado à DG Santé. "Surpreende a postura da União Europeia no tratamento desta questão, que é técnica e cujos esclarecimentos foram apresentados pelo Brasil (...). Nesse sentido, a ABPA está em contato com o governo brasileiro, solicitando que a relação entre Brasil e União Europeia seja pautada pela reciprocidade, como regem as tratativas tradicionais do comércio internacional".

Já o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), em nota, aponta que recebeu com preocupação a decisão e considera que foram apresentados os esclarecimentos técnicos necessários para a retomada das exportações e aguarda as informações oficiais relacionadas ao adiamento, a fim de definir as medidas cabíveis. **%**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DER
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo SEI: 2300.01.0163436/2026-67, Pregão eletrônico 2301403.0054/2026 – O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, em exercício, no uso de suas atribuições, torna público que realizará licitação na modalidade pregão eletrônico visando a Aquisição de 500 (quinhentos) coletes de identificação institucional personalizados, destinados ao atendimento das necessidades das unidades do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG, conforme especificações técnicas, quantitativos, distribuição de tamanhos e demais condições estabelecidas neste instrumento e em seus anexos. As propostas comerciais e documentação deverão ser encaminhadas, através do site www.compras.mg.gov.br, no período compreendido a partir de 23/11/2026 até o dia 09/12/2026 às 09:00 horas, horário em que se dará a abertura da sessão pública. O Pregão será realizado através do site www.compras.mg.gov.br. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no https://compras.mg.gov.br/, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no https://www.der.mg.gov.br à partir do dia 23 de novembro de 2026. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail pregao@der.mg.gov.

DER MG — MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

UCB S.A.

CNPJ/ME nº 32.803.503/0001-91 - NIRE 31300126862

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 30 de Outubro de 2026

1. Data, Hora e Local: 30 de outubro de 2026, às 10h00, na sede da UCB S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Josepha Gomes de Souza, nº 302, Sala 01, Bairro dos Pires, cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais, CEP 37.640-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração: Srs. Anibal Wadih Souliman, Young Moo Park, Ricardo Cifu, Mingchuan Wang e Tianlong He. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Anibal Wadih Souliman; Secretário: Sr. Ricardo Cifu. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a constituição, pela Companhia, de sociedade controlada integralmente pela UCB S.A. sob a forma de sociedade empresária limitada unipessoal, a ser denominada **UCB Power Serviços de Engenharia e Projetos Ltda.** ("UCB Power"); (ii) a subscrição e a integralização, pela Companhia, da totalidade do capital social da UCB Power; (iii) a aprovação da minuta do Ato de Constituição da UCB Power; (iv) a designação dos Diretores da UCB Power; e (v) a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique os atos necessários à implementação das deliberações. **5. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, observado o Acordo de Acionistas da Companhia: 5.1. Aprovar a constituição da UCB Power, sociedade integralmente controlada pela Companhia, sob a forma de sociedade empresária limitada unipessoal, com prazo de duração indeterminado, sede na cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais, na Rua Josepha Gomes de Souza, nº 302, sala 02, Bairro dos Pires, CEP 37.642-554, e objeto social preponderante a prestação de serviços de engenharia, aplicados especialmente a sistemas de armazenamento de energia elétrica em baterias, nos termos do Ato de Constituição. 5.2. Aprovar a subscrição e a integralização, pela Companhia, em moeda corrente nacional, de 50.000 (cinquenta mil) quotas da UCB Power, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando o capital social de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). 5.3. Aprovar a minuta do Ato de Constituição da UCB Power, que, rubricada pela Mesa, fica arquivada na sede da Companhia. 5.4. Aprovar a designação, para compor a Diretoria da UCB Power, com mandato de 2 (dois) anos, dos Srs.: (a) **Vinícius Bernâ Marques Pinto,** inscrito no CPF/MF sob o nº 395.510.868-64, para o cargo de Diretor sem designação específica; (b) **Diego Lucas Silva Diniz,** inscrito no CPF/MF sob o nº 080.171.256-40, para o cargo de Diretor Financeiro; e (c) **Antônio José Smecelato Maldonado,** inscrito no CPF/MF sob o nº 288.806.708-08, para o cargo de Diretor sem designação específica. 5.5. Autorizar a Diretoria da Companhia, na forma do Estatuto Social, a assinar o Ato de Constituição e a praticar todos os atos necessários à constituição e ao registro da UCB Power, incluindo o arquivamento na JUCEMG, a inscrição no CNPJ e as inscrições estadual e municipal. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente: Anibal Wadih Souliman; Secretário: Ricardo Cifu. **Conselheiros presentes:** Anibal Wadih Souliman, Young Moo Park, Ricardo Cifu, Mingchuan Wang e Tianlong He. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Extrema, 30 de outubro de 2026. Anibal Wadih Souliman - Presidente; Ricardo Cifu - Secretário; **Conselheiros Presentes:** Anibal Wadih Souliman, Young Moo Park, Ricardo Cifu, Mingchuan Warg, Tianlong He. **Junta Comercial do Estado de Minas Gerais -** Certifico o registro sob o nº 14346408 em 12/11/2026 da Empresa UCB S.A. - NIRE 31300126862 e Protocolo 267771797 - 10/11/2026. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

NEGÓCIOS

Empreendedorismo continua sendo desafiador para mulheres

% ESTUDO SEBRAE **Apesar de representarem 51,8% da população em idade ativa, elas são donas de apenas 34,3% dos negócios; entre as dificuldades enfrentadas estão a múltipla jornada e o menor acesso ao crédito**

DANIELA MACIEL

Tão antigo quanto marginalizado, o empreendedorismo feminino no Brasil tem cada vez mais força econômica, mas segue enfrentando dificuldades históricas, que vão da múltipla jornada das mulheres ao menor acesso ao crédito.

De acordo com um estudo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), produzido com dados trimestrais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), o empreendedorismo feminino cresceu 27% nos últimos dez anos. Foi um salto de 16 pontos percentuais (p.p.) em relação ao observado entre empreendedores do sexo masculino no mesmo período.

Além do crescimento do número de empreendedoras, o País também registrou um aumento substancial no nível de escolaridade das mulheres "Donas de Negócios" (DN). Entre 2012 e 2025, elas tiveram um salto de 18,6 p.p. na faixa de ensino superior incompleto ou mais e uma redução de 17,3 p.p na faixa fundamental incompleto. O resultado dessa mudança de perfil é que existem hoje 13 pontos percentuais mais mulheres DN com ensino superior ou mais do que empreendedores do sexo masculino.

"Além do crescimento do número de empreendedoras, o País também registrou um aumento substancial no nível de escolaridade das mulheres "Donas de Negócios"

Ainda assim, as mulheres, que representam 51,8% da população em idade ativa, são apenas 34,3% dos donos de negócios no Brasil. Essa disparidade também se reflete na taxa de empreendedorismo: entre elas, é de 11,5%, menos da metade da observada entre os homens (23,6%).

De acordo com a analista do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae Minas), Arielle Alexandria, embora a desigualdade venha diminuindo, há uma questão cultural que impõe às mulheres obstáculos. Parte da solução, segundo ela, está numa educação empreendedora, na formalização do negócio e no fortalecimento das redes de apoio.

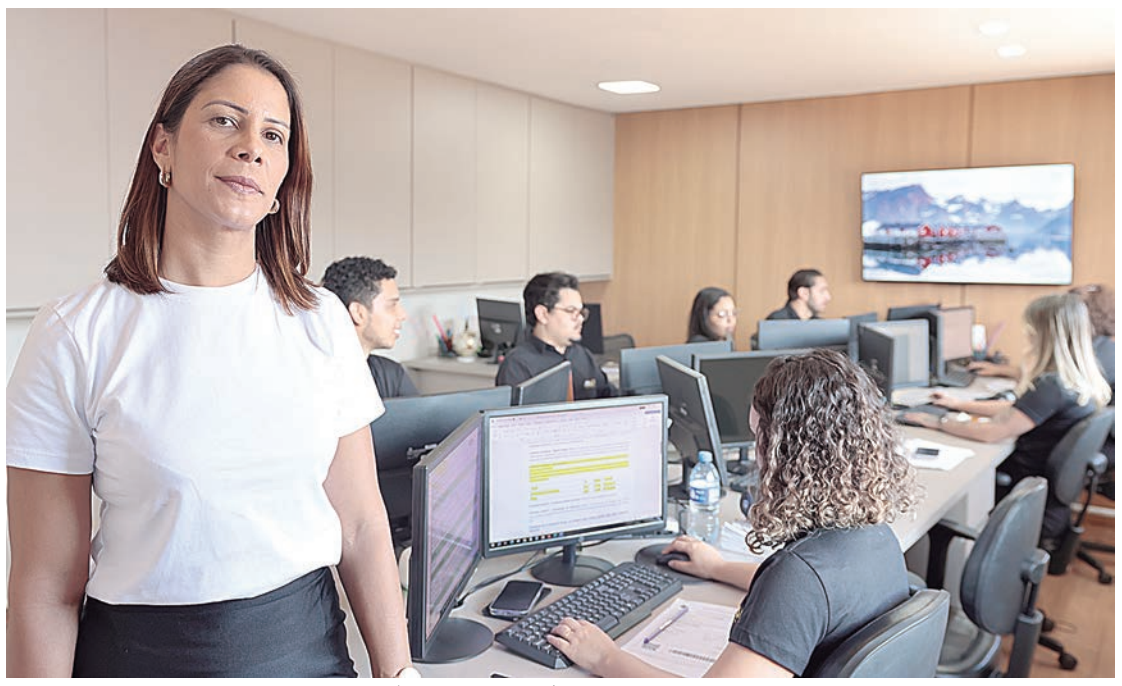
"Existe uma questão histórica que, por exemplo, dificulta o acesso ao crédito. Apesar de melhores pagadoras, as mulheres têm dificuldades porque não têm patrimônio em seu nome para oferecer como garantia e também porque costumam permanecer muito tempo na informalidade, então o CNPJ não tem um histórico junto ao sistema financeiro. Apesar de serem ótimas administradoras do dinheiro doméstico, por falta de uma educação empreendedora nas escolas, as mulheres não aprendem a fazer um planejamento voltado ao lucro. Por isso, o Sebrae faz parcerias com escolas públicas para treinar os professores nesse tema", explica Arielle Alexandria. **%**



Arielle Alexandria diz que mulheres são boas pagadoras, mas têm dificuldade de conseguir crédito por não terem bens em seus nomes FOTO: DIVULGAÇÃO / SEBRAE MINAS

BDMG oferece linha especial para o público feminino

Aos poucos, a realidade das empreendedoras vem melhorando, inclusive junto aos bancos, especialmente os públicos. O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), por exemplo, oferece uma linha especial para mulheres empreendedoras. Desde 2023 já foram liberados cerca de R$ 250 milhões em linhas de crédito exclusivas para empresas lideradas por mulheres em todas as regiões do Estado.



A contadora Amanda Silva recorreu às linhas de crédito do BDMG para expandir o escritório de contabilidade no rastro da reforma tributária FOTO: DIVULGAÇÃO / BDMG

Para a superintendente do BDMG, Paula Campanha, o crédito precisa ser um facilitador de projetos, já que as empreendedoras contribuem para a economia e precisam de condições de investimento que levem em conta seus desafios sociais e pessoais.

"O volume de crédito liberado nessas condições, entre 2023 e 2026, ajudou a criar mais de 7,5 mil empregos no Estado, conforme a matriz insumo-produto do banco. Fomentar o empreendedorismo feminino é uma forma de contribuir para um futuro de mais oportunidades e prosperidade", avalia.

Confiando nessa oportunidade, a contadora Amanda Silva recorreu às linhas de crédito do BDMG para expandir o escritório de contabilidade no rastro da reforma tributária. Há oito anos, com o nascimento da filha, ela se viu obrigada a empreender para conciliar a maternidade e a vida profissional.

Hoje, ela administra um escritório que atende cerca de 180 empresas de diversos setores e acaba de concluir a obra que ampliou e modernizou o espaço físico da empresa, no bairro Tirol, região do Barreiro, em Belo Horizonte. Com os investimentos, ela projeta um crescimento de até 40% no faturamento em 2027. Esse é o terceiro empréstimo que ela busca junto à instituição.

"Das duas vezes que eu peguei, foi muito tranquila a questão do pagamento. Foram investimentos que o próprio negócio deu retorno. Eu já enfrentei muitos desafios em atendimento com homens. Não é fácil essa questão do apoio, às vezes, não temos nem da família. Tem que ter persistência mesmo. Eu acho muito bacana esse olhar pela mulher", destaca Amanda Silva. **(DM) %**

Grupo cria conexão, estimula *networking* e fomenta negócios

Criado em 2023, o grupo Benditas surgiu da vontade da jornalista e empresária Deborah Ribeiro de tornar a jornada das mulheres menos penosa. Nesse tempo, mais de mil mulheres passaram pelos eventos promovidos pelo grupo. Atualmente, são cerca de 100 associadas que se reúnem para trocar experiências, fazer negócios entre si e participar de eventos com palestrantes de importância nacional. O grupo financia suas atividades com a venda de ingressos dos eventos abertos ao público.

"A base do grupo é a conexão entre as participantes criando um ecossistema. Dentro do grupo de *networking* elas começam a compartilhar os desafios e aprender umas com as outras. Outro ponto importante é fazer negócios entre elas, comprando, indicando, fomentando o negócio da outra. Isso é muito genuíno", ressalta.

Levantamento realizado pelo Sebrae mostra que no quatro trimestre de 2025, em média, as empreendedoras dedicavam 34 horas semanais ao seu negócio; 49,1% são negras; 51,3% têm entre 30 e 49 anos; 52,7% são chefes de domicílio; 73,9% possuem ensino completo. Em Minas, 10,9% da população feminina empreende.

"Hoje o Benditas se dedica às pequenas empreendedoras, aquelas que estão começando. São muitas as dores nessa fase. O negócio depende muito delas e conciliar as demandas, muitas sem rede de apoio é muito difícil. O nível de estresse e adoecimento dessas mulheres pela sobrecarga é muito alto", completa a empresária. **(DM) %**



A base do grupo Benditas, criado em 2023, é a conexão entre as participantes criando um ecossistema FOTO: DIVULGAÇÃO / MARIA EDUARDA ARAÚJO

INOVAÇÃO EM PAUTA



JANAYNA BHERING

Engenheira com mestrado em ciência e tecnologia, especialista em estatística aplicada a processos (Six Sigma Black Belt) e gestão da inovação. Atua no ecossistema de inovação há 20 anos. Atua como executiva Fundep, Presidente conselho inovação e VP executiva na ACMinas.

O Estado como cliente da inovação

Durante muito tempo, o fomento à inovação em Minas Gerais funcionou em uma lógica de oferta: a empresa identificava uma oportunidade, desenvolvia a tecnologia e, só depois, buscava quem a comprasse. A Chamada Fapemig-Sede 018/2026, o HubMG Gov, inverte essa ordem. Agora é o próprio Estado que apresenta o problema e convida o mercado e a academia a resolvê-lo.

São 22 desafios reais, propostos por órgãos como o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, a Defensoria Pública, a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg), a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag-MG) e a própria Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Os temas vão da detecção de fraudes em tempo real no registro empresarial à cadeia de custódia de vestígios periciais, entre outros.

Os recursos somam R$ 20 milhões. Projetos de pesquisa ou desenvolvimento de metodologias podem pleitear até R$ 1 milhão (categoria A), e projetos de desenvolvimento tecnológico, até R$ 2 milhões (categoria B), com execução entre 18 e 30 meses. Podem concorrer empresas, *startups*, cooperativas e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) mineiras. Empresas de outros estados também participam, desde que tenham matriz ou filial em Minas na contratação e executem o projeto no Estado. A contrapartida mínima é de 10% do valor solicitado: financeira para empresas, econômica para ICTs.

O desenho do edital merece atenção. A execução se divide em três fases: prova de conceito, desenvolvimento da solução e operação assistida. Cada parcela só é liberada após o aceite formal do órgão demandante, com base em indicadores pactuados desde o início. Ao final, o Estado recebe direito de uso da solução, capacitação das equipes e, no caso de *software*, código-fonte e documentação técnica.

Um ponto define o jogo: antes da submissão, é obrigatório enviar uma proposta prévia ao órgão demandante até 27 de novembro e obter a manifestação de interesse até 7 de dezembro. Sem esse documento, a proposta não avança. A submissão final no sistema Everest vai até 9 de dezembro. Em outras palavras, o prazo real é muito mais curto do que parece, e o diálogo com o gestor público passa a ser parte central da estratégia.

O HubMG Gov é mais do que subvenção, é a chance de validar uma tecnologia e construir uma referência que abre portas em outros estados e municípios. Para o governo, é um caminho legítimo para incorporar inovação sem depender de soluções genéricas e caras.

Minas tem competência técnica, ICTs de excelência e um ecossistema de *startups* maduro. O que faltava era uma ponte estruturada entre quem tem o problema e quem sabe resolvê-lo. Essa ponte está aberta e cabe a nós atravessá-la com projetos sérios, mensuráveis e comprometidos com o interesse público. %

Faculdade Senai expande ensino superior em MG

% CURSOS Estão previstas graduações em nove cidades de várias regiões do Estado; ampliação leva em consideração as vocações econômicas das localidades selecionadas

GUILHERME FERREIRA*

A Faculdade Senai vai ampliar sua presença em Minas Gerais e levar cursos de ensino superior a nove cidades. Além de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), onde iniciou as atividades em 2025, a instituição passa a oferecer graduações em municípios de várias regiões do Estado, como Juiz de Fora (Zona da Mata), Itabira (Central), Divinópolis (Centro-Oeste), Ipatinga (Vale do Aço), Itajubá (Sul de Minas), Montes Claros (Norte), Pouso Alegre (Sul), Uberaba e Uberlândia (ambas no Triângulo Mineiro). Com a expansão, a Faculdade Senai passa a atuar em dez municípios mineiros.



Para a implantação das faculdades, são analisadas as demandas dos setores industriais dos municípios FOTO: DIVULGAÇÃO / FACULDADE SENAI

A oferta inclui o bacharelado em engenharia de controle e automação, com duração de cinco anos, e o curso superior de tecnologia em ciência de dados, com duração de dois anos e meio. As formações abrangem áreas como programação, robótica, automação industrial, inteligência artificial (IA) e análise de dados.

A ampliação ocorre em um contexto de mudanças nos processos produtivos, com incorporação de tecnologias digitais em diferentes setores da economia. As duas graduações focam em competências para desenvolver sistemas automatizados e tratar informações que apoiem decisões empresariais.

Entre os novos municípios está Juiz de Fora, na Zona da Mata. O polo funcionará na unidade Senai Luiz Adelar Scheuer, localizada na Barreira do Triunfo, com 75 vagas para o primeiro semestre de 2027. São 35 vagas para engenharia de controle e automação, na modalidade semipresencial, e 40 para tecnologia em ciência de dados, na modalidade a distância. As aulas estão previstas para começar em 1º de março de 2027. As inscrições são gratuitas e seguem abertas até 19 de fevereiro.

Segundo o representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em Juiz de Fora, André Leandro Fonseca Pimentel, a implantação do polo considera as demandas do setor industrial da Zona da Mata e a necessidade de profissionais preparados para trabalhar com novas tecnologias.

Ainda de acordo com Pimentel, a procura por essas competências aparece em segmentos como metalmecânico, automotivo, eletroeletrônico, alimentos e bebidas, logística, tecnologia da informação e serviços industriais. Entre as habilidades demandadas estão automação de processos, integração de sistemas e análise de dados para apoiar decisões e melhorar a produtividade das empresas.

"A ampliação ocorre em um contexto de mudanças nos processos produtivos, com incorporação de tecnologias digitais em diferentes setores da economia"

A implantação do polo em Juiz de Fora aproveitou principalmente a estrutura da unidade Senai Luiz Adelar Scheuer, classificada como Senai 4.0. O espaço já conta com salas de aula, laboratórios, oficinas e ambientes de aprendizagem compatíveis com as exigências dos cursos.

Segundo o Senai, foram realizadas adequações operacionais para atender aos requisitos acadêmicos da oferta de ensino superior. A instituição não informou o valor do investimento para a implantação do polo.

Mensalidades - No curso de engenharia de controle e automação, a formação reúne conhecimentos de engenharia, programação, eletrônica, sensores, robótica e tecnologias digitais. O curso prepara profissionais para desenvolver, integrar e gerenciar sistemas automatizados aplicados à modernização de processos industriais e à melhoria das operações.

Já o curso de tecnologia em ciência de dados aborda a coleta, a organização e a interpretação de informações. A formação contempla aplicações como inteligência artificial, análise preditiva, identificação de padrões e uso de dados para a tomada de decisões em diferentes setores. Nos nove novos polos, as mensalidades integrais são de R$ 1.115 para engenharia de controle e automação e R$ 670 para tecnologia em ciência de dados.

Em Juiz de Fora, o processo seletivo permite três formas de ingresso: aproveitamento das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), análise do histórico escolar do ensino médio ou apresentação de diploma de graduação, para candidatos que buscam obter um novo título. As inscrições devem ser realizadas pela internet, no site da Faculdade Senai. O resultado será divulgado individualmente no portal do candidato, conforme o cronograma do processo seletivo. O período de matrículas vai até 26 de fevereiro de 2027. **(*Estagiário sob supervisão da edição) %**

% TURISMO

BH Airport inaugura voo para Parnaíba

O BH Airport, localizado em Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), ampliou, a partir de ontem, sua oferta de destinos com a inauguração da nova rota para Parnaíba, no Piauí. Operada pela Azul Linhas Aéreas, a ligação contará com duas frequências semanais, às quartas-feiras e aos sábados, fortalecendo a conectividade de Minas Gerais com o Nordeste e facilitando o acesso a um dos destinos turísticos mais conhecidos da região.

A chegada de Parnaíba à malha do BH Airport reforça a estratégia do terminal de aumentar as opções de viagem e consolidar sua posição como importante centro de conexões no País. A operação também potencializa o acesso ao Delta do Parnaíba e à Rota das Emoções, circuito turístico que integra destinos do Piauí, Maranhão e Ceará.

"A conexão direta com Parnaíba amplia a diversidade da nossa malha e fortalece o BH Airport como uma plataforma estratégica de conectividade para o País. Além de aproximar os mineiros de um destino de grande potencial turístico, a operação integra o litoral piauiense às conexões disponíveis em nosso terminal, ampliando o acesso de passageiros de diferentes regiões a Parnaíba", destaca o diretor de operações do BH Airport, Rodrigo Côrtes.



Nova rota da Azul terá dois voos semanais e conecta Minas Gerais a um dos principais destinos turísticos do litoral piauiense FOTO: PEDRO NICOLI / BH AIRPORT DIVULGAÇÃO

Ele acrescenta que, em parceria com a Azul, o aeroporto está desenvolvendo rotas com potencial de estimular novos fluxos de passageiros, fortalecer o turismo e transformar conectividade em oportunidades e desenvolvimento para os territórios.

A operação será realizada em aeronaves Embraer 195-E2, com capacidade para 136 passageiros. Os voos partem do terminal internacional de Belo Horizonte às quartas-feiras, às 12h55 e chega a Parnaíba às 15h45. Aos sábados, a decolagem ocorre às 9h30, com chegada prevista às 13h40, após escala em Teresina.

No retorno, às quartas-feiras, a saída de Parnaíba será às 16h30, com chegada ao BH Airport às 20h40, também via Teresina. Aos sábados, o voo parte do litoral piauiense às 14h25 e chega a Belo Horizonte às 17h15. %



Malha rodoviária mineira é um corredor estratégico na circulação de mercadorias entre o Centro-Oeste, o Sudeste e o Nordeste FOTO: DIVULGAÇÃO / VIA CRISTAIS/ BR-040

Minas Gerais é o segundo destino de cargas do Brasil

% LOGÍSTICA Estado responde por 12,4% das consultas por transporte de mercadorias, impulsionado pela diversificação econômica e pela localização estratégica

DANIEL DE ANDRADE

Minas Gerais é um dos principais destinos da movimentação de cargas no Brasil. Levantamento do Transvias, baseado em 3,68 milhões de consultas realizadas em todo o País, na base de dados da empresa, mostra que o Estado concentrou 12,4% das buscas por destino, ou seja, por locais onde as mercadorias devem ser entregues. São Paulo lidera o *ranking*, com 20,8%, seguido por Minas. Na sequência, aparecem Bahia (6,5%), Rio de Janeiro (5,9%) e Paraná (5,9%).

Na avaliação do economista e professor dos cursos de gestão e negócios do Centro Universitário UniBH, Fernando Sette, a demanda por transporte de cargas em Minas Gerais está diretamente relacionada à diversificação da economia estadual e à sua posição estratégica na integração entre as regiões brasileiras.

Segundo ele, destacam-se nessa cadeia a indústria automotiva, a siderurgia, a mineração, o agronegócio, o comércio atacadista e varejista e, mais recentemente, o comércio eletrônico.

"A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) concentra importantes atividades industriais e de consumo, enquanto o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba apresentam forte integração com a produção agroindustrial do Centro-Oeste. Já o Sul de Minas se beneficia da proximidade com São Paulo, especialmente na instalação de centros de distribuição e operações logísticas", afirma.

Ainda conforme o especialista, a diversidade produtiva contribui para que Minas seja não só um importante mercado consumidor como um polo de produção e redistribuição de mercadorias para outras regiões do País.

Localização estratégica - Segundo Sette, outro fator relevante que explica a vice-liderança do Estado, é a sua localização geográfica, que funciona como importante corredor de circulação de mercadorias entre o Centro-Oeste, o Sudeste e o Nordeste.

"Parte da produção agrícola de Goiás e Mato Grosso utiliza corredores que atravessam o Estado, enquanto produtos industrializados de São Paulo abastecem o mercado mineiro e outras regiões", diz.

No comércio internacional, Fernando Sette aponta que Minas Gerais também desempenha papel relevante na exportação de minério de ferro, café, produtos siderúrgicos e agroindustriais, utilizando conexões rodoviárias e ferroviárias com os portos de Santos, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), segundo o economista, complementa essa estrutura, especialmente no transporte de mercadorias de maior valor agregado, como medicamentos, equipamentos eletrônicos e componentes industriais. "Essa combinação fortalece a participação mineira tanto no mercado interno quanto nas cadeias internacionais de produção e distribuição", completa. **%**

"São Paulo lidera o ranking, com 20,8%, seguido por Minas. Na sequência, aparecem Bahia (6,5%), Rio de Janeiro (5,9%) e Paraná (5,9%)"

Estado também é relevante como ponto de origem do transporte

Os números do Transvias mostram ainda que Minas Gerais também se destaca como ponto de origem do transporte de cargas. O Estado respondeu por 5,4% das consultas por rotas de saída, a terceira maior participação entre as unidades da Federação, atrás apenas de São Paulo (69,7%) e Goiás (6,5%). Na prática, isso significa que, a cada cem consultas por transporte de cargas, cerca de cinco têm Minas Gerais como ponto de partida, com a busca por transportadoras para retirar mercadorias no território mineiro e levá-las a outros destinos.

O economista e professor dos cursos de gestão e negócios do Centro Universitário UniBH, Fernando Sette, destaca que esse cenário sinaliza oportunidades para transportadoras, operadores logísticos e empresas instaladas no Estado, especialmente na ampliação dos serviços de armazenagem, distribuição e transporte especializado.

"O fato de Minas representar 12,4% das buscas por destino, contra 5,4% por origem, sugere a possibilidade de explorar melhor os fluxos de retorno, reduzindo viagens com veículos vazios e aumentando a produtividade das operações. Entretanto, esses percentuais representam consultas realizadas na plataforma, não necessariamente crescimento efetivo do volume transportado", explica o professor.

Ainda assim, segundo ele, constituem um indicador relevante de demanda potencial e de oportunidades de integração entre empresas e mercados, especialmente considerando a localização estratégica de Minas entre os principais centros produtores e consumidores do País.

O economista também aponta que as oportunidades estão na ampliação de serviços logísticos de maior valor agregado, como centros de distribuição, transporte refrigerado, gestão de estoques, logística reversa e integração entre diferentes modais. Segundo ele, empresas instaladas em Minas podem aproveitar a localização estratégica para atender simultaneamente aos mercados do Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, reduzindo prazos de entrega e ampliando sua abrangência comercial.

Desafios - Para o coordenador do curso de administração da Newton Paiva Wyden, Felipe Gouvêa, embora Minas Gerais tenha relevância econômica e localização geográfica estratégica, por outro lado, o Estado ainda conta com uma série de dificuldades relacionadas à infraestrutura de transportes. Os entraves, segundo ele, comprometem o potencial econômico do Estado.

"A capacidade de transporte em determinadas vias e, por consequência, os custos operacionais, muitas vezes inviabilizam os negócios. De modo geral, esses fatores afetam o tempo de entrega, a previsibilidade e a competitividade das empresas operam dentro do Estado", cita.

Gouvêa também afirma que Minas Gerais tem oportunidades significativas no setor ferroviário, não apenas pela tradição na mineração e no transporte de *commodities*, mas pelo potencial de ampliar sua integração logística. Para aproveitar essas possibilidades, porém, ele defende a continuidade dos investimentos na expansão e modernização da infraestrutura, conectando as ferrovias aos centros de distribuição e aos mercados consumidores.

Fernando Sette acrescenta ao afirmar que, apesar de Minas Gerais possuir a maior malha rodoviária do País, com aproximadamente 272 mil quilômetros de estradas, ainda esbarra em dificuldades relacionadas à conservação de determinados corredores e aos custos de deslocamento.

"Investimentos na recuperação e ampliação das principais rodovias, especialmente aquelas que conectam a Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Triângulo Mineiro, o Sul de Minas e os estados vizinhos, são fundamentais", frisa.

Assim como Felipe Gouvêa, o docente do UniBH também acredita na necessidade de ampliar a utilização do transporte ferroviário para cargas diversificadas, aproveitando as conexões existentes com os portos do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. "Como Minas não possui acesso direto ao mar, a eficiência dessas ligações é determinante para a competitividade de suas exportações e para o abastecimento do mercado interno", diz. **(DA) %**

Reduzir custos e melhorar a eficiência das operações são desafios

Para o economista e professor dos cursos de gestão e negócios do Centro Universitário UniBH, Fernando Sette, a implantação de terminais intermodais, portos-secos, centros de distribuição e plataformas digitais de gestão de cargas, pode reduzir custos, melhorar o aproveitamento dos veículos e aumentar a eficiência das operações.

"Investimentos na qualificação profissional, na segurança do transporte e na modernização das empresas também são essenciais. O objetivo deve ser transformar a vantagem geográfica de Minas Gerais em vantagem econômica efetiva, fazendo com que o Estado deixe de ser apenas um território de circulação de mercadorias e passe a concentrar atividades logísticas de maior valor agregado, gerando investimentos, empregos, renda e competitividade para a economia mineira", conclui.

O levantamento do Transvias considera as buscas por transportadoras, rotas, cidades, estados, distâncias e cargas especiais realizadas no Transvias entre 1º de outubro de 2025 e 30 de setembro de 2026.

Com 75 anos de mercado, o Transvias conecta indústrias, comércios, embarcadores e transportadoras por meio de informações sobre rotas, regiões atendidas e características das operações logísticas.

A plataforma reúne um cadastro com mais de 15,1 mil transportadoras e dados sobre mais de 5,3 milhões de rotas em todo o País. Especializada na busca de empresas para operações de carga fracionada, também disponibiliza informações sobre transporte de carga fechada, mudanças, transporte aéreo, produtos perigosos, cargas refrigeradas e outras modalidades especiais. **(DA) %**

saiba mais sobre FINANÇAS no QR CODE ao lado

FINANÇAS

Ofertas concluídas em outubro movimentaram R$ 71,4 bilhões

% MERCADO DE CAPITAIS Com o resultado, as emissões domésticas acumulam R$ 628,4 bilhões neste ano, de acordo com a Anbima

O mercado de capitais brasileiro movimentou R$ 71,4 bilhões em ofertas encerradas em outubro, ante R$ 70,8 bilhões em setembro, representando alta de 0,8%, segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). De janeiro a outubro, as emissões domésticas somaram R$ 628,4 bilhões, alta de 1,6% em relação ao mesmo período de 2025.

As debêntures seguiram como o principal instrumento de financiamento, com R$ 23,5 bilhões em emissões encerradas no mês. Mesmo com a queda de 26,1% na comparação com setembro, os títulos responderam por 32,9% das ofertas de outubro. No acumulado do ano, as emissões de debêntures totalizaram R$ 285 bilhões, recuo de 24,6% na comparação com igual período de 2025.

"Os resultados do mês reforçam que o mercado de capitais tem mantido um fluxo regular de emissões ao longo do ano, com diferentes instrumentos ganhando destaque a cada mês. Isso mostra a capacidade do setor de se adaptar a diferentes condições e cenários", afirma, em nota, o presidente do Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais da Anbima, Guilherme Maranhão.

"Os resultados do mês reforçam que o mercado de capitais tem mantido um fluxo regular de emissões ao longo do ano"
Guilherme Maranhão

Fiagros - As ofertas de Fundos de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagros) movimentaram R$ 12,2 bilhões em outubro, ante R$ 212,5 milhões em setembro. Foi o maior volume mensal da série histórica, iniciada em setembro de 2021. As emissões ficaram concentradas em poucas operações de maior porte e superaram os R$ 10,2 bilhões somados nos nove meses anteriores. No acumulado do ano, os Fiagros movimentaram R$ 22,5 bilhões.

Os Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) registraram R$ 10 bilhões em ofertas, queda de 27,6% ante os R$ 13,8 bilhões de setembro. De janeiro a outubro, as emissões chegaram a R$ 80,6 bilhões, alta de 93,7% sobre o mesmo período de 2025.

Já os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) movimentaram R$ 13 bilhões em outubro, 3% abaixo do volume de setembro. No acumulado do ano, as emissões alcançaram R$ 100,9 bilhões, avanço de 41,8% em relação a igual intervalo de 2025.

Recebíveis - As ofertas de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) somaram R$ 4,2 bilhões em outubro, recuo de 11,5% em relação a setembro. Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) movimentaram R$ 669,3 milhões, queda de 24,7% ante os R$ 888,7 milhões do mês anterior.

As notas comerciais totalizaram R$ 5,4 bilhões em outubro, alta de 18,4% na comparação mensal. No acumulado do ano, as emissões somaram R$ 43,6 bilhões. %

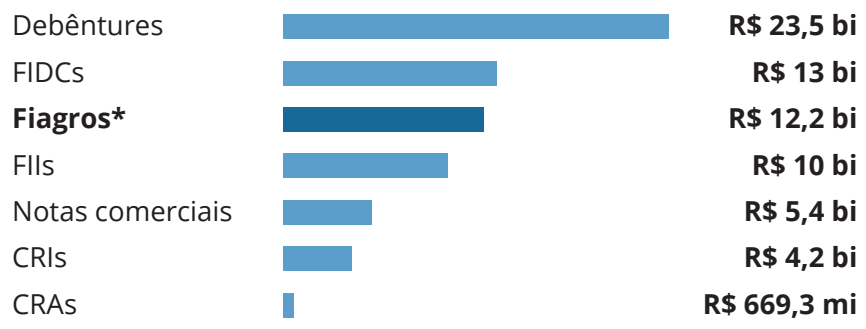
Mercado de capitais

Ofertas encerradas no Brasil em outubro de 2026

EM OUTUBRO
R$ 71,4 bi
R$ 70,8 bi em setembro

DE JANEIRO A OUTUBRO
R$ 628,4 bi
+1,6% ante igual período de 2025

Volume por instrumento — Outubro de 2026



* Maior volume mensal desde o início da série, em setembro de 2021.
Fonte: Anbima

Indicadores Econômicos

Dólar

		18/11/2026	17/11/2026	16/11/2026
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,8661	R$ 5,7820	R$ 5,7760
	VENDA	R$ 5,8667	R$ 5,7820	R$ 5,7770
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,8096	R$ 5,7845	R$ 5,7318
	VENDA	R$ 5,8102	R$ 5,7851	R$ 5,7324
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,9033	R$ 5,8210	R$ 5,8290
	VENDA	R$ 6,0833	R$ 6,0010	R$ 6,0090

Fonte: BC

Ouro

	18/11/2026	17/11/2026	16/11/2026
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 3.723,74	US$ 3.847,05	US$ 3.855,58
BM&F-SP (g)	R$ 704,77	R$ 714,61	R$ 715,66

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Novembro	1,05	15,00
Dezembro	1,22	15,00
Janeiro	1,16	15,00
Fevereiro	1,00	15,00
Março	1,21	14,75
Abril	1,09	14,75
Maio	1,07	14,50
Junho	1,12	14,25
Julho	1,22	14,25
Agosto	1,09	14,00
Setembro	1,08	13,75
Outubro	1,07	13,75

Reservas Internacionais

17/11..... US$ 364.074 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

• Tabela mensal do Imposto de Renda em 2026 (Fonte: Receita Federal)

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.428,80	Isento	Isento
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,73

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.
Limite mensal de desconto simplificado: R$ 607,20

Lei nº 15.191, de 11 de agosto de 2025

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

• Tabela de redução do IR mensal de 2026 (Fonte: Receita Federal)

Rendimentos tributáveis mensais	Redução do imposto
Até R$ 5 mil	Até R$ 312,89, zerando o imposto
de R$ 5.000,01 a R$ 7.350,00	R$ 978,62 – (0,133145 x Renda Mensal), até zerar para quem ganha R$ 7.350,00
A partir de R$ 7.350,01	Sem redução.

Lei nº 15.270, de 26 de novembro de 2025

Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2026

Inflação

Índices	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	0,27%	-0,01%	0,41%	-0,73%	0,52%	2,73%	0,84%	-0,50%	-1,16%	-0,22%	1,57%	1,47%	4,97%	5,24%
IPC-Fipe	0,20%	0,32%	0,21%	0,25%	0,59%	0,40%	0,45%	0,18%	-0,03%	0,01%	0,51%	-	2,61%	3,42%
IGP-DI (FGV)	0,01%	0,10%	0,20%	-0,84%	1,14%	2,41%	0,87%	-0,79%	-0,86%	0,06%	1,50%	-	3,72%	3,80%
INPC-IBGE	0,03%	0,21%	0,39%	0,56%	0,91%	0,81%	0,65%	0,14%	-0,01%	-0,32%	0,82%	-	4,01%	4,29%
IPCA-IBGE	0,18%	0,33%	0,33%	0,70%	0,88%	0,67%	0,58%	0,16%	0,07%	-0,32%	0,82%	-	3,95%	4,58%
IPCA-IPEAD	0,10%	0,42%	1,13%	-0,07%	0,47%	0,28%	0,28%	1,29%	0,41%	-0,16%	0,21%	-	3,89%	4,38%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.
Salário	1518,00	1518,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00
CUB-MG* (%)	0,08	0,05	6,38	0,15	0,13	0,87	0,38	0,20	0,02	0,23	0,28	0,28
UPC (R$)	24,91	24,91	25,04	25,04	25,04	25,16	25,16	25,16	25,29	25,29	25,29	25,42
UFEMG (R$)	5,5310	5,5310	5,7899	5,7899	5,7899	5,7899	5,7899	5,7899	5,7899	5,7899	5,7899	5,7899
TJLP (&a.a.)	9,07	9,07	9,19	9,19	9,19	9,13	9,13	9,13	9,14	9,14	9,14	9,29

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,4911	0,4974
COLON/COSTA RICA	35	0,4932	0,4941
COLON/EL SALVADOR	40	0,0129	0,01306
COROA DINAMARQUESA	55	0,8523	0,8525
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04644	0,04656
COROA NORUEGUESA	65	0,5982	0,599
COROA SUECA	70	0,5705	0,5706
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5818	1,582
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,9006	3,9015
DOLAR/BAHAMAS	155	5,8096	5,8102
DOLAR CANADENSE	165	4,0533	4,0543
DOLAR DA GUIANA	170	0,0276	0,02796
DOLAR CAYMAN	190	6,9576	7,0214
DOLAR CINGAPURA	195	4,5039	4,5047
DOLAR HONG KONG	205	0,7404	0,7405
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8511	0,8614
DOLAR DOS EUA	220	5,8096	5,8102
FORINT/HUNGRIA	345	0,01728	0,01731
FRANCO SUICO	425	6,8908	6,8931
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0009258	0,0009305
IENE	470	0,03647	0,03648
LIBRA/EGITO	535	0,108	0,1082
LIBRA ESTERLINA	540	7,6373	7,6398
LIBRA/LIBANO	560	0,0000648	0,0000649
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,04742	0,04781
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1761	0,1763
NOVO SOL/PERU	660	1,691	1,6931
PESO ARGENTINO	665	0,06217	0,06218
PESO CHILE	715	0,005789	0,005798
PESO/COLOMBIA	720	0,001752	0,001753
PESO/CUBA	725	0,7396	0,7396
PESO/REP. DOMINIC	730	0,0958	0,09661
PESO/FILIPINAS	735	0,09128	0,09146
PESO/MEXICO	741	0,3112	0,3114
PESO/URUGUAIO	745	0,1431	0,1432
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7594	0,7605
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002758	0,002775
RENMINBI HONG KONG	796	0,8712	0,8714
RIAL/CATAR	800	1,5925	1,5953
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,5486	1,549
RINGGIT/MALASIA	828	1,4101	1,413
RUBLO/RUSSIA	830	0,0705	0,07052
RUPIA/INDIA	860	0,06217	0,06218
WON COREIA SUL	930	0,004358	0,004361
EURO	978	6,3702	6,372

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/01/2026

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.621,00	7,50
De R$ 1.621,01 até R$ 2.902,84	9,00
De R$ 2.902,85 até R$ 4.354,27	12,00
De R$ 4.354,28 até R$ 8.475,55	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.621,00	5 (*)	81,05
1.621,00	11 (**)	178,31
1.621,01 até 8.478,55	20	Entre 324,20 (salário mínimo) e 1.695,11 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;

**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2025		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.980,38	R$ 67,54

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Julho/2026	Setembro/2026	0.004163	0.006568
Agosto/2026	Outubro/2026	0.004160	0.006565

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

05/11	0,01420635	3,17087468
06/11	0,01420744	3,17111744
07/11	0,01420809	3,17126409
08/11	0,01420809	3,17126409
09/11	0,01420809	3,17126409
10/11	0,01420879	3,17141941
11/11	0,01420967	3,17161608
12/11	0,01421072	3,17185031
13/11	0,01421182	3,17209463
14/11	0,01421272	3,17229625
15/11	0,01421272	3,17229625
16/11	0,01421272	3,17229625
17/11	0,01421364	3,17250280
18/11	0,01421474	3,17274690
19/11	0,01421583	3,17299172

Fonte: Fenaseg

TBF

11/11 a 11/12	0,9986
12/11 a 12/12	0,9997
13/11 a 13/12	0,9511
14/11 a 14/12	0,9054
15/11 a 15/12	0,9533
16/11 a 16/12	1,0012

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial	
IPCA (IBGE)	
Setembro	1,0458
IGP-DI (FGV)	
Setembro	1,0380
IGP-M (FGV)	
Outubro	1,0524

TR/Poupança

12/10 a 12/11	0,1552	0,6560
13/10 a 13/11	0,1696	0,6704
14/10 a 14/11	0,1695	0,6703
15/10 a 15/11	0,1570	0,6578
16/10 a 16/11	0,1272	0,6278
17/10 a 17/11	0,1303	0,6310
18/10 a 18/11	0,1617	0,6625
19/10 a 19/11	0,1699	0,6707
20/10 a 20/11	0,1698	0,6706
21/10 a 21/11	0,1580	0,6588
22/10 a 22/11	0,1261	0,6267
23/10 a 23/11	0,0959	0,5964
24/10 a 24/11	0,0973	0,5978
25/10 a 25/11	0,1286	0,6292
26/10 a 26/11	0,1599	0,6607
27/10 a 27/11	0,1692	0,6700
28/10 a 28/11	0,1692	0,6700

01/11 a 01/12	0,1196	0,6202
02/11 a 02/12	0,1521	0,6529
03/11 a 03/12	0,1695	0,6703
04/11 a 04/12	0,1696	0,6704
05/11 a 05/12	0,1695	0,6703
06/11 a 06/12	0,1487	0,6494
07/11 a 07/12	0,1166	0,6172
08/11 a 08/12	0,1490	0,6497
09/11 a 09/12	0,1693	0,6701
10/11 a 10/12	0,1691	0,6699
11/11 a 11/12	0,1691	0,6699
12/11 a 12/12	0,1691	0,6699
13/11 a 13/12	0,1456	0,6463
14/11 a 14/12	0,1148	0,6154
15/11 a 15/12	0,1471	0,6478
16/11 a 16/12	0,1692	0,6700
17/11 a 17/12	0,1693	0,6701

Agenda Federal

Dia 19

Cofins - Entidades Financeiras - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de outubro de 2026 (art. 18, I, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009): Cofins - Entidades Financeiras e Equiparadas - Cód. Darf 7987.
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001).
Darf Comum (2 vias)

Cofins/CSLL/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Recolhimento da Cofins, da CSLL e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de outubro de 2026. (Lei nº 10.833/2003, art. 35, com a redação dada pela Lei nº 13.137/2015, art. 24).
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder.
Darf Comum (2 vias)

FGTS - Depósito, em conta bancária vinculada, dos valores relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) correspondentes à remuneração paga ou devida em outubro de 2026 aos trabalhadores. Caso não seja dia útil, deve-se antecipar o recolhimento.
Notas:
(1) Na data de vencimento ou de validade da guia, o FGTS deve ser recolhido até as 21h59m59s - horário de Brasília.
(Lei nº 8.036/1990, art. 15, caput; Portaria MTE nº 240/2023, art. 27; Manual de Orientação do FGTS Digital - SIT/MTE, Capítulo II, subitem 3.1.1.1; Cartilha Operacional do Empregador - Caixa, subitem 2.8)
(2) A Circular Caixa nº 1.046/2024 divulgou orientações sobre o uso do SEFIP/Conectividade Social para depósito do FGTS em situações de contingência.
Guia do FGTS Digital (GFD)
(veja Nota nº 2)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de outubro de 2026, incidente sobre rendimentos de beneficiários identificados, residentes ou domiciliados no País. (art. 70, I, "e", da Lei nº 11.196/2005, incluído pelo art. 38 da Lei Complementar nº 150/2015).
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder.
Darf Comum (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência outubro de 2026, devidas por empresas ou equiparadas, incluindo as contribuições:
- retidas sobre cessão de mão de obra ou empreitada;
- descontadas dos trabalhadores que lhe tenham prestado serviços;
- descontadas pelas cooperativas de trabalho, dos seus associados, como contribuintes individuais.
Não havendo expediente bancário, deve-se antecipar o recolhimento para o dia útil imediatamente anterior.
Notas:
(1) Produção rural - Recolhimento - Veja Lei nº 8.212/1991, arts. 22-A, 22-B, 25, 25-A e 30, III, IV e X a XIII; Lei nº 8.870/1994, art. 25; Lei Complementar nº 224/2025, art. 4º, caput, § 1º, VI, § 4º, VI; "Perguntas e Respostas - Redução dos Incentivos e Benefícios Tributários" nº 32, da RFB; Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, art. 43, § 8º, I e II, Anexo III e notas 2.4, 3 e 3.3, Anexo IV e nota 8, e Anexo IV e nota 8.
(2) As empresas que optaram pela contribuição previdenciária patronal básica sobre a receita bruta - CPRB (Lei nº 12.546/2011) devem recolher a contribuição correspondente no mesmo prazo.
Darf

Simples Doméstico - Recolhimento relativo aos fatos geradores ocorridos em outubro de 2026:
a) da contribuição previdenciária a cargo do empregador doméstico e de seu empregado;

CONJUNTURA

Taxa ficou praticamente estável no 3º tri em Minas

% DESOCUPAÇÃO Indicador ficou em 4% ante 3,8% do período anterior, alta foi de 0,2 ponto percentual, segundo o IBGE

LEONARDO LEÃO

A taxa de desocupação em Minas Gerais registrou aumento de 0,2 ponto percentual (p.p.) no terceiro trimestre de 2026, em relação ao trimestre anterior, subindo de 3,8% para 4%, variação considerada praticamente estável. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o indicador ficou abaixo do observado no mesmo trimestre de 2025 (4,1%).

O levantamento mostrou que a população desocupada do Estado subiu de 437 mil pessoas no segundo trimestre de 2026 para 453 mil no terceiro trimestre (julho a setembro). A taxa de participação da população de 14 anos ou mais na força de trabalho atingiu 63,6% e o nível de ocupação fechou em 61,1%.

O tecnologista da seção da Pnad Contínua em Minas Gerais, Leonardo Carrilho Filippo, diz que a variação na taxa de desocupação representa uma manutenção do índice. "Assim, variações pequenas como 0,2 p.p. podem ser lidas como estabilidade dentro das margens de erro estatístico", explica.

Ele ainda destaca que já é observado, tanto no cenário nacional como no estadual, a chegada da taxa em níveis inferiores e com baixa possibilidade de nova queda. O especialista acrescenta que, nesse sentido, a atual manutenção da desocupação no Estado é natural e também esperada.

A população total ocupada em Minas Gerais alcançou 10,95 milhões de pessoas, ficando 0,52% abaixo do volume apresentado no segundo trimestre deste ano (11,01 milhões) e 0,25% acima do registrado no mesmo período do ano anterior (10,92 milhões).

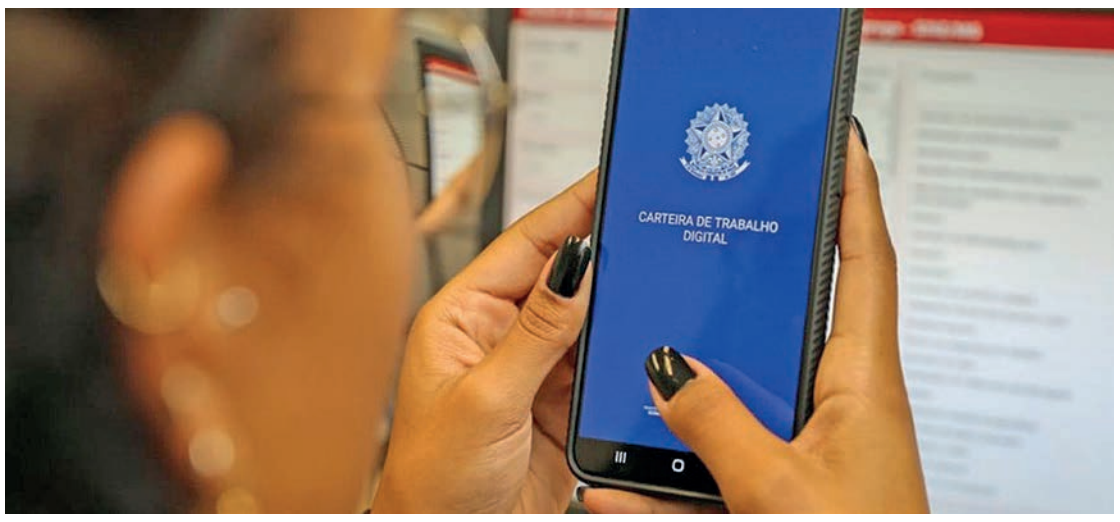
O número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado passou de 4,17 milhões entre abril e junho para 4,24 milhões no último trimestre, o que equivale a 38,7% da população ocupada. Já a parcela sem carteira assinada recuou de 1,44 milhão para 1,37 milhão no período.

Além disso, os trabalhadores mineiros por conta própria chegaram a 2,66 milhões, o equivalente a 24,3% da população ocupada, e os empregadores somaram 567 mil. No trimestre passado, foram 2,61 milhões de trabalhadores por conta própria e 477 empregadores.

No terceiro trimestre de 2026, a taxa composta de subutilização foi de 10,7%. Esse indicador aponta o percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e pertencentes à força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada. A taxa de informalidade do Estado foi de 35,4% da população ocupada.

Filippo explica que o indicador de informalidade tem apresentado uma manutenção estatística em relação ao trimestre anterior. "Já em relação ao ano passado, o que podemos analisar é um aumento na formalidade dos empregadores e por conta própria, ou seja, médios e pequenos empresários e empreendedores estão se regularizando com CNPJ em Minas Gerais", observa.

O tecnologista observa que o mercado mineiro apresenta uma taxa de subutilização inferior à média nacional (13%). **%**



Indicador no Estado ficou abaixo do observado no mesmo trimestre de 2025 (4,1%) FOTO: GIL LEONARDI / IMPRENSA MG

Tendência é de alta no rendimento

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) -Trimestral, divulgada ontem, traz dados sobre o desempenho do rendimento e da massa salarial em Minas. O rendimento médio real habitual chegou a R$ 3.551, apresentando crescimento tanto em relação ao trimestre anterior (R$ 3.469) quanto ao mesmo período de 2025 (R$ 3.335).

Já o rendimento médio real efetivo em Minas Gerais ficou em R$ 3.592 por mês. O tecnologista da seção da Pnad Contínua em Minas Gerais, Leonardo Carrilho Filippo, relata uma tendência de crescimento real do rendimento médio desde o início da série histórica, tanto a nível nacional quanto estadual. Para ele, esse aumento já é algo esperado no estudo.

O especialista observa que, com menos pessoas disponíveis no mercado de trabalho, os empregadores tendem a elevar os rendimentos para manter suas vagas ocupadas e mais atrativas. Ele ainda ressalta que a queda na desocupação não representa necessariamente mais pessoas trabalhando, mas sim que aqueles que buscam por oportunidades de trabalho estão tendo êxito.

A massa de rendimento real habitual totalizou R$ 38,3 bilhões mensais, valor superior aos R$ 37,6 bilhões apresentados no segundo trimestre deste ano.

Outro ponto mencionado pelo especialista foi a tendência de redução na taxa de desocupação no período, na comparação com o início do ano. De acordo com Filippo, esse desempenho é puxado pelo aumento na oferta de serviços e vagas de empregos temporários. **(LL) %**

Número de desempregados há dois anos é o menor no País

Rio de Janeiro - O número de trabalhadores que procuram emprego há pelo menos dois anos foi o menor em 14 anos no terceiro trimestre de 2026. O dado foi divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua.

Chamada de desemprego longo, a situação afetava 971 mil pessoas entre julho, agosto e setembro deste ano, o menor número desde 2012, quando começa a série histórica do IBGE.

Essa foi a primeira vez que o grupo impactado pela desocupação de longo prazo somou menos de 1 milhão de pessoas.

O número é resultado da redução de 17,6% do desemprego longo em relação ao mesmo período do ano passado, quando havia 1,179 milhão de pessoas em busca de trabalho por mais de 24 meses.

Também houve queda de 8% na comparação com o segundo trimestre de 2026, quando o desemprego longo já estava no menor patamar da série histórica, em 1,058 milhão.

Mínimas históricas - Os números do IBGE apontam que, no terceiro trimestre de 2026, o total de trabalhadores à procura de ocupação entre um e dois anos ficou em 590 mil, também o menor nível da série histórica.

Ao se considerar o total de pessoas desempregadas há pelo menos um ano - isto é, somando também quem está à procura de ocupação há dois anos ou mais -, o IBGE aponta 1,56 milhão de pessoas, também o menor número registrado desde 2012.

A pesquisa mostra que o patamar mais alto de pessoas em busca de trabalho há pelo menos dois anos foi em 2021, no pico da pandemia de covid-19.

Naquele ano, o contingente nessa condição se manteve acima de 3,5 milhões de pessoas, chegando a 3,810 milhões no terceiro trimestre de 2021.

No segundo trimestre de 2021, havia ainda 3 milhões de desempregados entre um e dois anos, e o total de desempregados há mais de um ano somava 6,74 milhões de trabalhadores.

Mercado aquecido - De acordo com o analista da pesquisa, William Kratochwill, esse comportamento reflete um mercado de trabalho aquecido. "É um sinal de que o mercado está contratando cada vez mais", diz.

Ele detalha que, desde o fim da pandemia, as vagas vêm apresentando sinais de crescimento. "Se o mercado precisa da mão de obra, ele sempre pega primeiro aqueles que acha mais qualificados e, depois, vai trazendo as pessoas com tempo de busca maior para dentro da ocupação", detalha.

O levantamento do IBGE indica também que, no terceiro trimestre de 2026, havia 1,136 milhão de pessoas buscando trabalho há menos de um mês. Esse contingente teve um acréscimo de 0,8% na comparação com o mesmo trimestre de 2025 (eram 1,127 milhão).

A Pnad apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporária ou por conta própria, por exemplo.

Pelos critérios do instituto, só é considerada desocupada a pessoa que efetivamente procurou uma vaga 30 dias antes da pesquisa. São visitados 211 mil domicílios em todos os estados e no Distrito Federal.

O instituto já havia divulgado que o Brasil fechou o terceiro trimestre com desemprego em 5,2%, o menor para o período desde 2012. O País tinha 5,6 milhões de desempregados, patamar mínimo que perdia apenas para o último trimestre de 2025 (5,5 milhões).

Do total de desocupados no trimestre até setembro, 17,2% estavam na busca por trabalho há pelo menos dois anos, enquanto 10,5% estavam na janela de um a dois anos.

Cerca de metade (52,1%) estava no período de um mês a menos de um ano. Uma em cada cinco pessoas (20,2%) estava há menos de um mês nessa condição. **(ABr) %**

ECONOMIA PARA TODOS



GUILHERME ALMEIDA

Head de Renda Fixa na Suno. Sócio-fundador da Certifiquei, possui experiência como economista, atuando na gestão e elaboração de pesquisas e análises socioeconômicas. Mestre em Estatística pela UFMG.

O pecado tributário

Empreender no Brasil é um exercício de resistência. Crédito caro e incerteza fiscal permanente pressionam o caixa de qualquer empresa. A partir de 2027, entra em cena mais um elemento nas decisões corporativas: o Imposto Seletivo, conhecido como "imposto do pecado".

Pela Medida Provisória (MP) 1.399/26, o seletivo substitui o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente: cigarros, bebidas alcoólicas e açucaradas, veículos, embarcações e aeronaves, bens minerais e loterias.

As alíquotas transitórias reproduzem a carga atual do IPI, e a MP prevê que qualquer arrecadação extra seja compensada com uma redução da alíquota da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Isso não significa que o empresário possa ignorar o tema. A evidência empírica mostra que, quando esses impostos de fato encarecem o produto, o mercado muda de comportamento, e nem sempre da forma esperada. O caso brasileiro do cigarro é um bom exemplo.

Entre 2011 e 2016, impostos mais altos e preço mínimo por maço ajudaram a reduzir a proporção de fumantes, mas o contrabando ganhou espaço. Depois de 2016, com alíquotas e preço mínimo congelados, o cigarro ficou mais barato em termos reais e o consumo migrou para marcas populares. Em tese, o imposto só funciona enquanto o preço real continua subindo, e cada aumento alimenta o mercado ilegal.

Nas bebidas açucaradas, meta-análises indicam que, em média, cerca de 82% do imposto chega ao preço final. O restante é absorvido ao longo da cadeia, o que pressiona margens. Onde o imposto foi escalonado pelo teor de açúcar, a indústria reformulou seus produtos. No Brasil, a alíquota de 2027 é única, sem esse escalonamento, de modo que a reformulação só entra de fato na agenda se o desenho definitivo apontar nessa direção.

No setor automotivo, a lógica é outra. O seletivo funciona como instrumento ambiental e industrial, com alíquotas que podem variar conforme critérios como eficiência energética. Em 2027, a carga repete a do IPI, que já diferenciava os veículos por eficiência.

Há ainda um detalhe técnico. Por determinação constitucional, o seletivo integra a base de cálculo da CBS e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Na prática, é imposto sobre imposto: com um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) na casa de 26,5% (sendo otimista) e um seletivo de 4,2%, cada R$ 100 de produto paga R$ 4,20 de seletivo mais R$ 1,11 de IVA sobre ele. Não é uma jabuticaba (na Europa ocorre o mesmo), mas é algo que precisa estar na conta de quem forma preço.

Por fim, vale lembrar que a MP ainda precisa ser aprovada pelo Congresso e o texto pode mudar. O verdadeiro teste virá em 2028, com as alíquotas definitivas. Só então se saberá se o seletivo será apenas o IPI com outro nome ou um instrumento mais agressivo de mudança de comportamento. **%**

saiba mais sobre LEGISLAÇÃO no QR CODE ao lado

LEGISLAÇÃO

Prorrogação do FEM com taxação de 2% cria polêmica

% ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA Setor produtivo, de um lado, e deputados de esquerda, entidades de assistência social e prefeitos, do outro, divergem sobre destinação de recursos do fundo

ANA KARENINA BERUTTI

A prorrogação da vigência do Fundo de Erradicação da Miséria (FEM) e a correta destinação dos seus recursos na atual administração estadual foram tema ontem da audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O debate amplificou o conflito entre setor produtivo e deputados de esquerda, entidades de assistência social, prefeitos, além do próprio representante da equipe de transição do novo governo.

De um lado, parlamentares do Bloco Democracia e Luta (PT, Psol, PCdoB, PV e Rede) saíram em defesa da prorrogação do FEM por meio da aprovação do PL 6209/2026. De outro, o setor produtivo alega que, com a implementação da reforma tributária a partir de janeiro de 2027 e o início da aplicação do Imposto Seletivo, conhecido como "imposto do pecado," pelo governo federal, haverá sobrecarga de impostos caso a cobrança de 2% para o FEM seja mantida.

A audiência deixou claro que a votação do PL 6209/2026 não será apenas técnica. Para o setor produtivo, é uma questão de sobrevivência da cadeia em um ano de transição tributária. Para os parlamentares, entidades sociais e a equipe de transição, é uma questão de não abrir mão da única fonte vinculada ao combate à miséria em um Estado com orçamento comprometido.

O representante da equipe de transição de governo, André Reis, representando o vice-governador eleito, Luís Eduardo Falcão (Republicanos), destacou que o Estado enfrenta um déficit estrutural de R$ 20 bilhões."A extinção do FEM quer dizer extirpar do orçamento recursos essenciais de combate à desigualdade", disse Reis, que ainda é secretário de Assistência Social de Belo Horizonte. "Eu sei da importância dos recursos para essas políticas. O governo precisa manter um imposto que é bem pensado por tributar o supérfluo e investir em política social. Dessa forma, o Estado se presta a fazer uma tributação de maior equidade destinada a políticas públicas meritórias", ressaltou.

Ao lado dos parlamentares, diversas entidades de assistência social do Estado também saíram em defesa da permanência dos 2% para o FEM. A prorrogação do fundo é vista pelo terceiro setor como uma medida indispensável de justiça social, revertendo taxas de produtos supérfluos (como cigarros e bebidas) diretamente em cuidado, saúde e dignidade para as pessoas com deficiência. A secretária-executiva do Fórum Estadual de Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, Sandra Regina Ferreira Barbosa, alegou que o FEM representa uma das principais fontes de custeio e estabilidade financeira para a manutenção dos serviços essenciais prestados pelas entidades.

Além das instituições, diversos prefeitos e prefeitas também defenderam a permanência do FEM e destacaram a importância desses recursos para as políticas públicas de assistência social, combate à desigualdade social, assistência a idosos e crianças em situação de vulnerabilidade social e a mulheres vítimas de violência doméstica. Durante a audiência, se manifestaram prefeitos de Varzelândia, Virgem da Lapa, Almenara, Jaíba, Muriaé, Matias Cardoso, dentre outros.

Isenções - "Não estamos aumentando o imposto, estamos renovando o já aplicado", alegou a deputada Bella Gonçalves (PT). Segundo ela, não existe bitributação, pois se tratam de impostos diferentes aplicados por entes diferentes. A parlamentar ainda completou dizendo que a reforma tributária considerou a permanência da cobrança para o FEM. "Se o setor está reivindicando redução de impostos, que discuta com o Congresso Nacional, porque o Estado de Minas Gerais não pode abrir mão de nenhuma receita, estamos falando de déficit bilionário e dívida bilionária, orçamento comprometido e deficitário. O que pode ser feito é uma revisão criteriosa das isenções milionárias, algumas quase bilionárias, de um total que chega a R$ 27 bilhões em isenções concedidas pelo governo de Romeu Zema a empresários", disse.



A FFO da Assembleia realizou audiência pública sobre o FEM FOTO: WILLIAN DIAS / ALMG

"Não é justo o setor produtivo vir aqui na ALMG pressionar o governo do Estado, não dá para cortar da assistência social, o setor está mirando o canhão para o lado errado. Não tem como abrir mão da renovação dos 2% do FEM, significaria um arrocho sobre o Estado e os mais pobres", afirmou Bella. A deputada e os deputados Ricardo Campos e Ulysses Gomes, ambos do PT, foram amplamente apoiados por entidades de assistência social, prefeituras e servidores estaduais que atuam diretamente na área de assistência social e programas sociais.

Em contrapartida, o setor produtivo argumenta que 2027 será um ano desafiador para as empresas, com a convivência de dois regimes tributários simultaneamente, somada à implementação da escala 5x2 e aos custos de adequação das empresas para adesão à Reforma Tributária. Tudo isso, segundo os representantes dos empresários, vai impactar os preços dos produtos, gerar redução do consumo e, no fim, reduzir a arrecadação estadual, o que culminaria em menos recursos para o próprio FEM. **%**

SindBebidas MG aponta impacto de tributação sobre setor

Durante a audiência na ALMG, o vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Cerveja e Bebidas em Geral de Minas Gerais (SindBebidas MG), Fernando Cota Carvalho, disse que todos concordam que é preciso defender os mais vulneráveis, mas é preciso considerar quem vai pagar a conta. "Não somos contra o FEM e sua finalidade, mas a solução para as demandas de assistência social deve ser buscada por meio de uma política pública mais estruturante. Não venho pedir privilégio, venho pedir que os deputados olhem a cadeia produtiva inteira antes de votar", argumenta Carvalho, ressaltando que era para o fundo ser temporário e já se passaram mais de dez anos.

"Para muitos, 2% parece pouco, mas é a diferença entre contratar e demitir, entre abrir e fechar as portas. Toda vez que o caixa do Estado aperta, o dedo do governo aponta para o mesmo setor. Isso tudo logo no pior momento possível para o nosso setor, porque em 2 de fevereiro começa o Imposto Seletivo", justifica o vice-presidente do SindBebidas, lembrando que as alíquotas ainda não foram fixadas e o empresariado vive numa grande insegurança, pois nem o próprio governo federal sabe qual será a carga tributária a partir de 2027.

A gerente tributária da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Rita Eliza Reis da Costa, representando o presidente Flávio Roscoe, considerou que o problema da miséria no Estado não foi resolvido com o FEM, embora o fundo exista há mais de uma década. Ela classificou a defesa da permanência do FEM para combater as desigualdades como uma "contradição", uma vez que tributar o que foi classificado como supérfluo vai levar ao desestímulo ao consumo.

"Se reduz o consumo, reduz a arrecadação e reduz os recursos do FEM, por isso manter o fundo não é a melhor maneira de combater a desigualdade", argumentou. Ela disse que, no ano passado, o Estado arrecadou R$ 1 bilhão para o FEM e tem 3 milhões de famílias em situação de vulnerabilidade social, o que dá um recurso ínfimo por família - ou seja, não resolve o problema e sobrecarrega o setor produtivo.

A mesma argumentação foi apresentada pelos representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH) e pela Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais (FCDL-MG). **(AKB) %**

% LIMPEZA URBANA

Justiça mantém suspensa licitação conduzida pelo Cispar

JULIANA SODRÉ

A licitação para a concessão dos serviços de limpeza urbana conduzida pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba (Cispar) permanece suspensa pela Justiça. A disputa envolve regras do edital e, principalmente, a destinação de um aterro sanitário previsto entre os investimentos da futura concessionária. A Associação das Empresas de Engenharia e Limpeza Urbana do Brasil (Alubras) questiona o modelo e sustenta que o poder público pode custear a construção da estrutura sem receber o patrimônio ao fim do contrato.

O certame, que prevê uma concessão de 30 anos, é alvo de uma ação civil pública apresentada pela Alubras. Segundo o advogado da entidade, Flávio Abreu, um dos principais problemas identificados é a classificação do aterro sanitário como bem não reversível. Na prática, significa que a estrutura não precisaria ser transferida ao poder público ao término da concessão, permanecendo na propriedade ou na exploração da empresa responsável.

A associação contesta também a estimativa de vida útil do aterro, fixada em 26 anos no edital. A entidade argumenta que a estrutura poderá ter sua capacidade ampliada ao longo do tempo, por meio de intervenções e expansões, o que permitiria sua utilização por um período superior ao previsto originalmente.

A discussão envolve o modelo de remuneração dos investimentos. Conforme Abreu, a vencedora deverá implantar o aterro em quatro anos, enquanto o contrato vai durar 30 anos. A diferença entre os prazos corresponde aos 26 anos de vida útil previstos no edital.

Na avaliação da Alubras, a modelagem permite que a empresa receba recursos para executar a implantação da estrutura e, mesmo assim, permaneça com o aterro depois do encerramento da concessão. A associação estima que a construção possa demandar entre R$ 5 milhões e R$ 10 milhões, considerando a aquisição da área, os estudos, os projetos, as aprovações e as obras necessárias. "O poder público está financiando integralmente a construção do aterro sanitário. E no final da concessão, esse aterro, que dá uma renda significativa para a empresa, fica para a empresa e não volta para o poder público", diz..

A disputa judicial envolve mais de uma iniciativa. De acordo com Abreu, a Alubras ingressou com uma ação civil pública antes de outra empresa interessada no certame, a Aegea, que apresentou mandado de segurança próprio. São processos independentes, com fundamentos e tramitações distintas.

Em agosto, uma decisão liminar da 4ª Vara Cível suspendeu a sessão de disputa após mandado de segurança da Aegea. Posteriormente, o Cispar republicou o edital e marcou nova sessão para o dia 9 de novembro, sem promover, na avaliação da Alubras, as correções necessárias nos pontos questionados judicialmente.

Diante da nova data, a associação apresentou petição na ação civil pública que tramita na terceira Vara Cível da comarca de Patos de Minas, solicitando nova suspensão. O pedido foi acolhido pelo juiz, que determinou a interrupção da sessão prevista para 9 de novembro.

O Cispar tentou reverter a decisão por meio de agravo de instrumento, mas, segundo o advogado, o desembargador responsável manteve a suspensão. O consórcio também pediu ao juiz que reconsiderasse a decisão de interrupção do certame.

Parecer do TCE-MG - A controvérsia ganhou um novo capítulo com a manifestação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG).

Segundo Abreu, o parecer do órgão considerou improcedentes os questionamentos apresentados pela Alubras e por outras empresas ao edital e entendeu que o procedimento do consórcio estava correto. **%**

POLÍTICA

Dívida de Minas preocupa equipe de transição de Cleitinho

% PROPAG Valor pode praticamente mais que dobrar em função do aumento progressivo das parcelas e da retomada do pagamento integral nos próximos anos

JULIANA SODRÉ

A adesão de Minas Gerais ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) trouxe condições mais favoráveis para administrar o endividamento mineiro, mas não eliminou a dúvida da equipe do próximo governo sobre a capacidade do Estado de honrar os compromissos assumidos sem nova renegociação. A questão foi levantada ontem por um representante da equipe de transição do governador eleito, Cleitinho Azevedo (Republicanos), durante a apresentação da Secretaria de Estado de Fazenda sobre o programa, na reunião de transição. O questionamento envolve não apenas o tamanho da dívida, mas principalmente sua liquidez e solvência diante do aumento progressivo das parcelas nos próximos anos.

A preocupação é que, apesar da redução dos encargos proporcionada pelo Propag, a dívida possa praticamente mais que dobrar, passando de uma média histórica de cerca de R$ 5 bilhões para cerca de R$ 12 bilhões por ano, quando os pagamentos forem integralmente retomados. O desafio está concentrado, sobretudo, nos primeiros anos de transição para o novo modelo, período em que o Estado terá de conciliar o crescimento das obrigações com um orçamento apertado.

Durante a apresentação, o membro da equipe de transição de Cleitinho, Bruno Westin, chamou a atenção para a diferença entre a melhora das condições financeiras da dívida e a capacidade efetiva de pagamento do Estado. Segundo ele, as projeções precisam considerar um cenário de maior comprometimento das receitas, incluindo a hipótese de crescimento de 20% das obrigações.

"Ela tem liquidez, ela é solvente ou vai exigir uma mudança abrupta, uma interrupção, uma ajuda fiscal abrupta ou uma nova renegociação?" questionou, ao destacar que o planejamento financeiro para 2027 já prevê um desembolso de aproximadamente R$ 6 bilhões com o serviço da dívida, incluindo recursos provenientes da alienação da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa).

Westin ponderou que essa receita é extraordinária e não poderá ser repetida anualmente. Mesmo com o uso de parte do superávit financeiro da companhia, o Estado ainda apresenta déficit orçamentário para o próximo exercício. Segundo ele, não parece simples absorver o aumento das despesas com a dívida apenas com um ajuste fiscal de aproximadamente R$ 1 bilhão por ano.

Ao responder aos questionamentos, o secretário-adjunto de Estado de Fazenda, Fábio Amaral, reconheceu não dispor, naquele momento, dos dados necessários para afirmar categoricamente se o governo de Minas terá condições de cumprir integralmente os compromissos futuros.

O secretário explicou que a pasta dispõe de ferramentas de análise e de projeção da dívida, incluindo o ambiente analítico da Superintendência da Dívida e o programa Sentinela, desenvolvido pela Subsecretaria do Tesouro para projetar indicadores e cenários macroeconômicos. As simulações, entretanto, ainda precisariam ser organizadas para responder especificamente à hipótese apresentada pela equipe de transição.

"Eu não tenho esses dados em mãos, mas o ponto principal é que, quando tivermos o pleno pagamento da dívida em 2030, a maior parte das dívidas com instituições financeiras reduz. Então, você vai ter uma compensação, digamos assim, desses cerca de R$ 1 bilhão e pouco anual que você retém a mais de crescimento por conta da escadinha de pagamento da União. Em 2030, ela será absorvida pela redução das demais dívidas. Eu entendo que é um valor, um ajuste fiscal até certo ponto factível numa LOA [Lei Orçamentária Anual] de mais de R$ 100 bilhões de despesa", disse.

Situação melhor - O secretário também ponderou que a situação atual é significativamente melhor do que a enfrentada pelo Estado antes da adesão ao Propag, quando os contratos estavam vinculados à taxa Selic, que permanece em patamar elevado. Com o novo programa, a correção passa a ser pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que reduz a pressão dos juros sobre o estoque da dívida.

"Entendo que, frente ao que era antes, de R$ 15 bilhões, é pagável. Mas voltar a falar, o problema da dívida pública é o estoque dela, que foi evoluindo ao longo desses anos. Agora, o pagamento ou não, ela está em uma situação hoje muito melhor do que estava há um ano, quando estava sendo atrelada à Selic", afirmou.



Bruno Westin alerta para o cenário de maior comprometimento das receitas do Estado FOTO: REPRODUÇÃO / REDE MINAS

Apesar da avaliação positiva, a resposta não encerrou a discussão sobre a capacidade de pagamento. O representante da transição insistiu que a questão central não é apenas a redução do custo financeiro no longo prazo, mas a disponibilidade de recursos para enfrentar os próximos quatro anos, quando as parcelas estiverem em trajetória crescente.

A equipe também solicitou que a Fazenda apresente uma simulação considerando o cenário de aumento de 20% nas obrigações; Amaral se comprometeu a apresentar esse levantamento e a encaminhar posteriormente os cálculos. **%**

"O problema da dívida pública é o estoque dela, que foi evoluindo ao longo desses anos. Ela está em uma situação hoje muito melhor do que estava há um ano"
Fábio Amaral

Escalonamento gera alívio de caixa, afirma secretário

Fábio Amaral destacou ainda que o Propag representa uma mudança importante na trajetória do endividamento mineiro que pode gerar uma economia de aproximadamente R$ 50 bilhões nos próximos dez anos, em comparação com as regras originais dos contratos firmados com a União.

Além do fim da vinculação dos encargos à Selic e da adoção do IPCA como indexador, o escalonamento das parcelas proporciona um alívio de caixa inicial, permitindo que o Estado aumente gradualmente os pagamentos e organize medidas de ajuste fiscal. Depois do período de transição, a Fazenda espera que a trajetória do saldo devedor se torne decrescente, em vez de continuar crescendo.

Entretanto, a adesão ao programa não significa ausência de obrigações. A equipe do governo atual mostrou que Minas precisa cumprir contrapartidas relacionadas ao Fundo de Equalização Federativa (FEF), aos investimentos em áreas previstas na legislação, à educação e ao controle das despesas. O secretário informou que o Estado já havia realizado 11 pagamentos, totalizando R$ 1,14 bilhão, além de um aporte de R$ 1,6 bilhão ao FEF. Os investimentos próprios liquidados até setembro somavam R$ 1,2 bilhão, e outros R$ 20 milhões já foram liquidados.

A Fazenda ainda apontou como pontos de atenção a aprovação e a sanção do projeto que estabelece o teto de gastos estadual, além da formalização do contrato de refinanciamento e da aceitação, pela União, dos ativos oferecidos por Minas para amortizar a dívida. **(JS) %**

% MULTAS MORATÓRIAS

Eleição da Mesa da CMBH suspende votação de projeto

ANA KARENINA BERUTTI

As movimentações em torno da eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) para o biênio 2027-2028, marcada para 12 de dezembro, envolvem negociações de apoios, divisão de comissões e disputas entre grupos políticos. Uma das consequências desse cenário foi a retirada da pauta de votação do Projeto de Lei (PL) 727/2026, de autoria do Executivo municipal, limita a 20% o teto das multas moratórias cobradas por Belo Horizonte sobre débitos tributários como Imposto sobre Serviços (ISS) de autônomos, Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e taxas. Hoje ela pode chegar a 30%.

A votação em segundo turno do PL 727 estava prevista para a última segunda-feira (16), mas o líder de governo, vereador Bruno Miranda (PDT), retirou o projeto de tramitação "de forma preventiva". A ideia do parlamentar é colocar o PL em votação novamente ainda em dezembro, após a eleição da Mesa Diretora do Legislativo da Capital. Segundo Miranda, o adiamento da votação do projeto não gerar impactos para a administração municipal, pois o objetivo da prefeitura é que o projeto seja regulamentado, sancionado e que a nova lei entre em vigência no início de 2027.

"Suspendemos de forma preventiva a votação em segundo turno porque quando começam as discussões sobre a composição da Mesa Diretora o ambiente fica mais instável e esse é um PL que precisa de 28 votos", explicou Miranda, destacando que a medida foi tomada para esperar o momento de negociações políticas passar e evitar surpresas para o Executivo na votação de uma proposta que é importante para a população.

Miranda justifica que a medida adequa a legislação à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). O tribunal definiu que multas moratórias devem observar o teto de 20%, a fim de evitar efeito confiscatório dos tributos, o que é vedado pela Constituição Federal. "A prefeitura está atualizando a legislação", pontua o vereador.

Sobre a disputa pela presidência da Câmara, Miranda afirma que ainda não há nada decidido e que o prefeito Álvaro Damião (União Brasil) não pretende interferir na escolha. "O prefeito está deixando a Câmara de movimentar de forma autônoma e independente. Estamos conversando para buscar uma unidade em torno da indicação do vereador Diego Sanches (Solidariedade).

Sanches teria deixado a vice-liderança do governo na Câmara para se apresentar como candidato independente. O futuro presidente da CMBH precisa de 21 votos dos 41 vereadores. Outro nome que pretende disputar a presidência da Casa é o vereador Wanderley Porto (PRD), que conta com o apoio da chamada Família Aro, ligada ao ex-deputado federal Marcelo Aro e ao atual presidente da Câmara, Juliano Lopes. Além disso, Porto também tenta costurar o apoio do PL à sua candidatura. **%**

saiba mais sobre VARIEDADES no QR CODE ao lado

VARIEDADES

Escolas de sete cidades mineiras disputam o Prêmio Liga Steam

Projetos de escolas públicas de sete cidades mineiras estão entre os 30 finalistas do Prêmio Nacional Liga Steam 2026, que distribuirá R$ 120 mil em sua quinta edição. Os vencedores serão anunciados na segunda-feira (23), durante o Conexão Liga Steam, no Minascentro, em Belo Horizonte. O encontro gratuito reunirá educadores, pesquisadores e gestores de todo o País e terá participação da Unesco.

Curvelo, Lavras, Mateus Leme, Nova Resende, Ribeirão das Neves, Sabará e Varginha têm um projeto finalista cada. Ao todo, a premiação recebeu 1.112 inscrições de 2.150 professores de 449 cidades brasileiras, o maior número de projetos inscritos desde a criação do prêmio, segundo a Fundação ArcelorMittal, que promove o evento.

Com o tema "Um futuro mais verde começa na escola", a premiação contempla três categorias: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Em cada uma, o primeiro lugar receberá R$ 25 mil, divididos entre docentes, estudantes e escola. Os segundos e terceiros colocados receberão R$ 10 mil e R$ 5 mil, respectivamente, com recursos destinados a melhorias pedagógicas e de infraestrutura nas instituições.



Projeto "Verde Escola, Verde Vida" (foto) é um dos 30 finalistas da edição FOTO: DIVULGAÇÃO / FUNDAÇÃO ARCELORMITTAL

R$ 120 mil

"Projetos de escolas públicas de sete cidades mineiras estão entre os 30 finalistas do Prêmio Nacional Liga Steam 2026, que distribuirá R$ 120 mil em sua quinta edição. Os vencedores serão anunciados na segunda-feira (23), durante o Conexão Liga Steam, no Minascentro, em Belo Horizonte"

Futuro da educação - A pedagoga Benilda Brito, consultora da ONU Mulheres, fará uma palestra sobre inclusão e o futuro da educação. O jornalista Iberê Thenório, criador do canal *Manual do Mundo*, mediará uma conversa com professores e estudantes premiados em edições anteriores. A programação também inclui um painel sobre como os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) podem orientar práticas em sala de aula.

Aline Vieira, oficial de projetos da Unesco, apresentará uma iniciativa de formação de jovens desenvolvida em cooperação com a Fundação ArcelorMittal. No encerramento, a professora Débora Garofalo, primeira brasileira a chegar à final do Global Teacher Prize, lançará o edital da Rede Nacional Liga Steam 2027. A seleção vai incentivar projetos que integrem ciências, tecnologia, engenharia, artes e matemática para abordar temas como sustentabilidade, educação antirracista e inovação pedagógica. %

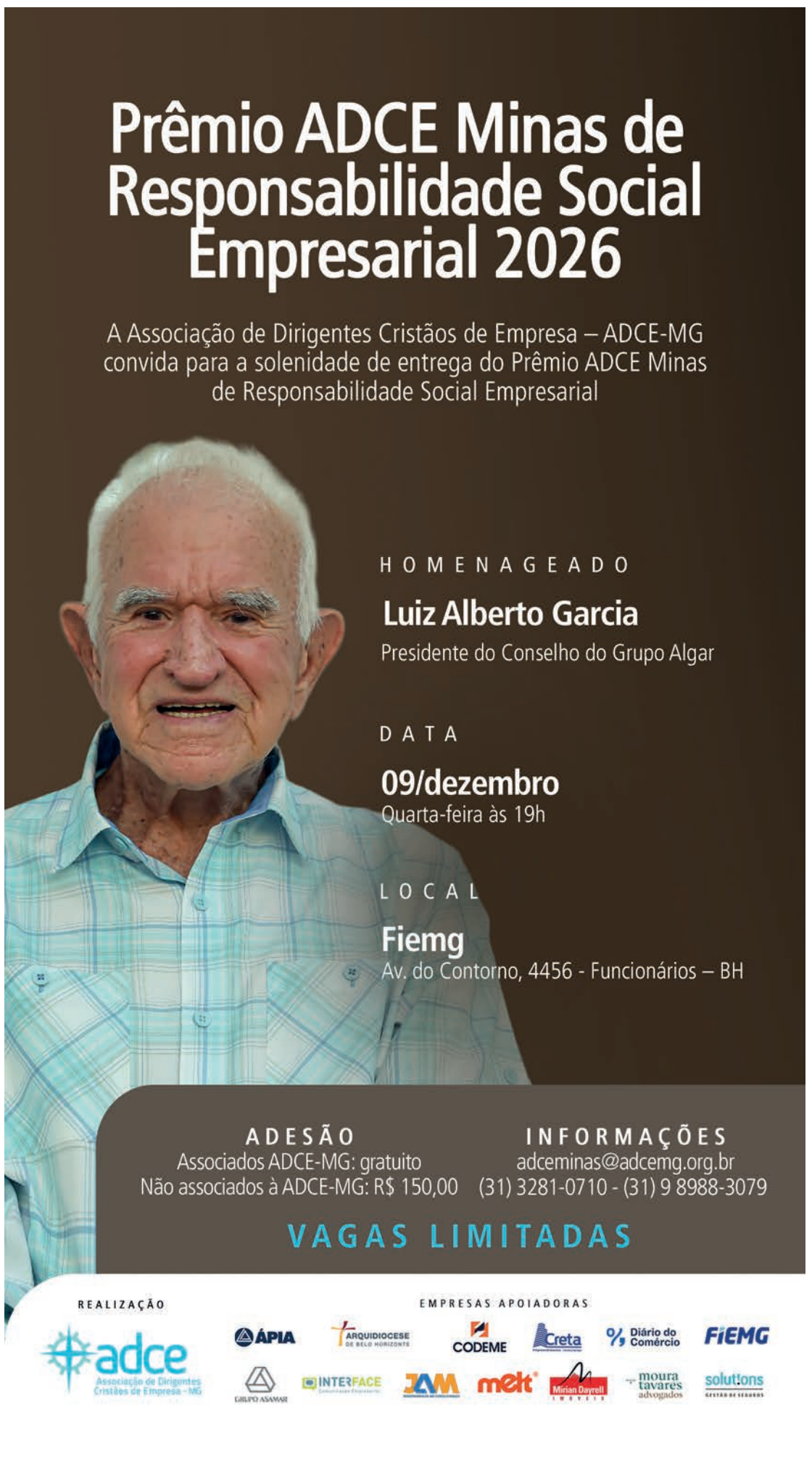




FOTO: DIVULGAÇÃO / PAULO SANTOS

Dança mineira no cinema

O documentário "Estado de Mistura" estreou ontem (18), às 18h30, no Cine Humberto Mauro, no Palácio das Artes (avenida Afonso Pena, 1.537, Centro, BH). Com 55 minutos de duração, o filme registra o processo de criação de "Química", espetáculo da Cia de Dança Palácio das Artes com a Cia Favelinha. A sessão teve entrada gratuita, com ingressos distribuídos pelo Sympla, na bilheteria e nos totens. A previsão era de que o documentário ficasse disponível no canal da Fundação Clóvis Salgado no YouTube após a estreia.

Terror no Teatro Marília

"A Mulher de Preto" fica em cartaz de 19 a 22 de novembro no Teatro Marília (avenida Professor Alfredo Balena, 586, Santa Efigênia, BH). Dirigida por Sérgio Abritta, a montagem mineira adapta o romance de Susan Hill. As sessões são às 20h de quinta a sábado e às 19h no domingo. A classificação é de 12 anos. Ingressos a partir de R$ 40 em *bileto.sympla.com.br/event/125222*.



FOTO: DIVULGAÇÃO / C3 DIGITAL COMUNICAÇÃO E MARKETING

Final do Duelo de MCs

O Duelo de MCs Nacional reúne 32 finalistas em 21 e 22 de novembro, a partir das 14h, sob o Viaduto Santa Tereza, no Centro de BH. A disputa gratuita distribui R$ 85 mil, com R$ 50 mil para o campeão. Antes da final, Emicida participa de um bate-papo gratuito no viaduto, em 19 de novembro, às 19h. A final terá transmissão em *youtube.com/@familiaderua*.

Corrida na Afonso Pena

O Desafio Subida da Afonso Pena terá provas de 5 km e 11 km em 20 de novembro, com concentração no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, no Centro de BH. A arena abre às 6h e a largada está prevista para as 7h15. A organização estima reunir cerca de mil atletas. Inscrições e regulamento em *app.poptickets.com.br/evento/desafio-subida-da-afonso-pena*.



FOTO: DIVULGAÇÃO / ZERO CARBON LOGISTICS

Logística mineira na COP31

Felipe Marçal Cota, CEO da mineira Zero Carbon Logistics, integra, a convite do Itamaraty, a delegação brasileira na COP31, realizada de 9 a 20 de novembro, em Antália, na Turquia. O executivo leva à conferência a experiência da empresa com caminhões elétricos em operações de mineração e siderurgia. Entre os temas estão a disponibilidade de recarga e o uso de dados de emissões na contratação de fretes.

DiariodoComercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067